

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

# REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



RIO DE JANEIRO – ANO 08 – Nº 22  
JANEIRO/ABRIL – 2004

**R454**

**Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 8, nº 22, (jan./abr. 2002) – Rio de Janeiro : CiFEFiL. 116 p.**

**Quadrimestral  
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.  
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

**CDU 801(05)**

**EXPEDIENTE**

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

**Editora**

**Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL)**

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br) e [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)

<b>Diretor-Presidente:</b>	Prof. Dr. José Pereira da Silva
<b>Vice-Diretora:</b>	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
<b>1.º Secretário:</b>	Prof. Dr. Alfredo Maceira Rodríguez
<b>2.º Secretário:</b>	Prof. Dr. Ruy Magalhães de Araujo
<b>Diretor da Revista Philologus</b>	Prof. Nataniel dos Santos Gomes
<b>Vice-Diretor da Revista Philologus</b>	Prof. Me. Vito Cesar de O. Manzollilo

**Equipe de Apoio Editorial**

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

<b>Redator-Chefe:</b>	José Pereira da Silva
-----------------------	-----------------------

**Conselho Editorial**

Afrânio da Silva Garcia	José Pereira da Silva
Aileda de Mattos Oliveira	Maria Lúcia Mexias Simon
Alfredo Maceira Rodríguez	Nataniel dos Santos Gomes
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Ruy Magalhães de Araujo
Amós Coêlho da Silva	Salatiel Ferreira Rodrigues
Cristina Alves de Brito	Vito Cesar de Oliveira Manzollilo

<b>Diagramação, edição e editoração</b>	José Pereira da Silva
<b>Projeto de capa:</b>	Emmanuel Macedo Tavares

**Distribuição**

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL.</b> <i>José Pereira da Silva</i> .....	05
<b>Atitudes e posturas epistemológicas no processo histórico dos estudos da linguagem –</b> <i>Cidmar Teodoro Pais</i> .....	07
<b>A visão diacrônica da flexão verbal românica –</b> <i>Bruno Fregni Bassetto</i> .....	21
<b>Fonologia do português lusitano –</b> <i>Afrânio Garcia</i> .....	28
<b>O engendramento de conceitos em linguagens de especialidade, em discursos literários e em discursos sociais não-literários –</b> <i>Maria Aparecida Barbosa</i> .....	32
<b>Proliferando imagens: a semiótica de papa-capim –</b> <i>Simone Zied Pinheiro &amp; Rejane Cristina Rocha</i> .....	44
<b>Dois sonetos dos irmãos Vieira –</b> <i>Alfredo Maceira Rodríguez</i> ...	53
<b>Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical –</b> <i>Paulo Henrique Duque</i> .....	62
<b>A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro –</b> <i>Josete Rocha dos Santos</i> .....	72
<b>A ordem oracional em Kayabí –</b> <i>Nataniel dos Santos Gomes</i> ....	87
<b>RESENHAS</b>	
<b>A guerra do estrangeirismo –</b> <i>Vito Manzollilo</i> .....	100
<b>Atas da Academia Brasileira de Letras, de Claudio Cezar Henriques –</b> <i>José Pereira da Silva</i> .....	103
<b>Elementos de Filologia Românica, de Bruno Fregni Bassetto –</b> <i>José Pereira da Silva</i> .....	106
<b>Gramática Escolar da Língua Portuguesa, de Evanildo Cavalcante Bechara –</b> <i>José Pereira da Silva</i> .....	109
<b>Catálogo da produção do CiFEFiL</b> .....	112
<b>INSTRUÇÕES EDITORIAIS</b> .....	116

## EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o vigésimo segundo número de sua *Revista Philologus*, com nove artigos e quatro resenhas, além de um catálogo sintético das produções editoriais do CiFEFiL nestes seus sete anos de vida.

Escreveram para este número os seguintes associados: Afrânio da Silva Garcia, Alfredo Maceira Rodriguez, Bruno Fregni Bassetto, Cidmar Teodoro Pais, José Pereira da Silva, Josete Rocha dos Santos, Maria Aparecida Barbosa, Nataniel dos Santos Gomes, Paulo Henrique Duque, Rejane Cristina Rocha, Simone Zied Pinheiro e Vito César de Oliveira Manzolillo.

Dos artigos aqui publicados, três fogem ao padrão que divulgamos nas INSTRUÇÕES EDITORIAIS em todos os números deste periódico: os dois primeiros, por não apresentarem o resumo e o terceiro por não atingir a extensão mínima de cinco páginas. Nos dois primeiros se justifica pelo fato de serem artigos que foram apresentados para serem publicados nos Cadernos do CNLF e o terceiro pelo fato de entrar como substituto de outro artigo que foi retirado por ter sido publicado no número 11 do volume V dos *Cadernos do CNLF*.

Não farei aqui a apresentação sintética de cada artigo, como usualmente tenho feito nos números anteriores, porque pretendo destacar alguns outros fatos particulares nesta oportunidade relativamente a nossa publicação.

Por motivos econômicos, está sendo diminuída a tiragem de nosso periódico porque grande parte de nossos queridos associados se esquece regularmente de pagar suas anuidades e isto impede o CiFEFiL de continuar oferecendo os mesmos serviços a todos, visto que não recebemos qualquer forma de patrocínio público nem privado.

A inclusão do resumo e das palavras-chaves nos artigos da *Revista Philologus* é uma novidade que foi reintroduzida no ano 2001 pelos atuais diretores que, entretanto, nem os têm cobrado dos autores nem os têm elaborado eles mesmos, como o fazia o Prof.

Emmanoel Macedo Tavares nos primeiros anos da *Revista*.

Também foi inaugurada uma seção de resenhas no ano 2001, na qual têm sido divulgados alguns livros interessantes e na qual somente o Prof. Vito Manzolillo e eu temos escrito, até o momento. Neste número, estão resenhados quatro trabalhos da autoria de Carlos Alberto Faraco, Claudio Cezar Henriques, Bruno Fregni Bassetto e Evanildo Bechara.

O catálogo da produção do CiFEFiL que vai apresentado no final do volume não discrimina os artigos e respectivos autores que foram publicados pelo Círculo porque isto demandaria praticamente um volume da revista, visto que já se contam por centenas os referidos trabalhos.

A Direção desta *Revista* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Rio de Janeiro, abril de 2002.

*José Pereira da Silva*

**ATITUDES E POSTURAS EPISTEMOLÓGICAS  
NO PROCESSO HISTÓRICO  
DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

*Cidmar Teodoro Pais (USP)*

**RESUMO: O autor não apresentou o resumo em português.**

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho propôs-se a examinar, numa perspectiva epistemológica, alguns aspectos do processo histórico das ciências da linguagem e da significação. Analisaram-se as grandes idéias, os fundamentos, o objeto formal, as concepções de língua, linguagem, signo, significação, sistema, estrutura, função, as abordagens diacrônica, sincrônica e pancrônica, as metateorias. Distinguiram-se as correntes historicistas, formalistas, funcionalistas e formal-funcionalistas. Buscou-se, ainda, detectar os momentos de rupturas epistemológicas. Foram consideradas algumas grandes etapas dos estudos pré-científicos da linguagem, dos estudos da filosofia da linguagem e das ciências da linguagem, propriamente ditas, assim como as correntes mais importantes que as representam: a gramática e a filologia, criadas na Academia de Alexandria e sua retomada, a partir do humanismo e do racionalismo renascentistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII; a gramática racional de Port-Royal e suas relações com a filosofia e a política; a lingüística positivista ou lingüística histórico-comparativa, a geografia lingüística e a dialetologia, seu surgimento e expansão no século XIX, suas relações com as ciências naturais e as ciências humanas; no século XX, a transição Saussureana, o pré-estruturalismo, nas primeiras décadas; a fonologia estrutural dos anos trinta; o apogeu estruturalista, a semiologia e a gramática gativo-transformacional, nos anos cinquenta e sessenta; o período dito pós-estruturalista, a pragmática, a lingüística da enunciação e a (re)introdução do sujeito do discurso, a semiótica e a análise do discurso, a partir dos anos setenta, as relações inter e transdisciplinares. Levantaram-se características epistemológicas e metodológicas, os avanços de cada época, os impasses e a sua superação em etapas sucessivas.

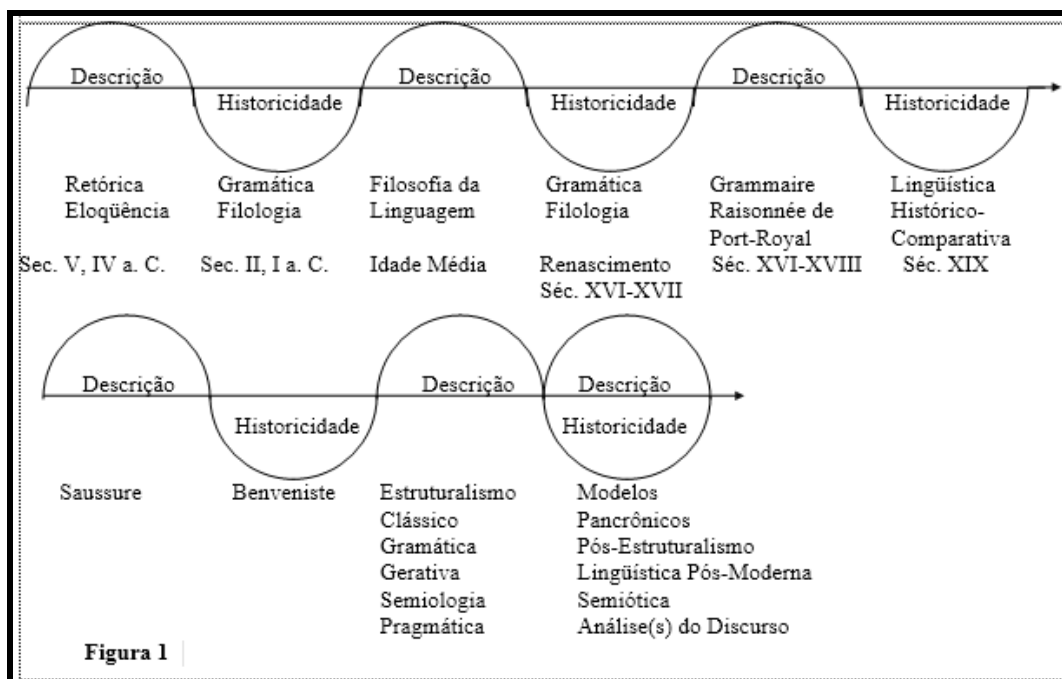
## DESCRIÇÃO E HISTORICIDADE

Se examinarmos o desenvolvimento das reflexões e das pesquisas sobre os fenômenos da linguagem, desde a Antiguidade Clássica até os nossos dias, observando as concepções de língua, discurso e linguagem, os recortes epistemológicos quanto aos objetos de estudo, as abordagens e os métodos, as mudanças que se sucederam, como também as articulações e rupturas entre as grandes etapas, verificaremos que se delinea um *processo histórico*, com seus respectivos ciclos. Evidentemente, a limitação de espaço do presente trabalho impede-nos de fazer um exame minucioso – que seria muito rico e complexo, conduzido por uma numerosa equipe de pesquisadores e, ainda assim, provavelmente seria lacunoso – e nos obriga a considerar apenas as grandes tendências dominantes em cada época.

Com efeito, configura-se claramente em todo esse *processo*, ao longo da História, uma *alternância constante*. Deixando de lado alguns poucos autores que, em cada etapa, atuariam de maneira diversa, parece-nos legítimo destacar, no que concerne aos autores e às escolas ou correntes dominantes, que há etapas dos estudos da linguagem que se caracterizam por uma *postura eminentemente descritiva*, enquanto outras etapas se notabilizam por uma *postura eminentemente marcada pela historicidade*. Assim, por exemplo, a retórica e a eloquência dos gregos voltavam-se para fins práticos, como *téchnai*, ou seja, como técnicas que capacitariam os cidadãos particularmente para sua atuação política, na *pólis*, com uma postura eminentemente descritiva. A Gramática e a Filologia, criadas em Alexandria, preocupavam-se com a língua e os autores e textos do período do apogeu, segundo a concepção clássica de língua, adotando, portanto, uma postura de historicidade. A Filosofia da Linguagem, na Idade Média, dedica-se, sobretudo, ao *logos*, ao discurso, às regras do raciocínio e da argumentação. A partir do Renascimento, retomam-se intensamente a Gramática e a Filologia, caracterizadas pela historicidade. A Gramática de Port-Royal é eminentemente descritiva. A Linguística Histórico-Comparativa ocupa-se da *evolução das línguas*, assim como, um pouco depois, a Dialetoлогия. Saussure sustenta a *sincronia*, postura eminentemente descritiva, também assumida pela maioria dos autores do ‘estruturalismo clássico’ e pela gramática gerativo-transformacional. No período pós-moderno, a *pancronia* e a *pancronia ampla* buscam articular *descrição e historicidade*.



*Círculo Aluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos*



APONTAMENTO  
A PROPÓSITO DAS POLÍTICAS DO IDIOMA

Quando mencionada a *globalização*, por exemplo, pessoas, homens públicos e governos entendem, em nossa época, que se trata de um fenômeno novo. Contudo, confrontando as características do processo atual com a de outros, ocorridos desde a Antiguidade, verifica-se que são homologáveis em muitos aspectos. Basta examinar a implantação, consolidação, administração dos impérios persa, grego helenístico, romano, impérios criados a partir do Renascimento, como o português, o espanhol, o britânico, o francês, o belga, o holandês, num exame cuidadoso, para constatar que revelam traços comparáveis ao processo atual de *globalização*.

Quanto à questão lingüística, todos impuseram uma língua comum, como, por exemplo, o grego *koiné*, o *sermo uulgaris* do latim, as línguas das metrópoles dos impérios renascentistas, português, espanhol, inglês, francês, flamengo, holandês, utilizando, em graus diversos, duas instituições básicas, a *educação* e o *controle* das atividades, do comércio e do trânsito das pessoas, por uma burocracia altamente centralizada, que garantiam a *dominação*. A política do idioma, imposição da língua, enquanto instrumento de pensar o mundo, correspondeu sempre a conduzir o dominado a assumir a ‘visão de mundo’ e o sistema de valores do império. No processo de *globalização* atual, *mutatis mutandis*, a língua *koiné* é o inglês, o *controle* se faz, principalmente, no ‘espaço virtual’ da *mídia* e da *comunicação eletrônica*. Permanecem, em todos os casos, o sufocamento das especificidades, da diversidade cultural, o esmagamento da identidade cultural das comunidades dominadas, em benefício da ‘visão de mundo’ hegemônica.

OS ESTUDOS DITOS ‘PRÉ-CIENTÍFICOS’

Como se sabe, a linguagem, a língua, o discurso, suas relações com o pensamento e com práticas políticas e socioculturais desde cedo despertaram grande interesse e curiosidade em todas as civilizações conhecidas. Ao mesmo tempo, o Estado, em diferentes épocas, sempre teve a convicção ou a intuição de que, através da língua, era possível impor um sistema de valores e uma cosmovisão aos

membros da sociedade e às comunidades dominadas. Por essa razão, as noções e concepções a respeito da linguagem e dos signos sempre tiveram, ao longo da História, uma motivação política, ligada às razões de Estado.

Estudos mais bem formalizados, no entanto, surgem na antiga Índia, ligados ao sânscrito védico, ou arcaico, e ao sânscrito clássico, como a gramática de Pânini. Contudo, essas proposições só se tornaram conhecidas no Ocidente, através dos estudos feitos por gramáticos e linguistas ingleses e alemães, sobretudo no século XIX. Desse modo, convém limitar as reflexões deste trabalho, no limitado espaço disponível, ao que se fez na chamada civilização greco-romana, aquela que deu origem à concepção moderna de ciência.

Na Antigüidade Clássica, as preocupações voltavam-se para aspectos práticos do uso da língua, ou mais exatamente, para o discurso, enquanto instrumento de persuasão e convencimento, na assembléia dos cidadãos, *eklesia*, e no conselho, *boulé*, das cidades-Estado gregas. Daí a importância da retórica, *hé téchne réthoriké*. Não há uma concepção de língua, uma *episteme*, com a exceção de Aristóteles, que já defendia a oposição entre língua e discurso, a primeira como *enérgeia*, o segundo como *érgon*, traduzidos esses termos, em latim, respectivamente, como *potentia* e *actum*.

Assim, a primeira *episteme* sobre a língua, que teve amplo sucesso, é aquela proposta pelos sábios da Academia de Alexandria, a *concepção clássica de língua*, que, mais exatamente, se deveria chamar de *concepção imperial de língua*: a língua surge rude, de soldados e camponeses, chega ao apogeu e depois decai. Para sua formulação convergiram a nostalgia da glória perdida dos impérios ateniense e helenístico e a dominação romana, assim como a ‘confusão’ entre um dito apogeu linguístico e o apogeu político, econômico, estratégico e territorial de um império. Dela decorreram duas disciplinas: *hé téchne grammatiké*, ou *ars grammatica*, que deveria encarregar-se de estabelecer as regras, para “escrever com correção e elegância”; e *hé téchne philologiké*, ou *ars philologica*, que se encarregava de estudar os manuscritos dos textos dos autores do apogeu, em suas múltiplas variantes e versões, para tentar explicar o seu sentido, o significado das palavras que não mais eram usadas ou que haviam sofrido grande modificação semântica, para tentar reconstruir

um texto que fosse o mais próximo possível do texto original. Tais textos se diziam ‘clássicos’, porque deveriam ensinar-se em classe, segundo o princípio da *mýmesis*, imitação, de acordo com o qual se aprenderia a língua coma leitura dos autores do período considerado como o do ‘apogeu’ da língua. Essas concepções fundamentaram a política de idioma do Império Romano, sobretudo com o seu ‘exército’ de burocratas e mestres-escola.

A filosofia da linguagem, durante a Idade Média, preocupou-se, sobretudo, com o discurso, o *lógos*, ou seja, com os procedimentos que asseguravam a eficácia da argumentação, da persuasão, da veridicção, tomando como modelo supremo do raciocínio e/ou da razão humana, a lógica formal de Aristóteles, *hé logiké*, aperfeiçoada por Abelardo e Tomás de Aquino.

As grandes navegações, o comércio internacional e a criação, consolidação, administração e manutenção dos grandes impérios renascentistas destruíram a economia e a sociedade feudais e tornaram necessário um modelo de prática imperial. O melhor disponível era, obviamente, o do Império Romano. Assim, por razões de Estado, foram retomados o humanismo, o racionalismo, os valores greco-romanos, a concepção antropocêntrica de mundo. Todo o planeta foi conquistado pelos impérios europeus. Como era grande mas não infinito, alguns impérios provocaram o refluxo de outros (Camões, em 1580, já lamentava, a perda de poder e espaço do Império português). Dessa maneira, por razões muito semelhantes às de Alexandria, como a nostalgia da glória e do poder perdidos, os estudos gramaticais e filológicos, antes dirigidos apenas para o grego e o latim, voltaram-se para as línguas – agora também consideradas ‘de civilização’ das metrópoles imperiais e seus textos, determinando o enorme trabalho da gramática e filologia clássicas nos séculos XVI, XVII e XVIII, em relação às línguas modernas e seus respectivos períodos arcaicos. Não por coincidência, o interesse por tais estudos está intimamente ligado ao refluxo desses impérios, como o português, o espanhol, o francês, por exemplo, nessa ordem.

A *Grammaire raisonnée de Port-Royal* constitui uma brilhante exceção nesse período. Fundamentada na lógica formal e no racionalismo cartesiano, propõe, com clareza, pela primeira vez, a distinção entre *língua* – esta, lógica, racional, perfeita – e *discurso* – em

que se observam “defeitos”, de onde Chomsky reconhece a fonte para uma oposição fundadora de sua teoria, *competence/performance*. Além disso, os pensadores de Port-Royal, humanistas, deram importante contribuição ao ideário da Revolução Francesa – *liberté, égalité, fraternité* -. Defensores do Estado de Direito e da democracia, contrários à monarquia, aos ‘déspotas esclarecidos’, à escravidão, consideravam que o ensino da gramática tradicional, normativa, servia aos interesses do Estado e à manutenção da dominação, na medida em que era um dos instrumentos para controlar a linguagem dos dominados e impor a visão do dominante. Sustentavam a tese de que, em termos atuais, se a sociedade fosse mais livre, justa e igualitária, todos teriam acesso aos bens culturais e, conseqüentemente, à língua lógica, racional e perfeita, patrimônio dos homens.

#### A LINGÜÍSTICA E AS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

A Revolução Industrial e a acentuada especialização do saber, a partir dos fins do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, levaram a abandonar as ‘grandes áreas’ do saber do século XVIII, a ‘história natural’ e as ‘humanidades’, e conduziram ao surgimento de numerosas ciências autônomas, com objeto, campo e métodos específicos. Assim, o século XIX é o do apogeu da ciência e da tecnologia e, ao mesmo tempo, o de sua mitificação.

A lingüística, como ciência autônoma, surge ao final do século XVIII, ao lado da antropologia, da sociologia, das ciências humanas de modo geral, e tem no século XIX o seu mais intenso desenvolvimento.

Por essa razão – e também por limitações de espaço -, é preciso restringir este trabalho a questões gerais, sem entrar em minúcias. Não obstante o grande número de correntes e teorias, é legítimo e perfeitamente possível dividir a história da lingüística, enquanto ciência autônoma, em dois grandes períodos: a lingüística histórico-comparativa, hegemônica no século XIX, e a lingüística moderna, estrutural-funcional, depois de Saussure, nos inícios do século XX, considerando-se Ferdinand de Saussure, como o autor mais importante da transição entre as duas etapas.

A elaboração da teoria da lingüística histórico-comparativa e

sua impressionante produção – com o estudo e a classificação de três mil e quinhentas línguas –, decorreram da combinação de duas posições fundamentais. De um lado, o positivismo de Auguste Comte, que defendia uma ciência neutra, apolítica e objetiva (ciência do objeto, independente do pesquisador) e, de outro lado, a teoria Darwiniana, que tornou a biologia a metateoria da lingüística positivista. A metáfora biológica, segundo a qual “as línguas são como os seres vivos, nascem, crescem, reproduzem-se e morrem” levou ao estudo comparativo da evolução das línguas, à detecção de seu ‘parentesco genético’, à classificação de línguas em ‘árvores genealógicas’. A lingüística histórico-comparativa demonstrou que as línguas evoluem mas nunca conseguiu explicar como ou por que as línguas evoluem. Ela é causalista, historicista e atomizadora da história.

Por outro lado, a transposição da “teoria da evolução e seleção natural das espécies” para as ciências humanas teve alguns resultados particularmente desastrosos, como, por exemplo, a aceitação da idéia, segundo Schleicher, de que “é natural que línguas, culturas e sociedades mais evoluídas dominem e, mesmo, levem à extinção, línguas, culturas e sociedades menos evoluídas”. Conhecem-se bem as conseqüências de tais concepções na história trágica da Humanidade, como a ‘fundamentação científica’ que justificaria a supremacia lingüística, cultural e racial, bem como todo tipo de genocídio.

Felizmente, a lingüística moderna, a partir de Saussure, rompeu com essas concepções e foi paulatinamente libertando-se do positivismo. A metáfora biológica foi abandonada completamente. Mais modesta, a lingüística moderna não busca saber “de onde viemos e para onde vamos”, mas contenta-se com a tarefa, já de si complexíssima, de estudar a estrutura e o funcionamento da linguagem, das línguas e dos discursos. Considera a língua como uma instituição social, cultural e histórica e, ainda, como uma atividade cognitiva.

A *sincronia* rígida de Saussure e seus seguidores imediatos no assim chamado ‘estruturalismo clássico’ (anos 40-60) foi duramente criticada. Desenvolveu-se uma nova concepção, a da *pancronia* ampla. Nessa perspectiva, não se discute mais se as línguas ‘evoluem’ (com todas as suas conotações de *progressio*, de Sêneca) ou ‘funcionam’ no seio da vida social, enquanto meros instrumentos de comunicação.

Elaborou-se no período dito ‘pós-estruturalista’ uma concepção dialética ou dinâmica de sistema e estrutura. Considera-se que *funcionamento* no seio da vida social e *mudança* no eixo da História constituem um único *processo*.

Abandonou-se aos poucos a dicotomia língua/discurso, segundo a qual os estruturalistas propunham-se a estudar a língua, mas não discurso, o enunciado, mas não a enunciação. Criticou-se, igualmente, o estudo do discurso, com exclusão do da língua, que viveu nos anos sessenta. Correlatamente à concepção dialética de sistema e estrutura, as posições mais atuais defendem que é preciso considerar a língua e o discurso, dialeticamente articulados (conseqüentemente, também as relações itersubjetivas e espaço-temporais de enunciação e enunciado), como dois termos constitutivos de um *processo semiótico*.

#### À GUIA DE CONCLUSÃO

Evidentemente, não seria possível apresentar, nos limites deste trabalho, uma visão mais completa e exaustiva dos estudos pré-científicos e científicos a respeito da linguagem, das línguas, do discurso, da significação e de suas relações com os processos políticos e socioculturais.

Optamos, então, por apresentar um quadro-síntese de caracterização epistemológica e metodológica das correntes e etapas mais importantes, da Antigüidade Clássica ao ‘pós-estruturalismo’.

A passagem de uma etapa para outra configura uma *ruptura epistemológica*, no que concerne às posições dominantes. Como é evidente, isso não determina tempos e atitudes estanques, já que diferentes posições apresentam intersecções, no tempo da prática científica.

Nessas condições, entende-se por *ruptura epistemológica* uma mudança de *metateoria*.

Esquemáticamente, temos:

#### ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM E SUAS APLICAÇÕES

Etapa/Corrente	Natureza Epistemológica	Objeto	Método	Concepção de língua
1. Gramática e Filologia	<i>techné/ars techné/ars</i> (disciplinas)	língua (variantes/ /versões)	Indutivo-dedutivo	Concepção Clássica, Concepção Imperial
2. Filosofia da linguagem	<i>epistème</i>	língua/ discurso	Teórico -dedutivo	Língua como lógica/ Discurso como prática
3. Gramática Racional de Port-Royal	Filosofia da linguagem <i>epistème</i>	língua/ discurso	Teórico -Dedutivo	Língua como lógica/ Discurso como prática
4. Linguística Histórico-Comparativa	Ciência da Linguagem <i>epistème</i>	línguas naturais <i>evolução</i>	Indutivo-dedutivo Histórico-Comparativo	Metáfora biológica
5. Saussure (transição)	Ciência da Linguagem	Linguagem/ Línguas naturais	Indutivo-Dedutivo	Língua como Instituição Social
6. Linguística Estrutural-Funcional  Hjelmslev Martinet Coseriu etc.	Ciência da Linguagem <i>Epistème</i>	Línguas naturais Como sistemas lingüísticos	Teórico-dedutivo Indutivo-dedutivo Indutivo-dedutivo	Língua como instituição social e cultural
7. Gramática gerativa e transformacional	Ciência da Linguagem <i>Epistème</i>	Linguagem verbal línguas naturais	Teórico-dedutivo	Língua como conjunto de regras gramaticais
8. Linguística pós-moderna	Ciência da Linguagem Verbal <i>Epistème x Techné</i>	Processos Semióticos Verbais	Indutivo-dedutivo	Língua como instituição cultural, social, histórica e atividade cognitiva

**Figura 2**



ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS CIÊNCIAS  
DA LINGUAGEM E SUAS APLICAÇÕES (CONTINUAÇÃO)

Etapa/ Corrente	Abordagem	Concepção de sistema e estrutura	Metateoria	Concepção de função
1. Gramática e Filologia	Acronia	-----	Racionalidade, Humanismo, Verossimilhança	funcionamento
2. Filosofia da linguagem	'Sincro- nia'	Raciocínio Argumentação	Teologia Lógica formal	funcionamento
3. Gramática Racional de Port-Royal	'Sincronia'	relações lógicas 'sintaxe'	Teologia Lógica formal	funcionamento
4. Lingüística Histórico- comparativa	Diacronia	Correlações Evoluti- vas 'parentesco'	Biologia Evolu- ção/causa-efeito	correlação
5. Saussure (transição)	Sincronia	sistema = estrutura concepção estática	Sociologia	funcionamento
6. Lingüística Estrutural Funcional  Hjelmslev Martinet Coseriu etc.	Sincronia Sincronia Pancronia	sistema contém estru- tura concepção estática  sistema/processo código/mensagem língua/norma/fala	Conjunto das Ci- ências Humanas e Sociais	relação de de- pendência funci- onamento funci- onamento
7. Gramática gerativa e trans- formacional	Sincronia rígida	competên- cia/desempenho con- cepção estática	Biologia e Lógica Matemática	relação de dependência
8. Lingüística pós-moderna	Pancronia ampla	concepção dinâmica processo = sistema x discurso	Conjunto das Ci- ências Humanas e Sociais	funcionamento x relação de de- pendência

**Figura 2 (continuação)**

Dessa maneira, de acordo com as concepções atuais, *língua* e *discurso* articulam-se, funcionam e mudam, não só como instrumento de comunicação, mas como *processo semiótico* que elabora e constantemente reelabora a 'visão do mundo' de uma comunidade, assegura a sua identidade cultural e a memória social, processo intimamente articulado, por sua vez, ao saber e às práticas sociais e culturais compartilhados pelos membros do grupo. Determinado sistema, enquanto instância de competência, autoriza um discurso, em dado momento; este, por sua vez, produz significações novas e informação nova – recortes culturais -; essa produção discursiva realimenta o sistema em questão e provoca sua auto-regulagem. Na me-

dida em que essa realimentação e auto-regulação passa necessariamente pelo metassistema conceptual, as novas concepções/cognições tornam-se disponíveis para todas as semióticas-objeto pertencentes à mesma cultura e à mesma sociedade e modificam *ipso facto* as correspondentes competências. Numa perspectiva lacanianiana, os sujeitos enunciadore-enunciatórios dos discursos são os produtores dos seus discursos e o resultado dos seus discursos.

Dessa forma, as ciências da linguagem encontram sua metateoria no conjunto das ciências humanas e sociais, relacionam-se com a semântica cognitiva, para explicar o processo concomitante de produção do saber sobre o mundo – *episteme* – e de produção da significação – *semiose*. Pela mesma razão, os estudos linguísticos tornaram-se indissociáveis dos estudos das semióticas não-verbais e sincréticas, eis que o *mundo semioticamente construído* de uma comunidade sociocultural é sustentado e permanentemente reelaborado pelo conjunto das semióticas em operação no seu tempo e no seu espaço.

Assim, a *ciência*, equivalente ao universo de discurso científico, é um processo de produção, uma prática social e cultural. Nessas condições, o *saber científico* nunca pode ser dado como pronto, acabado, definitivo; é dinâmico, renova-se sempre, ao longo do processo histórico da cultura: o *saber* precedentemente construído e os resultados das pesquisas realizadas tornam-se pontos de partida, para a formulação de novas hipóteses e para investigações subsequentes, que conduzirão à conquista de um novo *saber*. Essa é, por certo, uma das facetas mais atraentes e estimulantes do trabalho científico.

De fato, a *vocação científica* não deixa lugar para a acomodação nem para a auto-satisfação. Se o contentamento pela conclusão de uma pesquisa é legítimo, para os pesquisadores que a fizeram, suas conclusões oferecem simultaneamente novas dúvidas, interrogações e desafios que levam a comunidade científica a lançar-se a renovadas investigações.

Enfim, epistemologicamente, considera-se que a ciência é política, embora não partidária. Constitui ela *um* instrumento, dentre outros, de busca da verdade e construção do saber, para a melhoria das condições de vida do homem. Por isso mesmo, a prática da ciência só se justifica quando exercida com responsabilidade social. Ci-

ência e tecnologia são meios para a construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática.

#### BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

ARISTOTE. *Rhétorique*, Livres I et II. Paris : Les Belles Lettres, 1973.

BOURCIEZ, Emile. *Éléments de linguistique romane*. 4<sup>o</sup>. ed. Paris : Klincksieck, 1956.

CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana*. Madrid : Gredos, 1960.

COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid : Gredos, 1967.

———. *Lecciones de lingüística general*. Madrid : Gredos, 1971.

DONZÉ, R. *La grammaire générale et raisonnée de Port-Royal. Contribution à l'étude des idées grammaticales en France*. 2<sup>o</sup> éd. Berne : Éditions Francke, 1971.

DUBOIS, Jean et al. – *Retórica da poesia*. São Paulo : EDUSP, s/d.

MEILLET, Antoine. *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes*. Alabama : University of Alabama Press, 1964.

PAIS, Cidmar Teodoro. Algumas reflexões sobre os modelos em lingüística. *Língua e Literatura*. São Paulo, V. 9, p. 89-117, 1980.

———. Introduction: le processus de production des sciences du langage et de la signification. PAIS, Cidmar Teodoro *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Directeur de Recherche: Bernard Pottier. Paris/Lille : Université de Paris-Sorbonne (Paris-IV), Atelier National de Réproduction des Thèses, 1993, 761 p, (p. 07-80).

———. Investigações em sociosemiótica e semiótica da cultura. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL*, V. 2. Goiânia : ANPOLL, p. 797-806, 1993b.

POTTIER, Bernard. *Sémantique générale*. Paris : PUF, 1992.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris : PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, V. 8, p. 443-470, 2000.

SCHLEICHER, August. *Compendium der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Ursprache*. Weimar, 1861.

SCHMIDT, Johannes. *Die Verwandtschaftsverhältnisse der indogermanischen Sprachen*. Weimar, 1872.

WARBURG, Walter Von. *La fragmentation linguistique de la romanía*. Paris : Klincksieck, 1967.

## VISÃO DIACRÔNICA DA FLEXÃO VERBAL ROMÂNICA

Bruno Fregni Bassetto (USP)

**RESUMO: O autor não apresentou resumo nem palavras-chaves.**

A herança latina, presente em todos os níveis das línguas românicas, é particularmente notável nas flexões verbais. Resultado de um longo processo de oposições distintivas, as flexões verbais latinas, bem como as gregas, constituem um quadro que caracteriza, com bastante clareza, as relações com as chamadas pessoas gramaticais, de um lado, e com as noções gramaticais de tempo e modo, de outro. Esse conjunto de morfemas perfaz um sistema fechado, fixo e comum a todos os verbos; os poucos alomorfes observados não passam de pequenas adaptações fonéticas, regidas em geral pela lei do menor esforço. Dadas as dimensões do presente trabalho, abordaremos aqui particularmente os morfemas número-pessoais das línguas românicas, sob o ponto de vista diacrônico.

Esse sistema fechado dos morfemas número-pessoais, invariavelmente os últimos da seqüência da estrutura formal dos verbos, pode ser considerado funcionalmente perfeito no latim, tanto que não se faz necessário qualquer outro índice para determinar a pessoa e o número correspondentes. Destarte, os pronomes pessoais, na função de sujeito, eram totalmente dispensáveis no latim literário, tanto que seu emprego constitui de fato um pleonasmo geralmente vicioso, por implicar dupla expressão da mesma relação, o que repugna à conhecida concisão daquela norma. Assim, *dico* reporta necessariamente a *ego*, como *dicimus*, *dixissimus*, *dicebamus* implicam *nos*, não sendo relacionáveis com outras pessoas gramaticais sob o ponto de vista semântico. Obviamente, não se excluem casos estilísticos especiais, como a ênfase e o contraste, em que se justifica o pleonasmo. O latim vulgar, distante do sintetismo e da sobriedade da norma culta, caracterizado precisamente pelo analitismo e pela expressividade próprios das variedades eminentemente orais, usava com frequência os pronomes pessoais retos.

É preciso lembrar que os morfemas número-pessoais não são propriamente verbais, porque não se relacionam diretamente com o conteúdo semântico do verbo. Enquanto os modo-temporais indicam

o modo, o tempo e, de alguma forma, o aspecto, próprios do conteúdo verbal, os número-pessoais relacionam esse conteúdo verbal com o *sujeito*, a quem se atribui o que o verbo expressa; remetendo-o às pessoas do discurso, sem contudo modificá-lo de qualquer maneira. Desse caráter extrínseco decorre a facilidade com que os morfemas número-pessoais são eliminados, sobretudo na norma descuidada do povo. Assim, na linguagem popular do Brasil encontra-se *eu canto, tu canta, ele canta, nós canta, eles canta*. Entretanto, há línguas literárias, como o inglês e, de algum modo, o francês, que perderam todo ou em parte o conjunto dos morfemas número-pessoais, substituídos pelo uso dos pronomes retos correspondentes. Havia freqüentemente duplicidade na indicação desse fato e a maior clareza obtida pela enunciação do pronome levou à supressão daqueles morfemas. Sob esse ponto de vista, é até surpreendente que as línguas românicas, de caráter mais analítico, tenham mantido, em boa parte e umas mais que outras, o sistema flexional herdado do latim.

Continuação da variedade vulgar, as línguas românicas herdaram os traços distintivos dos morfemas número-pessoais, ainda que modificados segundo as tendências próprias de cada uma. Partindo do *terminus a quo* comum, a base latina, é possível explicar a maioria das formas encontradas no *terminus ad quem*, as línguas românicas.

Como se sabe, a estrutura das formas verbais é fixa, isto é, a seqüência dos morfemas é sempre a mesma, não havendo qualquer possibilidade de inversões: raiz ou radial, vogal temática, morfema modo-temporal, morfema número-pessoal e, no latim, morfema da passiva. Destarte, a “fórmula” de Joaquim Mattoso Câmara Jr., construída especificamente para o português, pode ser aplicada também a outras línguas românicas, com as devidas adaptações. Se ela abrange o universo verbal românico e do português em particular, para o latim literário, por exemplo, é necessário ampliá-la de modo a incluir a reduplicação e os morfemas da passiva sintética nas formas do *infec-tum*, morfemas perdidos no latim vulgar e, conseqüentemente, também nas línguas românicas. Assim, a “fórmula” original de Mattoso Câmara,  $V = T (R + VT) + SF (MMT + MNP)$ , para ser aplicada ao latim literário, passaria a  $V = (Re + R + VT) + SF (MMT + MNP + MPa)$ , com os acréscimos Re (reduplicação) e MPa (morfemas da voz passiva). A reduplicação encontra-se em formas do pretérito perfeito, como *mordeo – momordi, parco – peperi, pario – peperí, tendo – tetendi, pendo – pe-*

*pendi*. Esse fato, herança do indo-europeu, foi menos freqüente no período clássico do que no arcaico, em que *facio*, por exemplo, tinha *shesheked* pelo clássico *fecit*, segundo atesta a inscrição da Fíbula de Preneste. Trata-se, portanto, de um recurso herdado pouco produtivo, que foi perdendo força com o decorrer do tempo.

As formas passivas do *infectum* na verdade eram caracterizadas por um /-r/ sufixal, como último elemento, com exceção apenas da segunda pessoa do plural que tem o sufixo especial *-mini*; as demais apresentam o /-r/ característico sem modificações, como *amor* ("sou amado"), ou com as vogais de apoio ou de transição /-i-/ ou /-u-/ para desfazer encontros consonânticos de difícil articulação em *amaris*, *amatur* e *amantur*, ou ainda pela supressão do /-s/ em *amatur*. Notável é a formação da segunda singular, em que o /-s/ distintivo se pospõe ao morfema da passiva, com um /-i-/ de apoio, aspectos únicos nessa conjugação, como em *amaris*, torneio pelo qual a língua manteve o morfema /-s/ em posição final, distintivo número-pessoal da segunda pessoa singular.

Para exemplificar, apliquemos a fórmula a *amabantur* ("eram amados"), selecionado por conter todos os morfemas, exceto o da duplicação, que caracterizava as formas do *perfectum*, cuja passiva era analítica: ***amabantur: ama (am + a) + (ba + nt +[u]r)***.

Obviamente, esse tipo de análise dos morfemas componentes da voz passiva só é aplicável às formas do *infectum*, uma vez que as do *perfectum*, como se sabe, eram compostas. Cumpre apenas notar aqui o caráter propriamente aspectual resultativo e permansivo do *infectum*; assim, *Porta clausa est* equivale antes a "A porta está fechada" e só num segundo passo "A porta foi fechada".

No latim vulgar, porém, e conseqüentemente nas línguas românicas, as formas sintéticas da passiva foram abandonadas, tendo sido substituídas por outras analíticas, por analogia com as construções do *perfectum*, em um processo de redistribuição em que o auxiliar passou a indicar o tempo e o modo, bem como o número e a pessoa. Exemplifiquemos com as formas apenas do indicativo:

latim literário	latim vulgar	latim literário	latim vulgar
<i>amo</i>	<i>amatus sum</i>	<i>amatus sum</i>	<i>amatus fui</i>
<i>amabar</i>	<i>amatus eram</i>	<i>amatus eram</i>	<i>amatus fueram</i>
<i>amabor</i>	<i>amatus ero</i>	<i>amatus ero</i>	<i>amatus fuero</i>

Desse modo, *amatus sum* no latim vulgar substituiu *amor* (port. “sou amado”), criando-se analogicamente *amatus fui* para o perfeito, forma inexistente no latim literário nessa acepção, o mesmo acontecendo com as demais formas sintéticas, conforme o quadro acima. Essa clara tendência ao analitismo e à simplificação, características do latim vulgar, estendeu-se a todas as formas verbais ditas sintéticas do latim clássico, como as do *infectum* do subjuntivo e do infinitivo presente (*amari*, “ser amado”) e do perfeito (*amavisse*, “ter sido amado”). Perdeu-se assim o caráter aspectual das formas do *perfectum* do latim literário, pontual em *feci* (“fiz”) e permansivo em *factum est* (“está feito”), como já se assinalou acima.

As línguas românicas, continuações modificadas do latim vulgar, herdaram esse sistema analítico, formando a passiva com o verbo *ser*, com exceção do romeno, que usa *a fi* (< *fieri*). e do rético, que emprega *vegnir* (< *venire*), como se pode ver em

port. <i>eu sou amado</i>	rét. <i>yeu vegnel amaus</i>
cast. <i>yo soy amado</i>	ít. <i>io sono amato</i>
cat. <i>jo som amat</i>	log. <i>eo son amadu</i>
prov. <i>ieu som amat</i>	vegl. <i>ju sai amaut</i>
fr. <i>je suis aimé</i>	rom. <i>eu sint iubit</i>

O verbo românico, portanto, não conservou vestígios da conjugação latina sintética passiva. A perda de seus morfemas próprios simplificou o sistema, forçando o aparecimento das formas analíticas segundo o modelo do *perfectum*. Na voz ativa, porém, os morfemas número-pessoais sempre os últimos elementos da estrutura, de modo geral e uniforme. As línguas românicas, umas mais e outras menos, conservaram esses morfemas, ainda que com modificações. Tomando como exemplo o presente do indicativo latino, sem dúvida um dos mais usados em todos os níveis, temos: *cant-o*, *cant-a-s*, *cant-a-t*, *cant-a-mus*, *can-a-tis*, *cant-a-nt*. O radical *cant-* (da raiz *can-* de *canere*) não sofre nenhuma mutação. A vogal temática /-a-/ é sincopada apenas na primeira pessoa singular, eliminando-se o hiato, como acontecia também em grego (αφγαπωε < αφγαπαω), permanecendo inalterada em todas as outras pessoas. Por ser um tempo primitivo, as formas do presente do indicativo não têm morfema modal-temporal, em geral característica das formas derivadas. Mas o número e a pessoa são indicados opositivamente por morfemas bem definidos: *-o*, *-s*, *-t*, *-mus*, *-tis*, *-nt*. Percebe-se de início que o singular de cada pessoa gramatical é indicado por um único fonema, enquanto o



correspondente do plural o é por combinações em torno do fonema básico do singular: *-o/-mus* (*/-u-/* é variante de */-o-/* em sílaba átona), *-s/-tis* e *-t/-nt*. Desse modo, parece claro que os fonemas básicos dessas desinências número-pessoais são, no latim, *-o*, *-s*, *-t*; as correspondentes do plural são ampliações desse núcleo, com fins distintivos.

Nos outros tempos e modos, verificam-se variações desse quadro, referentes, sobretudo, à primeira pessoa singular. Encontra-se *-o* no presente do indicativo, no futuro imediato (*cantabo*) e no futuro anterior (*cantavero*). Nas demais formas, menos no pretérito perfeito, o morfema número-pessoal da primeira pessoa é *-m* (*cantabam*, *cantaveram*, *cantem*, *cantarem*, *cantaverim*, *cantavissent*). Mesmo assim, não há quebra da simetria entre as primeiras pessoas singular e plural: *-m/-mus*. Não se verifica qualquer alteração nas demais pessoas dos outros tempo e modos.

As formas do *perfectum*, porém, apresentam alguns traços específicos. Em *cantavi*, *cantavisti*, *cantavit*, *cantavimus*, *cantavistis*, *cantaverunt* temos o *-v-* como morfema modo-temporal próprio do *perfectum* e as desinências número pessoais *-i*, *-isti*, *-it*, *-imus*, *-istis*, *-erunt*. Basicamente, encontram-se aí os mesmos fonemas distintivos. O *-i* da primeira pessoa provém do ind.-eur. *-ai* > lat. arc. *-ei* > lat. clás. *-i#*, como em *deico* > *dico*. A oposição com a terceira singular é obtida pelo acréscimo do morfema característico *-t*. Nas demais formas, o latim conservou a herança indo-européia *-is-*, semanticamente indicativa do aoristo; na terceira do plural, houve o rotacismo (*-isunt* > *-erunt*), por estar entre vogais.

As línguas românicas conservaram esse sistema dos morfemas número-pessoais com modificações e adaptações mais ou menos profundas. Entre as línguas da Ibéria, o português, o galego e o castelhano apresentam um quadro bem próximo ao latim. O português apenas apocopou o *-t* das terceiras pessoas, sonorizou-o (*-t* > *-d-*) e depois sincopou a sonora da segunda do plural. Desse modo, em *cant-o*, *cant-a-s*, *cant-a*, *cant-a-mos*, *cant-a-is*, *cant-a-m*, a oposição distintiva de pessoa e número entre a terceira do singular e do plural se faz por O/m, ou seja, morfema zero/nasal, segundo o esquema do latim, apenas sem o *-t*; o *-s* continua como característico da segunda pessoa, sendo o plural indicado por *-is*. Diacronicamente, temos o seguinte quadro, pelo qual se torna muito clara a manutenção da herança latina pelo português, que apenas apocopou ou sincopou o *-t*:

<i>Latim</i>	<i>Português</i>
Cant- <b>o</b>	Cant- <b>o</b>
Cant-a- <b>s</b>	Cant-a- <b>s</b>
Cant-a- <b>t</b>	Cant-a (O)
Cant-a- <b>mus</b>	Cant-a- <b>mos</b>
Cant-a- <b>tis</b>	Cant-a- <b>is</b> (<cantades > cantais)
Cant-a- <b>nt</b>	Cant-a- <b>m</b>

As outras línguas românicas da Península Ibérica, o galego, o castelhano e o catalão, têm as seguintes formas no presente do indicativo:

<i>Galego</i>	<i>Castelhano</i>	<i>Catalão</i>
Cant- <b>o</b>	Cant- <b>o</b>	Cant
Cant-a- <b>s</b>	Cant-a- <b>s</b>	Cant-e- <b>s</b>
Cant-a	Cant-a	Cant-a
Cant-a- <b>mos</b>	Cant-a- <b>mos</b>	Cant-a- <b>m</b>
Cant-a- <b>des</b>	Cant-a- <b>is</b>	Cant-a- <b>u</b>
Cant-a- <b>n</b>	Cant-a- <b>n</b>	Cant-e- <b>n</b>

O galego e o castelhano mantêm, como o português, a herança latina com bastante fidelidade; na segunda plural, o galego não sincopou a sonora, sendo, portanto, mais arcaizante do que o português e o castelhano. Já o catalão, sob o ponto de vista em exame, afastou-se bastante das outras línguas românicas ibéricas e ligou-se mais às do galo-romance, por razões várias, sobretudo históricas por suas ligações estreitas com a França desde 803, quando Carlos Magno conquistou aos árabes a região de Barcelona e a entregou a seu sobrinho, que falava provençal. A tendência a apocopar as vogais átonas explica as atuais formas; o *-u* da segunda plural resulta da vocalização do *-d*, remanescente do *-tis* latino (*cantatis* > *cantades* > *cantad* > *cantau*). Mesmo assim, o quadro das oposições número-pessoais do verbo catalão permite a dispensa do uso sistemático dos pronomes pessoais, da mesma forma que os de suas irmãs da Península Ibérica.

Entre as línguas do galo-romance, porém, a manutenção das oposições dos morfemas número-pessoais é menor, como se pode ver no quadro abaixo:

<i>Gascão</i>	<i>Provençal</i>	<i>Francês</i>
Jo cant- <b>i</b>	Ieu cant- <b>i</b>	Je chant-e
Tu cant-a- <b>s</b>	Tu cant-a- <b>s</b>	Tu chant-e- <b>s</b>
Eth(era) cant-a	El cant-a	Il chant-e
Nos cant-a- <b>m</b>	Nos cant-a- <b>m</b>	Nous chant-o- <b>ns</b>
Vos cant-a- <b>tz</b>	Vos cant-a- <b>tz</b>	Vous chant-e- <b>z</b>
Eths cant-a- <b>n</b>	Els cant-a- <b>n</b>	Ils chant-e- <b>nt</b>

Nessas línguas, como também no catalão, houve inicialmente apócope do *-o* na primeira pessoa. No catalão manteve-se a consoante final, mas nas outras surgiu um *-e* como vogal de apoio; nas regiões mais ao sul, já no séc. XII, o *-e* passou a ser pronunciado *-i*, que se manteve, donde *canti* no gascão e no provençal, línguas nas quais os morfemas número-pessoais apontam para um paradigma comum, modernamente denominado *occitano*. No francês, o *-t* da terceira singular foi apocopado em fins do séc. XI; *-ons* da primeira plural resultou da unificação das formas latinas *-amus*, *-emus* > *omos*, por razões ainda não muito claras, havendo romanistas que atribuem o fato à analogia com *sumus*, de uso muito freqüente; assim, esse *-o-* seria um alomorfe da vogal temática. Na segunda plural, houve um africamento de *-tis* > *tz*, conservado no gascão e no provençal e reduzido a simples sibilante em francês, hoje não mais pronunciada. Aliás, todas as formas rizotônicas do francês, em que pesem as diferenças ortográficas, são pronunciadas da mesma forma (*/chât/*), de modo que apenas as arrizotônicas *chantons* e *chantez* se distinguem claramente; daí a necessidade do uso dos pronomes pessoais na conjugação francesa, diferentemente das outras línguas estudadas até aqui.

No domínio do reto-romance, destacamos para análise e comparação três variedades lingüísticas, duas do rético ocidental, o sobresselvano e o valáder, e uma do oriental, o friulano, procurando dar uma visão completa das variantes dessa língua românica:

<i>Sobresselvano</i>	<i>Valáder</i>	<i>Friulano</i>
Yeu cant-e- <b>l</b>	Eu cant	Yo cant-i
Ti cant-a- <b>s</b>	Tü cant-a- <b>st</b>	Tù cant-i- <b>s</b>
El cant-a	El cant-a	Lui cant-e
Nus cant-e- <b>in</b>	Nus cant-a- <b>in</b>	Noaltris cant-i- <b>n</b>
Vus cant-e- <b>is</b>	Vus cant-a- <b>is</b>	Voaltris cant-a- <b>is</b>
Els cant-a- <b>n</b>	Els cant-a- <b>n</b>	Lor cant-i- <b>n</b>

## FONOLOGIA DO PORTUGUÊS LUSITANO

Afrânio Garcia (UERJ)

### INTRODUÇÃO

Ao observarmos as modalidades brasileira e lusitana da língua portuguesa, tornam-se evidentes diferenças profundas entre as duas modalidades, principalmente no tocante aos seus sistemas fonológicos e fonéticos. É interessante notar, no entanto, que a maioria dos estudiosos e gramáticos (e até alguns fonólogos e foneticistas), tanto no Brasil quanto em Portugal, ignora essas diferenças e descreve a fonologia e a fonética do português tendo em vista somente a modalidade da língua na sua terra natal.

O nosso trabalho pretende justamente levar ao público a forma como se dá a fonologia do português lusitano, conscientizando os nossos estudiosos da enorme diferença existente entre o sistema fonológico brasileiro e lusitano.

### A VOGAL QUE NOS SEPARA

A principal característica que distingue as modalidades lusitana e brasileira da língua portuguesa é a possibilidade ou impossibilidade de redução da vogal a pré-tônica a um schwa (vogal central média semifechada), sendo esta vogal extremamente comum no português lusitano e jamais ocorrendo no português brasileiro.

- Ex: (1) Maria /ɔ̃ œ œ œ œ œ œ œ œ/ (português do Brasil)  
/ɔ̃ ★ œ œ œ œ œ œ œ œ/ (português de Portugal)  
(2) cadeira /œ œ œ œ œ œ œ œ œ œ/ (português do Brasil)  
/œ ★ œ œ œ œ œ œ œ œ/ (português de Portugal)

Poderíamos pensar que este traço distintivo tem um caráter fonético e não fonológico, designando um tipo de alofone que ocorre em Portugal e não ocorre no Brasil, mas a diferença, neste caso, é de natureza fonológica: não se trata da possibilidade ou não da ocorrência de um determinado alofone, mas do fato de o sistema fonológico lusitano conter duas vogais centrais pré-tônicas diferenciadas: uma vogal central baixa /œ/, resultante de causas históricas (crase de duas vogais ou queda de uma consoante posterior), e uma vogal central

média, representada por Paul Teyssier como um a com trema: / $\text{a}^{\text{h}}$ /, pronunciada ora como a vogal central média semifechada / $\text{a}^{\text{h}}$ /, ora como a vogal central média semi-aberta / $\text{a}^{\text{h}}$ /, nos demais casos. Se repararmos nos seguintes exemplos do português lusitano, verificaremos essa oposição entre os fonemas / $\text{a}^{\text{h}}$ / e / $\text{a}^{\text{h}}$ / pré-tônicos.

Ex: (3) madeira / $\text{a}^{\text{h}}$  / (do latim materia)  
padeira / $\text{a}^{\text{h}}$  / (de paadeira < panataria,  
pessoa que faz pão)

(4) nação / $\text{a}^{\text{h}}$  / (do latim nationem)  
acção / $\text{a}^{\text{h}}$  / (de acção, com queda do /k/)

No português do Brasil, todas essas pré-tônicas soariam iguais, já que nosso sistema vocálico só admite um único fonema vocálico central pré-tônico: a vogal central baixa / $\text{a}^{\text{h}}$ / . Veremos a seguir como se configura o sistema vocálico lusitano.

## O SISTEMA VOCÁLICO LUSITANO

O sistema vocálico lusitano, assim como o brasileiro, comporta três subdivisões: um sistema de vogais tônicas, um sistema de vogais pré-tônicas e um sistema de vogais átonas finais.

O sistema de vogais tônicas compreende oito vogais, como podemos ver abaixo:

- / $\text{a}^{\text{h}}$ / – vida, ali, amigo;
- / $\text{a}^{\text{h}}$ / – verde, mesmo, vez;
- / $\text{a}^{\text{h}}$ / – perde, seta, dez, ténia;
- / $\text{a}^{\text{h}}$ / – fecha, venha, banho, falamos (pres.);
- / $\text{a}^{\text{h}}$ / – má, paço, ganho (< gaanho), falamos (pret.);
- /u/ – nu, muda, caju;
- / $\text{a}^{\text{h}}$ / – moça, cor, pouco;
- / $\text{a}^{\text{h}}$ / – cobra, mó, porta, amónia;

Note-se o valor decisivamente fonológico da vogal / $\text{a}^{\text{h}}$ /, que pode parecer ser uma simples acomodação da vogal/ $\text{a}^{\text{h}}$ /diante de consoante palatal, como em fecha e venha, mas que serve, por si só, para diferenciar as terminações da 1ª pessoa do plural dos tempos verbais do presente do indicativo (sempre / $\text{a}^{\text{h}}$  /) e do pretérito perfeito do indicativo (sempre / $\text{a}^{\text{h}}$  /). Outro ponto digno de

nota é a ocorrência das vogais abertas / $\text{e}$ / e / $\text{e}$ / antes de consoante nasal.

O sistema de vogais pré-tônicas compreende nove vogais, como podemos verificar abaixo:

- / $\text{e}$ / – dizer, livrar, pisar;
- / $\text{e}$ / – pregar (com pregos), ledor;
- / $\text{e}$ / – prègar (predicar), director,
- / $\text{e}$  / – pessoa, meter, pesar, velhaco;
- / $\text{e}$  / – cadeira, manada, parada;
- / $\text{e}$ / – caveira, padeira, má;
- / $\text{e}$ / – murar, morar, durar;
- / $\text{e}$ / – dourar, loureiro, tourada;
- / $\text{e}$ / – còrrar, adopção.

A vogal / $\text{e}$  / é um schwa muito fechado, aproximando-se do ponto de articulação da vogal / $\text{e}$ /, e nunca se confunde com a vogal / $\text{e}$  / que é sempre muito mais aberta.

O sistema de vogais átonas finais compreende três vogais, como segue:

- / $\text{e}$  / – passe, ponte, antes;
- / $\text{e}$  / – passa, boca, porta;
- / $\text{e}$  / – passo, tempo, como.

A redução da vogal / $\text{e}$  / átona final vem ocorrendo com tanta freqüência que muitos falantes já nem a pronunciam, limitando-se a pronunciar a consoante que a antecede: passe / $\text{e}$  /, ponte / $\text{e}$  /, morte / $\text{e}$  /. O mesmo acontece, com muito menos freqüência, com a vogal / $\text{e}$  / átona pós-tônica não-final, como em pêssego / $\text{e}$  /, pessoa / $\text{e}$  /.

## OUTRAS CARACTERÍSTICAS

Outras características que diferenciam o português lusitano do português brasileiro são:

a) pronúncia do ditongo / $\text{e}$  / como / $\text{e}$  /, quer seja ou não nasalizado.

Ex: (5) lei /●⊗Ɀ/ (português lusitano)

/●ℓⱿ/ (português brasileiro)

(6) bem /Ɀ⊗Ɀ↓Ɀ/ (português lusitano)

/Ɀℓ↓Ɀ/ (português brasileiro)

b) pronúncia do r forte como uvular.

Ex: (7) ratoeira /⊗ⱿⱿ◆◆ⱿℓⱿⱿⱿⱿ/ (português lusitano)

/⊗Ɀ◆◆ⱿℓⱿⱿⱿ/ (português brasileiro)

c) manutenção da pronúncia do l velar /ℓ/, que no Brasil já se transformou em semivogal.

Ex: (8) mal /○Ɀℓ/ (português lusitano)

/○Ɀ♦/ (português brasileiro)

d) não-palatalização das consoantes t e d antes de semivogal ou vogal anterior alta.

Ex: (9) titio /◆ⱿⱿ◆Ɀ◆/ (português lusitano)

/◆ⱿⱿⱿ◆Ɀ◆/ (português brasileiro)

(10) dia /ⱿⱿⱿⱿ/ (português lusitano)

/ⱿⱿⱿⱿ/ (português brasileiro)

**O ENGENDRAMENTO DE CONCEITOS EM LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE, EM DISCURSOS LITERÁRIOS E EM DISCURSOS SOCIAIS NÃO-LITERÁRIOS**

*Maria Aparecida Barbosa (USP)*

**RESUMO**

Este trabalho propõe-se a examinar aspectos importantes dos níveis conceptual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. O estudo das estruturas e funções das unidades-padrão do plano cognitivo e do plano semiótico tem grande relevância, no âmbito das pesquisas lexicológicas, semânticas e terminológicas. São analisadas, aqui, de um lado, a complexidade estrutural e funcional dos constructos do primeiro nível – arquiconceito, meta-conceito, metametaconceito, com vistas à proposição de uma tipologia de campos conceituais; de outro, são examinadas diferenças conceituais e metodológicas entre conceito e definição, enquanto subsídios para a metodologia de configuração de traços semântico-conceptuais de um conceito.

Palavras chaves: Arquiconceito; Conceito; Metaconceito

**INTRODUÇÃO**

A articulação entre a semântica cognitiva e a semântica lingüística tornou-se um dos paradigmas das ciências da linguagem, em sua fase pós-moderna. Acreditamos, pois, da maior importância o desenvolvimento de modelos que possibilitem analisar e descrever o patamar da *cognição* e suas relações com o patamar da *semiotização* lingüística, especificamente, neste artigo, com o da *terminologização* (Barbosa, 1998a: 25-44).

Assim, nós nos propusemos, neste trabalho, a examinar aspectos importantes dos níveis conceptual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. Analisamos, aqui, de um lado, a complexidade estrutural e funcional dos *constructos* do primeiro nível – *arquiconceito*, *metaconceito*, *metametaconceito* -; de outro, examinamos diferenças conceituais e metodológicas entre os processos de conceituar e de definir, de modo a obter subsídios, para uma metodologia de configuração dos traços semântico-conceptuais de um *conceito*. Isso torna possível, ainda, a caracterização de diferentes tipos de contextos, discursos manifestados em que são engendrados *conceitos*, por distintos processos. Tais contextos constituem as principais fontes de



que são extraídos os correspondentes traços semântico-conceptuais. Com efeito, é na instância discursiva que se produz a *cognição* e a *semiose*, se instaura a *conceptualização* de um ‘fato’, se engendra um *conceito* e sua manifestação lingüística. É no discurso manifestado, pois, que se presentificam os traços conceptuais, num procedimento de codificação; e é dele que se extraem, num procedimento de investigação, esses mesmos traços.

### A FORMAÇÃO DO CONCEITO EM DISCURSOS DE DIFERENTES NATUREZAS

Analisando os contextos que sustentam e manifestam a complexa formação do *conceito*, no caso discurso técnico-científico, contextos constituídos de textos de especialistas e da mídia-, de que se extraem os traços conceptuais, formadores de tal *conceito*, ou no caso do discurso literário, ou, ainda, no caso de diferentes discursos sociais não-literários, verifica-se, como dissemos no item anterior, que alguns desses contextos privilegiam o *conceito stricto sensu*, outros, o *metaconceito* e, outros, enfim, o *metametaconceito*, sempre numa relação dialética de presentificação dos traços já existentes no sistema e a incorporação de novos traços decorrentes das circunstâncias específicas da enunciação e do enunciado em causa.

Com efeito, em cada universo de discurso o *processo de engendramento do conceito* tem aspectos bastante específicos, que requereriam um exame minucioso, já que esse *processo*, ao lado de outras *marcas*, pode ser um caracterizador importante de universos de discurso, enquanto classes de discurso, ou de discursos manifestados. Desse modo, o *processo* de neles enfatizar, ou o *conceito stricto sensu*, ou o *metaconceito*, ou o *metametaconceito*, bem como o *processo de criação* desses subconjuntos conceptuais, nesses universos, ao longo do percurso realizado pelo enunciador do discurso em questão, nas etapas da enunciação – da *cognição* à *semiose* –, constituem diferenciadores relevantes de cada um deles. Apenas esses dois aspectos serão aqui considerados, pois o exame exaustivo de todas as marcas dos universos de discurso escaparia aos limites deste artigo.

Antes, porém, parece-nos necessário retomar, neste momento, a

concepção de universo de discurso tal como formalizada por Pais:

Tomando-se a noção matemática de universo, como “conjunto de todas as partes”, torna-se possível elaborar uma concepção muito útil, o metamodelo de universo de discurso. Assim, este pode ser definido como um conjunto não-finito ou que tende ad infinitum, de todos os discursos manifestados que apresentam determinadas características e constantes, assim como determinadas coerções, suscetíveis de configurar uma norma. (...) A norma discursiva que lhe corresponde, definida por tais características comuns e constantes, bem como por tais coerções, configura, portanto, um conjunto de critérios de equivalência, pelos quais é lícito reunir diferentes discursos manifestados, discursos-ocorrências, numa classe de equivalência discursiva, o universo de discurso considerado. Essa norma é dinâmica, seja porque se reformula continuamente, ao longo do eixo da História, seja porque sofre a interferência de normas de outros universos de discurso. O sujeito falante-ouvinte dela tem ou pode ter uma noção intuitiva, ao passo que, do ângulo científico, assume sempre um valor estatístico (constantes em relação a variáveis) e nunca imperativo, já que um único e mesmo discurso manifestado poder pertencer simultaneamente a mais de um universo de discurso, como, por exemplo, o científico/pedagógico. Por outro lado, semelhante norma de universo de discurso compreende, na verdade, uma série de normas frásticas, lexicais, sintáticas, semântico-sintáticas e, por vezes, fonético-fonológicas, e outras tantas normas transfrásticas, narrativas e discursivas. Relativas à argumentação, à verificação, à verossimilhança ou à eficácia e às relações entre estas, às concernentes aos mecanismos de persuasão/interpretação, de manipulação e contramanipulação, a formulações específicas das relações enunciado/enunciação, das relações inter-subjetivas e espaço-temporais, como, ainda, as que dizem respeito às modalidades e às modalizações discursivas dominantes, ou às que estariam, em princípio, excluídas, e, enfim, aos processos de produção e sustentação de ideologia próprios aos diferentes universos de discurso (Pais, 1984: 44-45).

A essas normas julgamos necessário acrescentar os dois *processos* acima apontados, ou seja, as normas que se referem, respectivamente, ao *processo de criação do conceito, modus operandi* conceptual (A), instância do discurso em atualização, e ao *processo de seleção das pregnâncias*, na construção do *conceito lato sensu*, que se concluem, como *produto*, no discurso realizado (B), não só em discursos técnico-científicos, como também nos discursos literários e em distintos discursos sociais não-literários.

Vale a pena lembrar as palavras de Greimas, no tocante à organização dos discursos figurativos e não figurativos:

O rápido progresso de nossos conhecimentos sobre a organização dos discursos figurativos (folclore, mitologia, literatura) suscitou espe-

ranças quanto à possibilidade de uma classificação e de uma regulamentação das formas narrativas que dessem lugar a uma gramática e a uma lógica narrativas (...) Reconheceu-se, em seguida, a impossibilidade de construir gramática discursiva que não desse conta, também, dos discursos não figurativos – ou que assim o parecem –, que são os discursos desenvolvidos no vasto domínio das “humanidades”, que desconhecesse os discursos que desenvolvemos nós mesmos em ciências do homem (Greimas, 1976: 3).

Quanto ao processo de construção de um conceito, *modus operandi* conceptual (A), cabe ressaltar, antes de mais nada, que esse processo pode ser “vertical” – do “fato” para o patamar cognitivo –, ou pode ser desencadeado nas relações sintagmáticas de um discurso manifestado, em que o autor vai pouco a pouco construindo, no seu texto, um *conceito* qualquer. No segundo processo, a combinatória das palavras-ocorrência vai paulatinamente configurando o recorte conceptual que o autor tem de um ‘fato’. De outro ângulo, tem-se o percurso que toma como ponto de partida o discurso manifestado, para chegar novamente ao nível conceptual, que caracteriza o *fazer interpretativo do sujeito enunciatário*, ou, noutras palavras, um *processo semasiológico*, do signo para o *conceito*, realizado por quem ouve ou quem lê; qualifica-se, assim também, o percurso lexicográfico-terminográfico, enquanto processo que parte da manifestação do nível lexemático, com as seleções, restrições e combinações semânticas estabelecidas em discurso, para, num *metadiscurso* igualmente configurado como *fazer interpretativo*, articular semas representados por *metatermos lexemáticos*, operação de que resulta a *definição*.

Ainda na perspectiva do processo (A), deve-se observar que a construção do *conceito* assume características semânticas, sintáticas, semióticas, pragmáticas diversas, se ocorre nas linguagens de especialidade ou nos discursos literários e ou em outros discursos sociais não-literários: o modo de engendramento de um *conceito* está, pois, em *função do universo de discurso*.

Assinalemos, aqui, uma diferença relevante: no discurso científico, sujeito e anti-sujeito correspondem freqüentemente a interlocutores; no discurso literário, sujeito e anti-sujeito são instalados no texto pelo autor. No discurso científico/tecnológico, o engendramento de um *conceito* geralmente se dá em relações intertextuais/interdiscursivas de vários pesquisadores, simultaneamente à

formulação da teoria que o contém; no discurso literário, uma obra pode ser auto-suficiente, no engendramento de um *conceito*, numa intertextualidade intra e interdiscursiva. No discurso técnico-científico, teórico e/ou prático, assim como no discurso literário, o engendramento do conceito é sintagmático, narrativo, transfrástico; no discurso terminológico, é eminentemente paradigmático, como processo e produto final, embora resulte de extrações de contextos de natureza transfrástica.

Quanto ao processo de enunciação, é preciso considerar o papel actancial de Sujeito enunciador. No discurso técnico-científico, converte-se num ator individual e/ou coletivo, que sustenta, de toda maneira, a ‘visão de mundo’, os recortes culturais da comunidade científica e da área de especialidade em causa; no discurso literário, temos via de regra, um Sujeito enunciador que se converte, nas estruturas discursivas, em um ator (o autor, por exemplo, ou seu pseudônimo, ou um ator delegado, etc.); no discurso jornalístico e no discurso político, ainda que se manifeste um ator, este remete ao papel actancial de um sujeito enunciador coletivo, na medida em que deve representar aspirações, expectativas, exigências de um partido político, de uma classe social, de um grupo profissional.

Entretanto, nas relações que se estabelecem entre o *conceito*, no nível semântico-cognitivo, a *tematização* e a *figurativização*, no nível semiótico, como também no próprio processo de enunciação residem, quanto ao processo (A), as principais diferenças entre universos de discurso. De maneira geral, um *conceito* é convertido, no percurso gerativo da enunciação, em *temas*, abstratos, e em *figuras* que dão ‘corpo’, ‘espessura’ à idéia, acentuando seu efeito de sentido de veridicção ou verossimilhança, entendendo-se por tema a semiotização do conceito, por tematização, o processo de construção de idéias abstratas e, por figurativização, o processo de corporificação dessas idéias. Daí resultam as isotopias temáticas e as isotopias figurativas, enquanto processos de redundância sêmica. Nessas condições, um discurso filosófico, por exemplo, *tende* a ser mais abstrato, com maior incidência de isotopias temáticas; um texto literário *tende* a ser mais figurativo, com grande abundância de isotopias figurativas, embora tais distinções jamais sejam excludentes. Noutras palavras, são efetuados *recortes distintos*, tomando como ponto de partida *conceitos lato sensu*, ‘modelos mentais’. Nos discursos polí-

tico, jornalístico, publicitário, a (re)elaboração de um conceito, no nível semântico-cognitivo, resulta de um trabalho de equipe, na medida em que busca captar e/ou reconstruir o imaginário coletivo da sociedade ou de um segmento social. O sujeito enunciador do discurso político, por exemplo, geralmente não fala em seu próprio nome mas em nome das diretrizes partidárias e dos interesses que esse partido procura defender. Desse modo, o *processo de cognição*, de contínua reconstrução do ‘saber sobre o mundo’ assume características específicas, visto que se acha intimamente relacionado ao processo de ‘formulação do mundo’, de construção da ‘visão do mundo’ desse grupo, como é o caso, por exemplo, do mundo semioticamente construído pelos grupos políticos que defendem os interesses dos grandes proprietários rurais.

Da mesma forma, distingue-se o engendramento do *conceito* de *medo*, quando tratado num discurso científico como o da clínica médica, ou quando é processado numa tragédia, no teatro.

Assim, também, se pode tomar como pontos de partida, na conceptualização, os *conceitos* de *amor*, *morte*, *felicidade/infelicidade*, *possibilidade/impossibilidade* e conduzir à sua conversão em tema, no nível semiótico, chegando a “amor impossível”. Desse ângulo, é legítimo relacionar *Romeu e Julieta* e *Orfeu Negro*. No entanto, diferenciam-se claramente, no que tange à figurativização, à espacialização, à temporalização, nas estruturas discursivas.

Semelhante análise aplica-se a outro exemplo. O evento “bombardeio do Afeganistão”, tem um núcleo conceptual comum, a que chamaremos um *arquiconceito temático*, resguardadas as diferentes concepções e pregnâncias socioculturais – *metaconceito* – do ‘fato’. Nessas condições, estará contido em diferentes títulos de jornais, como, por exemplo, “Davi e Golias”, “Barbárie contra barbárie”, “Civilização contra barbárie”, dentre outros, cada qual suas especificidades temáticas – correspondentes a pregnâncias do *metame-taconceito*, dos semas conceptuais modalizadores -, figurativas, actoriais, espaciais e temporais.

Dessa maneira, o *arquiconceito* (nível conceptual) está contido no tema<sub>1</sub>, subjacente ao título<sub>1</sub>, no tema<sub>2</sub>, subjacente ao título<sub>2</sub> e assim por diante. Como se vê, tema e título situam-se no nível semiótico.

Quanto a esse aspecto cumpre acrescentar que a *tematização* que se dá no nível discursivo ou de superfície de discursos manifestados e seus correspondentes textos é, sempre, o resultado da conversão, não só das estruturas narrativas e da semântica profunda, patamares do percurso gerativo da enunciação, no nível semiótico, mas também e, sobretudo, da *semiotização* (conversão) de um *conceito* (*conceptus*), do nível do metassistema conceptual, pré-lingüístico, pré-semiótico e trans-semiótico.

Desse modo, o *conceito*, enquanto ‘modelo mental’ ou, noutras palavras, enquanto conceptualização de uma experiência, funciona como um *arquiconceito temático* que orienta a *tematização* em diferentes discursos verbais, não-verbais e sincréticos, no interior de determinada cultura ou no âmbito de várias culturas – como foi o caso de *Romeu e Julieta* e de *Orfeu Negro* acima citados. Esse *arquiconceito* pode, é claro, apresentar nuances no tocante a diversos discursos e textos em que se manifesta, relativas a algumas *pregnâncias*. Mas o *núcleo de traços semânticos conceptuais*, definido pela intersecção de *conceitos* que *constitui* o *arquiconceito temático* assegura a *possibilidade de transcodificação, a intertextualidade e a interdiscursividade*. Ao mesmo tempo, o *arquiconceito* determina as *isotopias conceptuais* – que, no processo de semiotização, se convertem em *tematização* – e tem a *função* de um *critério de equivalência*, de um *tertius comparationis*, que justamente autoriza a *transcodificação, a intertextualidade e a interdiscursividade* já mencionadas, de tal forma que entre os discursos (processos) e os textos (produtos) estabelecem-se necessariamente as referidas relações interdiscursivas e intertextuais, precisamente porque subjazem àqueles discursos e textos – intraculturais ou interculturais – os mesmos *arquidiscursos* e *arquitexto* (Pais, 2001).

Isso significa que, no percurso que vai da conceptualização à semiotização houve uma *seleção* de traços semântico-conceptuais e o correspondente recorte do recorte cultural pré-existente, *em função* das *constantes* e *coerções* características de universos de discurso. Noutros termos, as *pregnâncias* são redirecionadas.

Veja-se o que sintetiza o seguinte esquema:

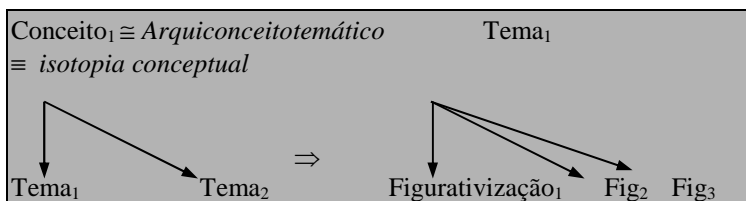


Figura 1: Do conceito e sua semiotização

Essa dominância de alguns elementos do *conceito* sobre outros constitui uma ‘escolha’ do Sujeito enunciativo no processo de enunciação. Um dos aspectos que caracteriza a especificidade da cognição, em diferentes universos de discurso, são as distintas pregnâncias de um mesmo ‘fato’: cada universo de discurso apreende e reelabora certos traços semântico-conceptuais, deixando outros traços latentes. Conseqüentemente, o *conceito* vai ser tematizado e figurativizado, no nível semiótico, de acordo com as pregnâncias do Sujeito enunciativo.

Quanto aos subconjuntos conceptuais suscetíveis de ênfase nos diferentes discursos, processo (B), diríamos que o discurso técnico-científico *tende a privilegiar o conceptus stricto sensu* – subconjunto dos traços que servem à conceptualização da semiótica natural – e, ainda, nos discursos que circulam na comunidade científica internacional, o *arquiconceptus*, multilíngüe e multicultural. O discurso literário *tende a dar ênfase ao metaconceptus* – subconjunto dos traços semântico-conceptuais culturais, produzindo simultaneamente, uma modificação do recorte cultural, própria de uma reconstrução particular do mundo semioticamente construído. O discurso político e o discurso jornalístico, por exemplo, *tendem a destacar o metametaconceptus*, subconjunto dos traços modalizadores, manipulatórios, em busca de *eficácia* discursiva.

Esquemáticamente, temos:

Universo de Discurso	<i>Modus operandi</i> conceptual	Tendência à dominância de subconjuntos conceptuais
Discurso terminológico	eminente paradigmático	<i>conceptus stricto sensu arquivconceptus</i>
Discurso técnico-científico	paradigmático-sintagmático	<i>conceptus stricto sensu arquivconceptus</i>
Discurso literário	eminente sintagmático	<i>metaconceptus</i>
Outros Discursos sociais não-literários	eminente sintagmático	<i>metametaconceptus</i>

Figura 2: Tendências de conceptualização

### SEMIOTIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO

O quarto momento do percurso gerativo da enunciação de codificação é o da *lexemização*, que corresponde à conversão do *conceito* em *grandeza-signo*, *função semiótica* e/ou *funções metasemióticas*, ou seja, à passagem do nível cognitivo para o nível semiótico, à configuração do conceito em significação, precedente à sua atualização num discurso concretamente realizado.

Impõem-se, aqui, algumas observações. No processo de conversão do *conceito lato sensu* em unidade lexical, os três subconjuntos do primeiro – *arquivconceptus*, *metaconceptus*, *metametaconceptus* –, transformados em semas lingüísticos, passam a constituir o *semema* dessa unidade lexical, o qual, em nível de sistema, caracteriza-se como *polissêmico* e, muitas vezes, *polissemêmico*, ou seja, o *sobressemema*, não só por conter os traços semânticos dos três subconjuntos citados, mas também por conter, eventualmente, traços semânticos de outros *conceitos lato sensu*. É o caso, por exemplo, da unidade lexical *peça*, considerada em nível de sistema.

Por outro lado, um *conceito* pode ser representado, nessa instância de semiotização, por uma ou várias unidades lexicais, respectivamente, campos lexicais unitário ou múltiplo, num mesmo texto ou em textos distintos.



De outro ângulo, uma unidade lexical pode integrar vários campos lexicais, em nível de sistema e de discurso, em função dos recortes que sustenta e da rede de relações que se estabelecem entre conceitos afins, nos diferentes universos de discurso. Assim, por exemplo, *liberdade* pertence a um campo semântico do discurso político, na expressão *liberdade, igualdade, fraternidade* e pertence ao discurso publicitário na expressão “*you tem mais liberdade usando o cartão de crédito x...*”. No primeiro caso, liga-se aos conceitos de ideal de democracia e Estado de Direito, no segundo caso, ao conceito de poder aquisitivo.

Observemos, ainda, que esses processos se realizam com qualquer tipo de unidades lexicais – simples, compostas, complexas, textuais –, que, nesse nível de sistema, integram a *instância de competência* que precede e autoriza a sua atualização num discurso manifestado.

No processo de contextualização, tem-se um *epissemema* (simultaneamente, com a redução dos semas do *sobressemema*, ou seja, a seleção determinada por uma situação de discurso e de enunciação, e o acréscimo de semas do contexto, na combinatória sintagmática), de que resulta a *semiose*. Nesse nível, as unidades lexicais do discurso manifestado que representam o mesmo *conceito lato sensu* podem ocorrer como função semiótica, ou como metassemiótica *lato sensu*.

É imprescindível não confundir mas distinguir, com toda a clareza, de um lado, as relações que se estabelecem entre subconjuntos de traços semântico-conceptuais do *conceito lato sensu*, que se situam no *nível semântico-cognitivo, relações intra e interconceptuais*, e, de outro lado, as *relações de significação*, que se estabelecem, por sua vez, no *nível semiótico*, entre *denotação (grandeza-signo, ERC)*, *conotação (metáfora, metonímia, (ERC)RC)* e *metassemiótica propriamente dita, ER(ERC)*.

## CONCLUSÃO

Constatamos a diversidade organizacional do *conceito*, com seus sucessivos conjuntos de traços caracterizadores – dos biológicos aos ideológicos –, bem como a existência do processo de neutra-

lização, também no plano conceptual, de que resulta o *arquiconceito*. Pudemos construir modelos que permitissem a descrição da estrutura dos *campos conceptuais unitário e múltiplo*, de seus respectivos *arquiconceitos, metaconceitos e metametaconceitos*, numa perspectiva mono e plurilíngüe. Pudemos, também, propor metodologia de engendramento de conceitos no domínio terminológico. O modelo foi aplicado à análise da formação do *conceito*, a fim de ressaltar a natureza multifuncional de *conceitos, campos conceituais, campos lexicais, campos terminológicos*.

Observamos, também, aspectos relevantes concernentes ao *modus operandi* conceptual e ao direcionamento das pregnâncias, como possíveis caracterizadores, dentre outros, de linguagens de especialidade, de discursos literários e de discursos sociais não-literários.

#### BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Maria Aparecida. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. *Acta Semiotica et Linguistica*. São Paulo, v.7, p. 25-44, 1998a.

———. Paradigmas de criatividade léxica. *Hommage à Mme. Le Professeur Simone Saillard. Textures. Cahiers du CEMIA*. Lyon : Département de Langues Romanes de l'Université Lumière Lyon 2, p. 385-405, 1998b.

———. Campo conceptual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 10, p. 29-52, 1999.

———. Estruturas e tipologia dos campos conceptuais, campos semânticos e campos lexicais. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 8, p. 95-120, 2000.

BÉJOINT, Henri; THOIRON, Phillippe *et al.* Notion d' "archi-concept" et dénomination. *Meta. Journal des Traducteurs*. Montréal, Presses de l'Université de Montréal, p. 512-523, 1996.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona : Editorial Antártida/Empuries, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo : DIFEL-SBPL, 1976.

PAIS, Cidmar Teodoro. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 7, p. 43-65, 1984.

———. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systématique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Paris/Lille : Université de Paris-IV, ANRT, 1993.

———. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du C.E.M.I.A.* Lyon : Université Lumière Lyon 2, p. 271-311, 1998.

———. Semântica cognitiva, noêmica, semântica lexical e semiótica das culturas. SILVA, Dinorá Fraga da. e VIEIRA, Renata. (Orgs) – *Ciências cognitivas em semiótica e comunicação*. São Leopoldo : Ed. Unisinos, p. 13-50, 1999.

———. Conceptualização, interdiscursividade, arquiteyto, arquidiscursivo. *V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Livro de Resumos e Programação*. Rio de Janeiro : CiFEFiL, p. 67-68, 2001.

POTTIER, Bernard. *Théorie et analyse en linguistique*. 2 éd. Paris : Hachette. 1991.

———. *Sémantique générale*. Paris : P.U.F., 1992.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris : PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. Tradução de C. T. Pais. *Acta semiótica et linguística*. São Paulo, v.8, p. 445-470, 2000.

**PROLIFERANDO IMAGENS  
A SEMIÓTICA DE PAPA-CAPIM**

*Simone Zied Pinheiro (UFSCar)  
Rejane Cristina Rocha (UNESP)*

**RESUMO**

Por intermédio de uma história em quadrinhos, "Objeto encontrado não identificado", discute-se a teoria semiótica, levando-se em consideração o signo triádico peirceano, o objeto segundo Moles e a questão da impregnação do analógico pelo digital no signo, proposta por Barthes.

**Palavras-chaves:** *Signo triádico; objeto analógico; digital.*

**INTRODUÇÃO**

A busca pela interpretação pode ser considerada um dos primeiros questionamentos humanos. A indagação "o que significa isso?" persegue o ser humano antes mesmo que ele possa formular tal pergunta verbalmente. Essa busca pode ser bem exemplificada pela história em quadrinhos (HQ) "Objeto encontrado não identificado". Nela, o pequeno índio Papa-Capim encontra essa mesma indagação diante de um objeto que lhe é estranho. A angústia expressa em seu rosto acaba por contagiar também sua comunidade tribal, que passa a produzir diversos significados por meio de um único objeto.

É preciso responder à questão "o que é isso que está diante de mim?", pois ela, que tem um cunho filosófico, é a mesma que se encontra em todo o ser humano. O que esta HQ faz é evidenciar a busca por uma interpretação da realidade que nos circunda.

Portanto, o que se propõe neste artigo não é uma análise aprofundada nem mesmo um inventário da teoria semiótica, mas sim uma reflexão a propósito de pontos que, suscitados pelas nossas leituras, julgamos importantes no quadro da referida teoria.

Acerca desses pontos da teoria semiótica, optamos por uma metodologia empírico-indutiva, caminhando do particular para o universal; ou seja, partimos de uma história em quadrinhos ("Objeto encontrado não identificado") – que julgamos como "verdadeira aula de semiótica" – em direção à teoria propriamente dita.

O corpus conceitual, então, será tratado no decorrer das análises suscitadas pela história em quadrinhos (HQ) escolhida. Recortaremos alguns conceitos-chave, como: *signo*, *semiose ilimitada* (ambos segundo Peirce), reflexões acerca do *objeto* (na concepção de Moles), relações entre *analógico* e *digital* (segundo Barthes). Algumas dessas precisões conceituais tornam-se necessárias para escaparmos das armadilhas polissêmicas que permeiam muitos dos conceitos semiolinguísticos. Quanto ao corte epistemológico na semiótica, privilegia-se a questão do objeto: é por meio dele que se estudará o signo.

## PROLIFERANDO IMAGENS: A SEMIÓTICA DE PAPA-CAPIM

### *Impregnando o analógico pelo digital*

"Objeto encontrado não identificado" é uma história apenas icônica, ou seja, é um texto não-verbal, sem os tradicionais balões das HQs.

O que se narra é a história de um objeto encontrado por um curumim chamado Papa-Capim. Ele leva o objeto – que o leitor sabe tratar-se de um aviãozinho de brinquedo – para diversos membros de sua aldeia a fim de analisarem o que ele significa.

É interessante observar que, menos preocupados com a função do objeto encontrado, os índios querem, mesmo, é entender o seu significado na cultura do "homem branco". Sabemos que Papa-Capim identifica o objeto como pertencente a uma outra cultura que não a sua, nem a das tribos vizinhas, e que não se trata de algo da natureza.

Cada um dos índios que toma contato com o objeto atribui a ele um sentido diferente, chegando a uma calorosa discussão. Por fim, um menino branco – provável dono do objeto – encontra o aviãozinho e, ao brincar com ele, revela para a tribo atônita seu sentido convencional. Posteriormente, para se ter um efeito final cômico, a mesma dúvida intrigante é suscitada por um objeto indígena em um grupo de antropólogos.

Se pensarmos no signo peirceano como uma combinação triá-

dica em que um dos elementos é o *objeto*<sup>1</sup> e que o seu sentido é construído por meio do *representamen*<sup>2</sup> e do *interpretante*<sup>3</sup> – os outros dois correlatos do signo –, o percurso narrativo dessa HQ metaforiza o modo como um objeto assume um determinado significado.

O signo aviãozinho produz diferentes sentidos na mente de cada índio que entra em contato com o brinquedo: a pequena índia o interpreta como um adorno para cabelos; o outro curumim, como instrumento musical; o pajé, como artefato místico; e o índio adulto como um utensílio cortante. A interpretação do objeto varia de acordo com a realidade e prioridades de cada índio. Tal objeto antes de adquirir um caráter funcional, tem um valor significativo, pois remete à própria individualidade cognitiva de cada um deles.

Essa "plurinterpretação" é possível porque o *representamen* do signo aviãozinho é ausente para os membros da tribo que o manipulam. Se não há uma identificação definitiva do objeto, cada um que com ele toma contato pode atribuir-lhe a acepção que bem entender. Em suma, o *representamen* está ausente no interior dessa historinha pelo fato de que os índios não identificam o objeto em questão, por isso ele pode assumir uma série de significados.

Prova da ausência do *representamen* do signo aviãozinho é o fato de que a fruta, colhida por Papa-Capim, possui um *representamen* exposto, apesar de estar na mesma HQ e de em nenhum momento ser nomeada verbalmente. Portanto, é a postura de Papa-Capim e de sua amiga diante da fruta que mostra que esta é identificada por eles.

Essas diversas acepções expressam muito a respeito de quem é o doador de sentido que, para compensar a ausência do *representamen*, demonstra os diferentes significados possíveis do objeto por

---

<sup>1</sup> Segundo Peirce, o objeto de um signo é aquele que "pressupõe uma familiaridade com algo de sorte a veicular alguma informação adicional concernente a esse algo". (PEIRCE, 1975, p. 96).

<sup>2</sup> O *representamen* "é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém". (PEIRCE, 1975, p. 94)

<sup>3</sup> O *interpretante*, terceiro correlato do signo, é aquele que "dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou, talvez, um signo melhor desenvolvido". (PEIRCE, 1975, p. 94)

meio de gestos. A pequena índia entende o objeto como um adorno e o expõe como tal ao desfilar com ele preso nos cabelos; o Papa-Capim identifica o objeto como um instrumento para alcançar outras coisas e explica o seu sentido, colocando-o em uso; e mais ainda: sabemos que o índio mais velho – cuja cabeça é ornada por plumas – é um pajé, não só por estas particularidades, mas, sobretudo, pelo fato de conceber o significado do aviãozinho numa dança ritualística.

A ausência do *representamen* abre espaço para uma visível semiose ilimitada, pois a carga conotativa do signo aviãozinho admite várias possibilidades de interpretação, ou seja, "todo o conjunto das constelações de atributos que vem carregar o signo ou as reuniões de signos" (Moles, 1972:19) surgem pela multiplicidade de possibilidades que a falta de um *representamen* fixo produz. No entanto, é preciso esclarecer que a semiose ilimitada ocorreria independentemente da ausência ou presença do *representamen*. Mas a ausência deste correlato potencializa a explicitação dos múltiplos *interpretantes*. Prova disso é o fato de os índios buscarem diversos *interpretantes* no intuito de também encontrarem um *representamen* que veicule o sentido do objeto que têm diante de si.

Para Barthes (1982:25), a questão da semiose ilimitada ou a sucessão de *interpretantes* é entendida como um processo analógico, que consiste na produção de *interpretantes ad infinitum*. Por isso, em *Elementos de Semiologia* (1996:55), o autor propõe uma "impregnação do analógico pelo digital", ou seja, a busca de uma precisão que, em meio à subjetividade, possibilite um estudo profícuo do signo. A HQ metaforiza esse processo quando narra as diversas investidas dos índios em direção ao objeto não identificado. Ou seja, o objeto que gera distintos *interpretantes* na mente de cada índio – e, por isso mesmo, apresenta-se como um objeto analógico – deve ser impregnado pela objetividade, pelo digital. O digital é, portanto, aquele elemento que confere a essa gama de possibilidades uma sistematização para a análise do objeto.

Retomando os conceitos peirceanos, o que acontece durante esse processo de busca do *representamen* e, conseqüentemente do *interpretante*, é que não existe ainda um signo definitivamente construído ou formado. Isso porque entendemos o signo como Peirce o descreveu, ou seja, como uma relação triádica entre *representamen*, ob-

*jeto e interpretante* e, no caso, apenas o *objeto* está definido para tribo. Em suma, o processo narrativo da HQ tematiza a relação triádica entre os correlatos do signo.

Deixando a macro-discussão e pensando em uma especificidade do signo, esta HQ apresenta uma série de signos indiciais com os quais não nos preocuparemos, posto que eles apenas ajudam a compor o cenário, tais como as cores utilizadas para compor o fundo dos quadrinhos, que informam que é dia e que não está chovendo.

Vamos nos ater, então, aos principais signos orientadores icônicos e simbólicos, como o ícone aviãozinho e os símbolos da nota musical e do assobio.

Percebe-se que há uma tentativa, por parte dos índios, de encontrar um elemento orientador para o objeto não identificado: já que o *objeto* por si só é desorientador para a comunidade em questão, ela desenvolve uma orientação de outra ordem, a saber, uma orientação icônica. O aviãozinho adquire uma feição enigmática para a comunidade em razão de sua não-decodificação pelo grupo, o que o torna um objeto desorientador. Para suprir essa deficiência diante do objeto, a comunidade estabelece orientações icônicas, valendo-se de gestos para identificar o objeto em questão: o modo encontrado por ela para explicar o signo aviãozinho é colocá-lo em funcionamento.

Por outro lado, os símbolos da nota musical e do assobio são extremamente orientadores. Observe-se que o símbolo musical possui um duplo aspecto: é, ao mesmo tempo, um símbolo do som emitido no interior da HQ (relacionado aos índios que o ouvem) e um símbolo de notas musicais (relacionado ao leitor que o vê). No interior da HQ – que é a dimensão que mais nos interessa –, o som produzido pelo aviãozinho orienta Papa-Capim e sua amiga para a impossibilidade desse ser um instrumento musical, posto que produz um som ruim – o que é percebido pelo leitor pela aparência distorcida das notas musicais.

No que diz respeito ao símbolo assobio, percebe-se que ocorre também o duplo aspecto assinalado acima. A comunidade indígena aceita o aviãozinho como objeto lúdico quando percebe a apropriação do objeto pelo garoto branco, e o assobio é um símbolo orientador porque expressa a afinidade e a familiaridade do garoto com o



seu objeto.

Segundo Peirce (1975:105), há, na prática, apenas dez possibilidades de arranjo de classes de signos. Numa situação cotidiana, o aviãozinho seria um *sin-signo icônico (remático)*, porque seria um signo concreto, que é representado por uma figura que muito se assemelha ao objeto e produz na mente do interpretador uma idéia determinada. No entanto, o aviãozinho da HQ passa a ter uma série de *interpretantes* distintos, informando o que é prioridade ou o que se passa na mente de cada um dos índios quando estes entram em contato com o objeto. Assim, o *sin-signo icônico*, que para Peirce só pode ser *remático*, passa a ser *discente* por veicular os diversos sentidos que o objeto passa a ter na mente de cada índio. Não é, contudo, um *argumento*, por não produzir uma explicação do porquê o aviãozinho é tal tipo de instrumento ou outro qualquer. É importante frisar que Peirce, e mesmo Nöth, não concebem um *sin-signo icônico dicente* porque eles tratam de signos identificados, mas o aviãozinho de brinquedo é um signo ainda não decodificado pela tribo indígena da historinha.

### ***Papa-Capim não papa tanto capim assim...***

Se para Peirce (1975:99) o objeto é um dos correlatos do signo, em Moles (1972), esse mesmo termo será tratado de forma diferente. Moles investiga uma outra questão: a do objeto concreto com tamanho e natureza específica, que se encontra fora do sujeito e para o qual este último tende. Neste sentido, o objeto é fruto do labor humano; ele não faz parte do universo da natureza. Além disso, Moles confere ao objeto a característica de ser facilmente manipulável e locomóvel, o que expulsa desta categoria casas ou móveis excessivamente pesados.

Assim, o avião de brinquedo é um objeto também na concepção de Moles, visto que ele é um vetor de comunicação, ou seja, o objeto é,

no sentido sócio-cultural do termo, elemento de cultura (...) é a concretização de um grande número de ações do homem, da sociedade e se inscreve no plano das mensagens que o meio social envia ao indivíduo ou, reciprocamente, que o *homo faber* subministra à sociedade global. (...) A própria existência do objeto é, portanto, mensagem de um indivíduo a outro, do coletivo, criador ou

vendedor, ao particular. (MOLES, 1972:11)

Entretanto, essa comunicação encontra-se truncada, já que o aviãozinho tem o seu sentido alterado, pois se encontra em posse de uma comunidade que não domina o seu uso, sua confecção e nem mesmo a sua criação. Por ser um objeto não identificado, o avião perde sua função e sentido originais para admitir outros não concebidos pela sociedade que o produziu.

Interessante é perceber que esse procedimento investigativo que leva a tribo indígena a questionar e conferir significados ao objeto é o mesmo levado a cabo, no último quadrinho, por um grupo de antropólogos que analisa um objeto indígena. Este, totalmente estranho à comunidade à qual os antropólogos pertencem, sofre a mesma alteração do sentido que o outro objeto, avião de brinquedo, sofrera.

A análise realizada pela tribo indígena também pode ser considerada antropológica, porque procura entender qual é o significado "real" do objeto na sociedade que o confeccionou. E a avaliação do objeto em questão é feita valendo-se do próprio referencial que os índios possuem: a tribo experimenta, discute e levanta hipóteses no intuito de encontrar o sentido do objeto.

No desenrolar das ações dos índios, observa-se que, de início, Papa-Capim faz a descoberta do objeto, constatando que o mesmo não é identificado. Logo a seguir, começa por observar o objeto em questão. Aos poucos, Papa-Capim reúne um grupo para investigar a utilidade do objeto, o que suscita uma discussão calorosa com o desenvolvimento de hipóteses e de diferentes teorias. E, por fim, descobre-se o sentido que o objeto possui em seu contexto. Este é o mesmo tipo de procedimento e metodologia utilizados na investigação promovida pelos antropólogos em relação ao objeto indígena não identificado, com uma significativa diferença: enquanto a tribo indígena procurava contextualizar o significado do objeto em sua própria cultura, de acordo com os seus próprios referenciais práticos e cognitivos, o grupo de antropólogos investiga o significado do objeto indígena tomando por base não a sua cultura, mas a cultura da qual este é proveniente e, da qual, o grupo já tem algum conhecimento. Prova disso é que, no último quadrinho, o grupo de antropólogos discute o significado do objeto em questão remetendo-

se à tribo indígena e às possíveis utilizações do objeto em seu con-

texto.

Para Moles (1972:11), o objeto assume diferentes aspectos no modo de comunicação. Ele pode ser um portador de forma, e as formas do aviãozinho e do objeto indígena produzem reações e estimulam reflexos motores. Por exemplo, ao passo que o formato das asas do avião pode sugerir a um dos membros da comunidade que se trata de um objeto cortante, visto que se assemelha ao de uma lâmina, no caso do objeto indígena, o formato alongado da haste sugere ao homem branco tratar-se de um instrumento de sopro.

O objeto também promove uma determinada cultura. É precisamente por causa dessa cultura produzida que nem índios, nem antropólogos conseguem uma identificação acertada do objeto em questão. Desvendar sua "real" utilidade é também descobrir a conotação que assume no seu contexto de origem; é desvelar a cultura desse objeto.

Um outro aspecto distinto que o objeto assume como modo de comunicação relaciona-se com o "contato humano interindividual" (Moles, 1972:12) que ele proporciona. "O objeto é mais ou menos personalizado, mais ou menos assinado, menos por seu criador que por seu remetente" (Moles, 1972:12). Mais do que o tipo de contato humano sugerido por Moles, trata-se aqui de um "contato humano interindividual" de um tipo específico: é um contato humano cognoscente, já que a comunidade indígena se reúne em torno do objeto para descobrir, conhecer e debater o seu significado.

#### CONCLUSÃO: OBJETO ENCONTRADO. IDENTIFICADO?

O questionamento em que se apóia o título acima é relevante e, antes de discuti-lo, é necessário que se percorra, que se precise, o conceito de identificar.

Entende-se por identificar, segundo o dicionário *Michaelis* (1998) o ato de "tomar ou declarar idêntico; considerar duas coisas como idênticas, dando a uma o caráter da outra". A identificação do signo ocorre porque há uma equivalência entre o *representamen*, o *objeto* e o *interpretante*.

No entanto, na HQ analisada, o aviãozinho não é identificado

inicialmente por dois motivos: se, por um lado há um problema de cognição do objeto em questão, por outro, há a questão da volição da tribo indígena que com ele toma contato. O objeto aviãozinho não é conhecido pelos índios e, por isso, não há uma unanimidade quanto à sua funcionalidade, quanto à sua significação. Além disso, o objeto está à mercê da volição de cada um dos índios que o manipula.

Percebe-se, então, que a questão central não é se a tribo indígena consegue ou não identificar o objeto – já que, na verdade, a tribo produz várias identificações, de acordo com a volição de cada um de seus membros, mas se ela é ou não capaz de chegar a um acordo a respeito desta identificação plural.

A unanimidade só ocorre porque o menino branco, ao manipular o objeto aviãozinho, transmite à tribo a sua familiaridade, intimidade com ele. O garoto tem a autoridade do conhecimento, por isso pode conferir ao objeto uma identidade "definitiva".

#### BIBLIOGRAFIA

BARTHES, Roland. A escrita do visível. In: —. *O óbvio e o obtuso*. Coleção signos. Trad. Isabel Pascoal. Lisboa : Edições 70, 1982.

———. *Elementos de semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. 11ª ed. São Paulo : Cultrix, 1996.

*MICHAELIS*: moderno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo : Melhoramentos, 1998.

MOLES, Abraham A. Objeto e Comunicação. In: — et al. *Semiologia dos Objetos*. Trad. Luiz Costa Lima. Petrópolis : Vozes, 1972.

NÖTH, Winfried. *Panorama da Semiótica*: de Platão a Peirce. São Paulo : Annablume, 1995.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. Trad. Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. 2. ed., São Paulo : Cultrix / EdUSP, 1975.

SOUSA, Maurício de. Objeto Encontrado Não Identificado. In: —. *Revista Chico Bento*. São Paulo : Globo, n. 318, março/1999, p. 20-3.

## DOIS SONETOS DOS IRMÃOS VIEIRA

Alfredo Maceira Rodríguez (UCB)

### RESUMO

Apresentação e análise de dois sonetos: um de Bernardo Vieira Ravasco a seu irmão Padre Antônio Vieira e outro do próprio Padre em resposta. Os sonetos não têm título e foram compostos com a sílaba **pa**, no final de cada verso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vieira, sonetos, análise

### INTRODUÇÃO

Na edição diplomática de um códice da Biblioteca de Évora, que tem como título *Poesias de Gregório de Matos*, organizada pelo Prof. José Pereira da Silva em 1997 e publicada pela UERJ / DIGRAF, encontram-se dois sonetos: um da autoria do então Secretário do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco, dedicado a seu irmão, Padre Antônio Vieira, e outro, em resposta, do próprio Padre a seu irmão. Ambos os sonetos, estão escritos com uma consoante forçada (neste caso a consoante **p**, formando sílaba átona com **a** e encerrando todos os versos).

A curiosidade que nos despertaram estes dois sonetos levou-nos a tentar analisá-los e atualizá-los, com a intenção de uma melhor compreensão dos mesmos. Assim, sem pretender fazer uma edição crítica, reproduzimos aqui os textos dessa edição diplomática e fazemos nossas observações a respeito, na esperança de que especialistas como o Prof. Francisco Topa, de Portugal, os professores Ruy Magalhães de Araújo, José Pereira da Silva, entre outros que entre nós se dedicam a este tipo de estudo, façam seus comentários e críticas construtivas com a finalidade de levar ao grande público a obra de autores consagrados, porém pouco lidos. É bem sabido que a obra de Gregório de Matos, e a de outros autores portugueses e brasileiros do período colonial, quase não está acessível ao leitor de hoje, o que nos parece uma perda para a cultura em geral.

Transcrevemos os dois sonetos, seguidos das notas e comentários que julgamos pertinentes.

*Soneto*

*De Bernardo Vieira Ravasco Secret<sup>o</sup> do Estado do Brasil.*

*A seu irmão o Padre Antonio Vieira*

*Consoantes forçadas*

*Se queres ver do Mundo hum novo Mapa  
Cytenta annos, atenta desta cepa<sup>4</sup>  
por onde em ramos a cubica trépa<sup>5</sup>  
e emmaranhada faz do tronco laja.<sup>6</sup>  
Morde com dentes, que nam tem ca papa<sup>7</sup>  
com a lingua fere, com a mam decépa  
soldado opposto<sup>8</sup> livre de carépa<sup>9</sup>  
que de tarde e manhaam rayvoso rapa<sup>10</sup>.  
Os olhos de agua<sup>11</sup>, as faces de tulipa<sup>12</sup>  
e cada hum dos pés de pão garlopa<sup>13</sup>  
a boca grande e, o corpo de chalupa<sup>14</sup>  
Obofe muyto, e muyto pouca tripa<sup>15</sup>  
e a minha Musa, por que a tudo topa  
he Apa, Epa, Ipa, âpa, upa*

<sup>4</sup> *cepa*: videira, tronco. Aqui em sentido figurado, família, linhagem.

<sup>5</sup> *cubica trépa*: a cobiça trepa (sobe).

<sup>6</sup> *laja*: laje ou pedra, abrigo, proteção.

<sup>7</sup> *papa*: facilidade, moleza

<sup>8</sup> *soldado opposto*: adversário, inimigo

<sup>9</sup> *carépa*: caspa (o autor usou circunflexo para efeito de rima, porém os dicionários consultados indicam que o o é aberto)

<sup>10</sup> *rayvoso rapa*: corta com raiva

<sup>11</sup> *olhos de agua*: olhos aguados, chorosos

<sup>12</sup> *faces de tulipa*: faces da cor da tulipa, de cor purpúrea

<sup>13</sup> *pés de pão garlopa*: pés semelhantes ao pau, à madeira da garlopa (garlopa é uma plaina grande). Observe-se o circunflexo em pés, embora já se tivesse realizado a crase dos ee.

<sup>14</sup> *chalupa*: certa embarcação de vela com dois mastros

<sup>15</sup> *Obofe muyto, y muyto pouca tripa*: muito pulmão (peito grande) e pouco ventre (barriga pequena)

*Soneto*

*Do Padre Antonio Vieira Em resposta  
ao antecedente de seu Irmam freitos  
mesmos consoantes.*

*Sobe Bernardo da Eternidade ao Mapa  
deixa do velho Adam a mortal cepa<sup>16</sup>  
pelo Lenho da Cruz<sup>17</sup> ao Impirio trepa<sup>18</sup>  
começando em Bethlem na pobre Lapa<sup>19</sup>.*

*Mais que Rey pode ser, e mais que Papa  
quem de seu coraçam viciôs decêpa  
que a grenha de Samsam, tudo he carêpa<sup>20</sup>  
e a guadanha da morte tudo rapa<sup>21</sup>*

*A flor da vida, he cor de tulipa  
tambem dos secos annos he garlopa  
que corta, como ao mar, corta a chalupa<sup>22</sup>*

*Nam ha mister que o fosso, corte atripa<sup>23</sup>  
Se na parte vital ja tudo topa  
he Ape, êpa, ipa, opa, úpa.*

---

<sup>16</sup> *do velho Adam a mortal cepa*: a humanidade, a vida na terra

<sup>17</sup> *Lenho da Cruz*: a doutrina cristã, a salvação

<sup>18</sup> *ao Impirio trepa*: sobe ao Empíreo, ao Céu

<sup>19</sup> *começando em Bethlem na pobre Lapa*: alusão ao humilde nascimento de Jesus Cristo em Belém

<sup>20</sup> *que a grenha de Samsam, tudo he carêpa*: a cabeleira de Sansão, símbolo da força, tudo é caspa

<sup>21</sup> *e a guadanha da vida tudo rapa!*: a gadanha (foice), símbolo da morte, corta tudo, não adianta a força de Sansão

<sup>22</sup> *corta, como ao mar corta a chalupa*: a garlopa corta os anos (a vida) assim como a chalupa corta o mar

<sup>23</sup> *Nam ha mister que o fosso, corte atripa*: Não há necessidade que o fosso (a cova) corte a tripa (a barriga); nem há por que preocupar-se com isso.

## ANÁLISE DOS POEMAS

### *Datação*

Sabemos que o Padre António Vieira nasceu em Portugal em 1608, sendo seu pai Christovam Vieira Ravasco e sua mãe D. Maria de Azevedo. Ainda bem pequeno mudou-se com seus pais para o Brasil. Seu pai sabe-se que desempenhou a função de Secretário do Estado, cargo depois exercido por seu filho mais novo, Bernardo, até a sua morte.

Bernardo Vieira Ravasco nasceu na Bahia (Brasil) em 1617 e exerceu como Secretário do Estado, cargo anterior de seu pai. Escreveu vários trabalhos principalmente sobre administração e política coloniais. Seu nome é referenciado em manuais de história e de literatura coloniais. Nesta literatura, ele é considerado um dos primeiros escritores nascidos na colônia. Faleceu em 1697, no mesmo ano em que faleceu seu irmão António.

Com relação aos sonetos em tela, a única informação indireta de que dispomos é a que nos fornece Bernardo em seu soneto, ao referir-se a seus oitenta anos. Se realmente o soneto foi composto em seu octogésimo aniversário, isto ocorreu no mesmo ano de sua morte (1697), quando também faleceu seu irmão, mas este já com 99 anos.

### *Temática e imagística.*

Bernardo faz um retrato de sua vida (o novo mapa), aos oitenta anos, a seu irmão, o Padre António Vieira. Inicialmente, relata suas falhas: cobiça, agressividade, raiva, etc., para logo fazer seu retrato físico, nada lisonjeiro: olhos d'água, faces de tulipa, pés de garlopa, boca grande, corpo de chalupa, muito bofe e pouca tripa. Porém nada disto o afasta da poesia. Sua musa (inspiração) está em ascensão.

A esta confissão de seus defeitos e fraquezas, responde-lhe o irmão com a elevação espiritual que lhe é peculiar, situando-o acima de rei e de papa, acenando-lhe com a eternidade e tecendo loas a suas qualidades morais, sobretudo a sua vitória sobre os vícios. O que a Bernardo se lhe assemelham defeitos, são para o irmão virtudes que o conduzirão à vida eterna.



Entre as imagens que permeiam os sonetos, encontramos quase todas as que caracterizam o período barroco. Assim, entre muitas outras figuras, verificamos a existência de palavras e expressões metafóricas como mapa, cepa, ramos, soldado oposto, lenho da cruz, gadanha, garlopa e fosso.

### *Estrutura*

Trata-se de sonetos de versos decassílabos, com esquema rítmico ABBA, ABBA, CDE, CDE. Ambos os sonetos vêm com a indicação de consoantes forçadas, ou seja, todos os versos se encerram com a mesma consoante. Nestes sonetos, todos se encerram com a sílaba átona **-pa**, o que é apenas um recurso formal, visto que não interfere na rima por tratar-se de sílaba átona.

Outro recurso gráfico usado pelos dois poetas é o deslocamento dos versos não-iniciais de estrofe em uns quatro centímetros. É apenas um recurso visual.

Ambos os sonetos empregam quase as mesmas palavras. As rimas são feitas em ambos entre substantivos em todos os versos, com exceção do 3º verso da primeira estrofe, do 2º da segunda e do 2º da última, onde a rima é feita com uma forma verbal. O verso final faz a rima com uma interjeição, implicando movimento para o alto.

### *Ortografia*

Parece que os dois sonetos foram compostos quase no final do século XVII, já que os dois irmãos faleceram no mesmo ano (1697) e, pelas conjecturas expostas, pertenceriam a esse mesmo ano. Verificamos na ortografia, entre outras grafias do português arcaico, a permanência ainda de consoantes geminadas (annos, emmaranhada, opposto), assim como um caso de vogais iguais com a crase sem realizar (manhaam). O ditongo nasal tônico final ainda é grafado **-am** (irmam, nam, Adam, Samsam, coraçam). O fonema semivocálico [i] em ditongos decrescentes é geralmente grafado com **y** (Vyeira, deyxa, muyto, Rey, rayvoso. oytenta), porém freitos não segue a norma. Às vezes o artigo é grafado junto com o substantivo a que se

refere, como se observa nos conglomerados gráficos (Obofe, atripa). O numeral **um** recebe um **h** (hum), sem justificativa etimológica.

## CONCLUSÃO

Verificamos que os dois sonetos trocados entre os irmãos Vieira, embora possam ser considerados exercícios lúdicos, não deixam de refletir a estética barroca e de transmitir valores da filosofia dominante, particularmente da conceição religiosa, tão bem representada pelo Padre António Vieira. O conceptismo, tão conhecido em sua obra sacra, não deixa de estar presente neste seu soneto, assim como no de seu irmão, que aqui se nos apresenta imbuído da mesma filosofia. Não podemos nem mesmo descartar o estilo cultista, em alguma ocasião condenado pelo Padre, mas que admitia não poder evitá-lo, dada sua força expressiva na época.

A seguir, apresentamos os dois sonetos com a grafia atualizada.

**SONETO**  
**DE BERNARDO VIEIRA RAVASCO,**  
**SECRETÁRIO DO ESTADO DO BRASIL,**  
**A SEU IRMÃO, O PADRE ANTÔNIO VIEIRA**  
**CONSOANTES FORÇADAS**

**Se queres ver do mundo um novo mapa,**

**oitenta anos, atenta nesta cepa,  
por onde em ramos a cobiça trepa  
e emaranhada faz do tronco lapa.**

**Morde com dentes, que não tem cá papa,**

**com a língua fere, com a mão decepa  
soldado oposto, livre da carepa  
que de tarde e manhã raivoso rapa.**

**Os olhos d'água, as faces de tulipa**

**e cada um dos pés de pau garlopa  
a boca grande, o corpo de chalupa,**

**O bofe muito e muito pouca tripa.**

**E a minha musa, porque a tudo topa,  
é apa!, epa!, ipa!, opa!, upa!**

**SONETO**  
**DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA,**  
**EM RESPOSTA AO ANTECEDENTE DE SEU IRMÃO**  
**FEITO COM AS MESMAS CONSOANTES\***

**Sobe Bernardo da eternidade ao mapa,  
deixa do velho Adão a mortal cepa,  
pelo lenho da Cruz ao Empíreo trepa,  
começando em Belém na pobre lapa.**

**Mais que rei pode ser e mais que papa  
quem de seu coração vícios decepa,  
que a grenha de Sansão tudo é carepa  
e a gadanha da morte tudo rapa!**

**A flor da vida é cor de tulipa,  
também dos secos anos é garlopa,  
que corta como ao mar corta a chalupa.**

**Nem há mister que o fosso corte a tripa,  
se na parte vital já tudo topa.  
É ape!, epa!, ipa!, opa!, upa!**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3ª ed. rev. e aum. V. 2. Rio de Janeiro / Niterói : José Olympio / UFF, 1986.

DICCIONARIO de la Lengua Española. 21ª ed. Edición electrónica. Madrid : Real Academia Española / Espasa Calpe, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO eletrônico – Século XXI*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

MOREIRA, Maria Eunice. *Uma história singular: Eduardo Perê e a literatura colonial brasileira*. (Paper apresentado no XIII Encontro da ANPOLL).

NUNES, José Joaquim. *Crestomatia arcaica*. 7ª ed. Lisboa : Livraria Clássica Editora, [1970].

SILVA, José Pereira da. (Org.) *Poesias de Gregório de Mattos*. Rio de Janeiro : UERJ, 1997.

VIANA, Mário Gonçalves. *Sermões e lugares selectos*: Pe. António Vieira. Porto : Educação Nacional, 1939.

**TEORIA DOS PROTÓTIPOS,  
CATEGORIA E SENTIDO LEXICAL**

*Paulo Henrique Duque (FAA)*

SEGUNDA PARTE

7. A VERSÃO PADRÃO DA TEORIA DOS PROTÓTIPOS

Na versão padrão, formulada por E. Rosch e seu grupo, no início dos anos 70, o protótipo é considerado o exemplar mais adequado, o melhor representante ou caso central de uma categoria. Posteriormente, passa a ser definido como o exemplar idóneo comumente associado a uma categoria. Assim, os aspectos graduais de proximidade ao protótipo dentro da categoria passam a ser definidos pela frequência de uso ou atribuição entre os sujeitos (forma estatística):

O estatuto de protótipo é vinculado à versão padrão somente sobre a base de uma elevada frequência, única garantia da estabilidade inter-individual necessária para a sua pertinência. (KLEIBER, 1995:49)

Esse ponto é crucial por desprezar a forma analítica do modelo CNS em relação ao âmbito social. Não se trata de estabelecer categorias verdadeiras, mas sim, de compreender os mecanismos psíquicos reais pelos quais estabelecemos as categorias. Do ponto de vista do modelo de categorização CNS, uma *baleia* é tão mamífera quanto uma *vaca*, mas, de acordo com o enfoque adotado pela TP, baseado no modelo experiencial, uma *baleia* estaria muito distante do protótipo de mamífero. Ao oferecer uma categoria dispersa e variável em sua distância em relação ao protótipo central (não equidistante, como no modelo CNS), são introduzidos novos fatores de organização. Essas propostas contêm uma dupla concepção de categoria e de categorização, pois marcam, de um lado, a estruturação interna das categorias (a dimensão horizontal) e, de outro lado, estabelecem quais são as grandes linhas da estruturação intercategorial (dimensão vertical).

Para Rosch, o protótipo atua como ponto de referência cognitiva (*cognitive reference point*) para os processos de classificação dos elementos de nossa experiência. Os experimentos de verificação dos prototípicos derivados do modelo permitiram que se chegasse às seguintes conclusões:

- a) Os membros prototípicos são categorizados mais rapidamente que os membros não-prototípicos;
- b) Os membros prototípicos são os que as crianças aprendem primeiro;
- c) Os membros prototípicos são os primeiros mencionados, quando solicitamos aos falantes que listem todos os membros de uma categoria;
- d) Os protótipos servem de ponto de referência cognitiva. Por exemplo, *uma elipse é quase um círculo*, em que *círculo* é tomado como referência;
- e) Geralmente, quando o que se pede é a enumeração dos primeiros membros de uma categoria, os protótipos aparecem mencionados em primeiro lugar.

A partir dos estudos de B. Berlin sobre as taxonomias populares, Rosh *et alii* estabelecem a existência de uma dimensão horizontal, ou seja, uma organização intercategoria hierárquica. Sua proposta reduz o número de níveis, dentro das categorias, de cinco (Berlin) a três:

- Nível supra-ordenado
- Nível de base
- Nível subordinado

Ao se estabelecer esta hierarquia, determinava-se um nível privilegiado dentro da categoria: o nível de base. Por exemplo:

UPRAORDENADO	arma	fruta	móvel
NÍVEL BÁSICO	arma de fogo	maçã	cadeira
NÍVELSUBORDINADO	revólver	maçã argentina	poltrona

As pessoas utilizam esta hierarquia para representar, mentalmente, as relações de inclusão de classes entre as categorias (*cadeira* dentro da categoria *móveis*). O nível básico é aquele em que os conceitos têm maior número de atributos distintivos e é o mais econômico cognitivamente (há menos partilha de atributos de conceito).

Alguns estudos fundamentam esses dados: Rosch (1976) pediu a alguns falantes que listassem todos os atributos de itens em cada um dos três níveis existentes dentro de uma hierarquia (ex. *móveis – poltronas – espreguiçadeiras*). Descobriu que poucos atributos foram listados para as categorias supra-ordenadas (como *móveis*) e muitos atributos foram listados para as categorias nos outros dois níveis. No nível inferior, atributos muito semelhantes foram listados para as diferentes categorias.

As categorias de nível intermediário (ou básico) (ex. *cadeira*) salientaram-se por um equilíbrio entre a informatividade (número de atributos de um conceito) e a economia (resumo dos atributos importantes que distingue as categorias entre si). Ou seja, no nível superior, sacrifica-se a informatividade e, no nível inferior, sacrifica-se a economia.

Kleiber (1995) resume assim as características do nível básico, assinalando que elas são prioritárias em três planos:

- No *plano perceptivo*, por meio da sensação de uma forma global semelhante, como a representação por meio de uma simples imagem mental de toda a categoria e de uma identificação rápida;

- No *plano funcional*, por meio de um programa motor geral semelhante;

- E, no *plano comunicativo*, através do emprego de palavras que, de um lado são as mais curtas, as mais comumente empregadas e utilizadas nos contextos neutros e, de outro lado, são as que as crianças aprendem primeiro e as primeiras que entram no léxico de uma língua.

O nível básico é um nível bastante informativo, já que tem um grande número de atributos comuns. *Animal* (nível supra-ordenado) oferece menos informação que *cachorro* (nível básico), enquanto que *boxer* (nível subordinado) oferece um aumento de informação complementar, mas, às custas de uma maior carga mental de classificação.

A Teoria dos Protótipos e seus princípios, aponta Kleiber, possui um amplo campo de aplicação, pois, não só domina toda a semântica léxica, mas também, é aplicável a todo fenômeno que im-



plique uma categorização. Há diferentes campos nos quais pode ser aplicado o conceito de protótipo: gramática cognitiva, fonética, morfo-fonologia, sintaxe etc.

No entanto, a versão padrão da Teoria dos Protótipos possui problemas tão sérios quanto os do modelo das CNS, que só têm solução na transformação da teoria padrão em versão prototípica ampliada, sustentada firmemente pelo conceito de *semelhança de família*.

Se se aplica, por exemplo, a noção de protótipo à própria idéia de *protótipo*, tem-se uma evidência de que nem todos os conceitos têm características de protótipo, nomeadamente no caso de conceitos abstratos como *uma regra* ou *uma crença*, pois é impossível especificar o conjunto completo de regras ou crenças possíveis. Contudo, não se deve negar os valores dessa teoria, mas sim, moderar os efeitos e aplicações do conceito de protótipo. O êxito da teoria é possível com a sua aplicação em campos favoráveis, como em setores dos fenômenos de percepção, em termos de espécies naturais, no âmbito dos artefatos etc.

Uma crítica mais profunda é a que afeta o problema da pertinência às categorias. Kleiber (1995) assinala que o efeito produzido pela introdução do conceito de limite difuso não é uma solução para todos os problemas: 1) A Teoria do Limite Difuso não consegue explicar por que casos não-prototípicos se encontram, com frequência, categorizados; 2) a existência das categorias não está submetida à discussão pela prototipicidade; 3) casos não prototípicos não correspondem necessariamente a uma situação de aplicabilidade referencial flutuante. Kleiber utiliza o exemplo dos números ímpares de S. L. Armstrong, L. Gleitman e H. Gleitman (1983), reinterpretado por Lakoff (1986 e 1987):

Os testes psicológicos estabelecem que os números ímpares, do um ao nove, constituem idôneos representantes do conceito de número ímpar. Esta prototipicidade, contudo, não implica o limite difuso; o conceito possui uma definição muito precisa (número não divisível por dois) o qual proporciona uma aplicabilidade referencial desprovida de toda flutuação. (KLEIBER, 1995:136)

Kleiber assinala que uma semântica que use traços discretos não está derrotada pela aparição de uma semântica de protótipos. O fato de que existam, na realidade, elementos dificilmente categorizá-

veis não deve levar a crer que isso se deva ao limite difuso das categorias:

Um erro que não devemos cometer, acredito eu, é vincular a descontinuidade categorial a uma descontinuidade semelhante ao real. Nós nos equivocáramos se pensássemos que a definição de um termo só pode ser precisa com a condição de que os elementos da realidade o sejam também, ou seja, estejam de acordo. Devemos raciocinar da seguinte maneira: existem coisas que não entram nas categorias léxicas. Porém não é essa a causa de as categorias léxicas serem difusas. Além do limite difuso inscrito no próprio conceito (...), provém, também, da defasagem entre a realidade e as categorias descontínuas (...). É importante se dar conta de que, ao se dizer, de algum modo, que *tudo não é alguma coisa*, diz-se que tudo não se coloca sob uma e outra categoria lexical. (KLEIBER, 1995: 137-138)

## 8. A VERSÃO AMPLIADA DOS PROTÓTIPOS

Os problemas apresentados pela Teoria dos Protótipos levaram seus formuladores a modificá-la. Contudo, o modelo de difusão da teoria continua sendo, de forma majoritária, a versão padrão. Isso acontece porque a denominada versão ampliada não representa uma simples revisão, mas sim, uma ruptura com o modelo teórico anterior, ou seja, as mudanças são tão profundas que permitem a escolha de uma das formulações. A primeira idéia modificada é a de *protótipo*:

A noção de protótipo como exemplar idóneo de uma categoria permanece, mas, como já não tem uma origem única e pode aparecer inclusive nas categorias clássicas (numero ímpar) já não possui o estatuto de entidade fundadora da estrutura categorial, que a versão padrão lhe havia atribuído. Ao possuir várias origens, não é considerada, se não como um efeito. Isso leva os auto-revisores (E. Rosh 1978) a falarem mais de graus de prototipicidade do que de protótipo. (KLEIBER, 1995:144)

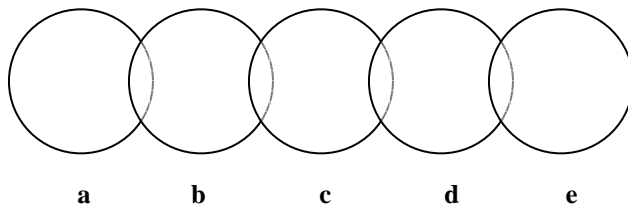
Ao abandonar a idéia central de protótipo, naturalmente, também se deve abandonar a idéia de que as categorias se estruturam a partir do grau de semelhança dos seus elementos com o exemplar prototípico. Esse é um dos princípios básicos da versão padrão. Deve-se abandonar, também, a tese de que as fronteiras das categorias são difusas e, mais, a que equipara grau de representatividade de um exemplar ao grau de pertinência à categoria.

O que fica da versão padrão é muito pouco: o protótipo se

converte agora em *efeitos prototípicos* e a noção de *semelhança de família*, em elemento que vincula os membros de uma mesma categoria. A mudança, como se pode ver, é radical e explica a sobrevivência do modelo padrão como alternativa. O que foi produzido, mais que uma revisão dos postulados básicos, é uma mudança ou inversão na orientação. Se, antes, era a noção de protótipo, que se situava no centro da categoria e servia para estabelecer as distâncias (graus) dos membros dessa categoria, agora o que se busca é outra coisa muito distinta: a distribuição da categoria que justifique o efeito prototípico. Ainda que, à primeira vista, isso possa parecer sutil, é uma mudança profunda, que afeta a consideração dos fenômenos e a forma de analisá-los. Inverte-se a relação causal: o protótipo deixa de ser causa para ser efeito.

O elemento que passa a ter um papel decisivo na versão revisada é o conceito de *semelhança de família* (Wittgenstein). Este conceito sugere que os elementos se vinculam de forma lateral e não central, nas categorias. Ou seja, os elementos não se agrupam ao redor de uma característica comum a todos eles, mas sim, um a um. Isso implica em cadeias, nas quais o primeiro e o último dos componentes, aparentemente, não compartilham nada. Sua vinculação só é compreensível, levando-se em conta toda a cadeia. Assim, uma organização centralizada da categoria, que tem o protótipo como centro, passa a ser substituída por uma organização colateral dos elementos:

Esquema de T. Givon (1986)



Kleiber assinala que a aproximação entre a Teoria do Protótipo e a *semelhança de família* conduz a uma versão ampliada do protótipo, muito mais poderosa, por estar livre da necessidade dos traços comuns em relação ao protótipo.

A liberdade de movimentos explicativos, permitidos pela nova formulação é muito grande. O resultado mais espetacular é a passagem de uma concepção monorreferencial das categorias a uma concepção multirreferencial. Dessa forma, a categoria *pássaro* sempre estaria integrada por *elementos-pássaros*. Com o novo desenvolvimento, essa limitação se rompe. Kleiber assinala que se pode considerar esta versão como polissêmica frente à padrão, que seria monossêmica. Os elementos vinculadores dos membros das categorias, que agora se estabelecem, não correspondem mais a propriedades, como nos esquemas do modelo da CNS e da versão padrão, mas sim, a tipos de referentes, empregos ou usos diferentes, visto se pretender destacar que a mesma palavra é empregada para tipos de referentes diferentes.

Como exemplo dos novos campos de ação e explicação, abertos pela mudança de orientação para o terreno polissêmico, Kleiber recolhe o exemplo utilizado por Lakoff (1986 e 1987) sobre o *dyrbal* dos aborígenes australianos. O termo *bayi*, em *dyrbal*, agrupa:

Os homens (machos), os cangurus, os morcegos, a maior parte das serpentes, a maior parte dos peixes, alguns pássaros, a maior parte dos insetos, a lua, as tempestades, o arco-íris, os bumeranges, algumas javalinas etc. (KLEIBER, 1995:156-157)

Nem o modelo clássico das CNS, nem a versão padrão dos protótipos podem dar conta deste conjunto multirreferencial de elementos, ou seja, seriam incapazes de explicar por que tantos elementos estão vinculados a um mesmo termo: *bayi*. Por poder abandonar a noção de propriedades compartilhadas (dos elementos) e, graças ao encadeamento das *semelhanças de família*, a versão ampliada pode manejar referentes tão diferentes:

Lakoff considera que este agrupamento não é arbitrário. Cada membro está relacionado, ao menos, com outro, mediante uma propriedade comum. Se a lua, por exemplo, está na categoria de *bayi* é porque compartilha um traço comum com os homens; nos mitos, aparece como o marido, enquanto o sol é a esposa (...) a presença dos aparelhos de pesca em *bayi* se explica por sua relação associativa com os peixes, pois formam parte do mesmo âmbito de experiência que os peixes. A categoria complexa *bayi* se encontra, desta maneira, estruturada por uma série de encadeamentos que parte dos membros primários (ou centrais), neste caso, os homens e os animais estão unidos a outros membros que, por sua vez, se unem a outros e assim sucessivamente. (KLEIBER, 1995:157)

A versão ampliada leva a uma vinculação do protótipo (efeito) com processos metonímicos, algo também novo, que se faz evidente no exemplo *bayi*. Lakoff (1986, 1987), por exemplo, distingue sete tipos diferentes de protótipos, correspondentes a uma metonímia categorial diferente: exemplares típicos, estereótipos sociais, ideais, comparações, geradores, sub-modelos e exemplares prioritários.

O estado em que ocorre a noção de protótipo na nova versão pode ser assim resumido:

- a) O protótipo se reduziu a um fenômeno de superfície;
- b) O protótipo toma diferentes formas, de acordo com o modelo da categoria que a cria, daí a denominação de *efeitos prototípicos*;
- c) Sua extensão, no campo da polissemia, através da noção de *semelhança de família*, favorece o surgimento de uma flexibilidade que lhe priva do elemento definidor essencial da versão padrão, o protótipo. Ainda que apenas seja considerado como efeito, já não é, obrigatoriamente, o exemplar reconhecido como o mais idôneo pelos indivíduos.

Na verdade, a versão ampliada não estabelece uma teoria de categorização, mas sim, uma teoria semântica lexical, pois passa a descrever relações que são estabelecidas entre diferentes categorias. Como se estabeleceu que a vinculação entre as diferentes categorias não pode ser arbitrária, nem tampouco predizível, fez-se necessário um novo tipo de relação vinculadora, que Lakoff criou, ao tratar de *motivação*, uma solução intermediária. O fato de a Teoria dos Protótipos ter entrado no terreno da polissemia é motivo de muita divergência, mas, com toda a segurança, nenhuma das duas versões pode se converter na solução para a semântica lexical.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lição que qualquer teoria semântica deve extrair disso tudo é que há a necessidade de se dar conta das manifestações cognitivas do protótipo, especialmente, de suas manifestações lingüísticas na compreensão dos textos e na utilização dos termos. Na versão padrão, houve um ganho importante: o estabelecimento de uma dimensão vertical das categorias, pois a consideração de um *nível de base*, privilegiado dentro da categoria *remodela a paisagem da hierarquia léxica* (Kleiber, 1995). No caso da versão ampliada, ainda que se negue o seu caráter polissêmico, suas relações cognitivas se relacionam aos diferentes sentidos de um termo polissêmico. Faz-se importante não se fazer da polissemia um fenômeno marginal, mas sim, ver nisso, um processo de denominação regular, econômica, natural, característica das línguas humanas.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan, PERKINS, Revere & PAGLIUCA, William. *The Evolution of Grammar Tense. Aspect and Modality in the Languages of the Word*. Chicago : The University of Chicago Press, 1994.

COLEMAN, Linda & KAY, Paul. Prototype semantics the English word lie. *Language* 57, p. 26-44, 1981.

GEERAERTS, Dirk. *Diacronic Prototype semantics. A contribution to historical lexicology*. Oxford : Oxford University Press, 1997.

GIVÓN, Talmy. *Funcionalism and Grammar*. Amsterdam : John Benjamins, 1995.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Urique & HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago and London : The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul & THOMPSON, Sandra. *Transitivity in grammar and discourse*. *Language* 56, p. 251-299, 1980.

HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elizabeth Cross. *Grammaticalization*. Cambridge : Cambridge University Press, 1993.

KLEIBER, Georges. *La Sémantique du Prototypé. Catégories et*

- sens Lexical*. Paris : Press Universities de France, 1990.
- KLEIBER, Georges. *La Semántica de los Prototipos: Categoría y sentido léxico*. Madrid :Visor, 1995.
- LAKOFF, George The contemporary theory of metaphor. In *Ortony* (ed.), p. 202-251, 1993.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol I e II. Theoretical Prerequisites. Stanford. California : Standford University Press, 1987 e 1991.
- LANGACKER, Ronald W. *Concept, Image and Symbol. The cognitive Basis of Grammar*, “Cognitive Linguistics Research”. In.: Berlin/New Yourk : Mouton de Gruyter, 1990.
- ROSCH, Eleanor & LLOYD, Barbara B. (eds.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, New Jersey : Lawrence Erlbaum Associates, 1978.
- TALMY, Leonard. *The windowing of attention in language*. In: M. Shibatani & S. Thompson (orgs). *Grammatical Constructions: Their Form and Meaning*. Oxford : Oxford University Press, 1996.
- TAYLOR, John R.. *Linguistic Categorization: Prototypes in linguistic Theory*. 2<sup>nd</sup> ed. (aumentada). Oxford : Clarendon Press (1<sup>st</sup> ed., 1989), 1995.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford : Basil Blachwell, 1953.

**A VARIAÇÃO ENTRE AS FORMAS  
DE FUTURO DO PRESENTE NO PORTUGUÊS FORMAL  
E INFORMAL FALADO NO RIO DE JANEIRO**

*Josete Rocha dos Santos (UFRJ)*

RESUMO

O presente estudo analisa o uso das formas variáveis de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro. Baseando-nos na Teoria da Variação (Labov, 1972) e no Funcionalismo Givoniano, apontamos as diferentes variáveis relevantes para o uso de uma ou outra variante.

A pesquisa incide na alternância entre as três formas de realização de futuro: futuro sintético (-rei); futuro perifrástico (IR + V); presente (forma simples). Foram coletadas 1872 ocorrências ao utilizarmos a amostra formal contendo entrevistas do programa "Encontro com a Imprensa", na extinta Rádio Jornal do Brasil, e a amostra informal baseada em entrevistas com falantes cariocas de diversas faixas etárias e escolaridades. Constatamos que o futuro sintético (-rei) tende a desaparecer em contextos orais informais.

Palavras-chaves: Variação, Funcionalismo, Verbo

INTRODUÇÃO

O presente estudo incide na variação entre as três formas de realização do futuro do presente: Futuro Sintético (FS) – forma simples flexionada no futuro – Futuro Perifrástico (IR+V) – forma composta de *ir* no presente seguido de verbo no infinitivo – e Presente (P) – forma simples no português (cf. exemplos 1, 2 e 3). Há ainda uma quarta possibilidade composta de *ir* flexionado no futuro com o verbo principal no infinitivo. No entanto, dentre os 1872 dados coletados, esta forma foi encontrada apenas uma única vez <sup>24</sup>(cf. nota).

***FUTURO SINTÉTICO (FS)***

---

<sup>24</sup> “Eu acredito que será a partir da comunidade que nós **IREMOS RESOLVER** ( **vamos resolver, resolveremos, resolvemos**) o problema da pré-escola e o problema da escola propriamente dita.” (Rádio JB – MW, 1981: 16)



(1) “Nós **DEFENDEREMOS** (iremos defender, vamos defender, defendemos) uma economia que **BENEFICIARÁ** (irá beneficiar, vai beneficiar, beneficia) o nosso povo.” (B.S., 1980: 8)

### **FUTURO PERIFRÁSTICO (IR+V)**

(2) “Agora eu **VOU DIZER** (irei dizer, direi, digo) ao senhor: eu não sirvo para general”. (N. A., 1982: 13)

### **PRESENTE**

(3) “Se você quiser, eu **RESPONDO** (irei responder, responderei, vou responder) à pergunta dele também.” (MT, 1982: 5)

Poplack & Turpin (1999) ao estudarem as formas de futuro do presente no francês falado em Ottawa, Canadá, constataram que a forma sintética tem sido usada preferencialmente com verbos modais e, gradativamente, está sendo substituída pelo futuro perifrástico e pelo presente, nesse caso, principalmente quando acompanhado por advérbios temporais.

A partir desse estudo e de outros realizados no Brasil (Morcelles dos Santos, 1997; Gibbon, 2000), resolvemos pesquisar esta possível trajetória de gramaticalização pela qual vem passando a forma perifrástica (cf. exemplo 2). Inicialmente, era usada com o sentido de intenção. Agora, está substituindo o FS para expressar futuramente no português informalmente falado no Rio de Janeiro.

## **AS FORMAS DE FUTURO: BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA**

### **O FUTURO SINTÉTICO**

A forma de futuro deriva do latim vulgar a partir das formas compactas do verbo latino *habere*, no presente do indicativo seguida de verbo principal no infinitivo (cf. *habeo + cantare > cantare habeo > cantare hei > chanterai*). Essa forma deu origem ao futuro sintético contemporâneo \_ *cantarei* \_ (Câmara 1986: 121). O verbo *habere* foi usado, inicialmente, como modal deôntico (*laudare habeo*), ‘hei de louvar’ + “devo louvar”) para, a partir daí, tanto em português

quanto em outras línguas românicas ser usado como morfema temporal (louvar – ei). Através da trajetória de gramaticalização, por volta do século XII, a perífrase foi compactada, à medida que passava a indicar um sentido de futuridade. No século XV, a forma já era de uso coloquial para expressar predição, sendo admitida dentro do discurso formal e literário nos séculos XVI e XVII (Fleischman 1982: 82). A evolução que origina o futuro românico é, portanto, apenas mórfica. Ocupou o lugar do futuro latino clássico ao ser usado nos mesmos contextos em que o futuro latino era usado.

### **O FUTURO PERIFRÁSTICO**

A primeira construção perifrástica, surgida no latim clássico, era formada pela combinação do futuro no particípio ativo em *-urus* acompanhada das formas de *sum*: *facturum sum, eram, ero, etc.* O sentido mais comumente atribuído a essa construção já era de iminência. Além disso, investigadores percebiam em certos exemplos um sentido de intencionalidade e/ou destino (Fleischman, 1982: 35).

Fleischman (1982: 83) afirma que nas línguas modernas, o futuro perifrástico está marcando seqüências temporais, ao invés do domínio exclusivo das formas sintéticas. A perífrase formada com *ir* surgiu no Espanhol, Francês e Português a partir dos séculos XIII e XIV. Na língua inglesa, o primeiro registro do uso desta forma data, provavelmente, do ano de 1482. Nas línguas românicas, a construção passou a ser generalizada na fala coloquial durante o século XVI e XVII. E, como podemos perceber, desde então, seu uso tem aumentado.

O estudo sobre o francês falado no Canadá (Poplack & Turpin, 1999: 7) verificou que a expressão *aller + infinitivo* só era usada acompanhada pelo advérbio de tempo, através da qual se sustenta o sentido de futuridade, geralmente com a idéia de proximidade. Através da gramaticalização, a expressão verbal começou a conter a noção de futuridade. Logo, sentenças expressando um sentido sem ambigüidade começaram a aparecer isoladas de advérbios temporais.

### **O PRESENTE**

Durante o Império Romano, já era comum empregar-se o presente do indicativo, forma não-marcada, com o sentido de futuro. A substituição fazia-se presente em todo tipo de texto. Em Cícero, o presente foi empregado em cláusulas condicionais (Grandgent, 1963: 99).

## METODOLOGIA

Utilizamos o modelo da Teoria da Variação, proposto por Labov (1972<sup>a</sup> ; 1972<sup>b</sup>), para análise dos fenômenos variáveis. Seguindo a metodologia variacionista, procura-se estabelecer a correlação estatística entre variáveis dependentes – variantes –, e variáveis independentes, grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos, considerados relevantes. Apontamos as diferentes variáveis que favorecem uma ou outra variante. Procuramos obter um número significativo de dados do uso real da fala do Rio de Janeiro nos registros formal e informal. Duas amostras, contendo discurso argumentativo, foram utilizadas. Ambas estão disponíveis no PEUL (Programa de Estudos e Usos da Língua) da Faculdade de Letras (UFRJ). A primeira, amostra Rádio Jornal do Brasil, contém entrevistas, de caráter formal, realizadas no programa radiofônico “Encontro com a Imprensa”, durante a década de 80. Esse programa era dirigido pelo repórter Eliakim Araújo. Tinha por objetivo promover um debate sobre assuntos polêmicos com especialistas, de diversas áreas e influentes no panorama sócio-político-econômico. Foram analisadas 24 entrevistas. Todos os informantes possuíam nível superior e situação sócio-político-econômica semelhante. A amostra está dividida segundo gênero: 12 homens e 12 mulheres e faixa etária (25 – 45 anos e 46 – 66 anos).

A segunda, amostra Gryner, contém entrevistas com informantes de várias regiões da cidade do Rio de Janeiro. Há 32 entrevistas, de caráter informal, realizadas também na década de 80 e regularmente divididas de acordo com gênero: 16 homens e 16 mulheres; escolaridade: 8 informantes do primeiro segmento do Ensino Fundamental, 8 do segundo segmento do Ensino Fundamental, 8 do Ensino Médio e 8 informantes universitários; e faixa etária: 15 – 24 anos, 25 – 34, 35-49, 50 ou mais.

Conforme mencionado no início, obtivemos um total de 1872

ocorrências – 941 na amostra formal e 871 na informal – submetidas ao pacote de programas estatísticos VARBRUL 2S (versão PINTZUK, 1988).

## DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Os principais grupos de fatores relevantes para o uso das variantes FS, IR+V e P serão apresentadas a seguir. Foram selecionados os seguintes grupos de fatores: paralelismo discursivo, predicação verbal, flexão de número, contexto sintático, animacidade do sujeito, verbos modais, faixa etária, gênero e escolaridade. Ao final, há dois quadros contendo os resultados estatísticos da pesquisa<sup>25</sup>. No momento, apresentamos dois grupos de fatores linguísticos: paralelismo discursivo e predicação verbal, e um extralinguístico: faixa etária.

Primeiramente, analisamos a amostra formal e, posteriormente, a amostra informal.<sup>26</sup>

### *Paralelismo discursivo*

Levantamos a hipótese de que o paralelismo discursivo seria relevante para o uso das variantes de futuro numa cadeia verbal (Gryner, 1993; Costa 1997 & Morcelles dos Santos, 1997). Assim, futuro sintético seria sucedido de futuro sintético; futuro perifrástico de futuro perifrástico e presente de presente. Analisamos também se a ocorrência estava isolada ou se era a primeira da cadeia verbal (cf. exemplos a seguir).

---

<sup>25</sup> A pesquisa deu origem a nossa dissertação de Mestrado que pode ser encontrada no Banco de Teses da Faculdade de Letras da UFRJ.

<sup>26</sup> Na amostra informal, a variante FS foi afastada da análise devido à insuficiência de dados – 54 em um total de 871.

*1 – Ocorrência isolada*

- (4) [Tema: Estágio atual do movimento político]

O movimento **TERÁ** (FS) outros passos fatalmente, mas no fim nós ainda não estamos, muito menos no início. Esse movimento já tem mais de um ano. (L.P.R. 1982: 11)

*2 – Primeira ocorrência da cadeia*

- (5) [Tema: A intransigência do governo na negociação com os professores universitários em greve]

É impossível manter a atual situação, os salários dos professores universitários estão extremamente aviltados e se não houver uma providência imediata, por parte do governo, certamente **VAI HAVER** (IR+V) um colapso, um colapso muito grande porque uma paralisação de cinco dias, **VAI HAVER** (IR+V) a deterioração do ensino. (L.P.R., 1982: 8)

*3 – Ocorrência precedida de FS*

- (6) [Tema: Cronograma das atividades de paralisação na UFRJ]

Aqui no Rio de Janeiro, a UFRJ, à qual eu pertencço e posso informar, **PROMOVERÁ** hoje, às onze horas da manhã nas escadarias do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais no Largo de São Francisco, um ato público pelas reivindicações. **FARÁ** na 5ª feira, próxima às quatorze e trinta, no Centro de Ciências da Saúde, no Fundão, uma assembléia geral para decidir a continuidade do movimento. Nós **TEREMOS** também, dias dez e onze de outubro, uma reunião nacional em que cada associação docente **ENVIARÁ** um representante para avaliar o movimento e tomar decisão sobre a sua contribuição. (L.P.R., 1982: 7)

4 – Ocorrência precedida de IR+V

(7) [Tema: A educação e a realidade do aluno]

(...) Quer dizer, nós **VAMOS**, na verdade, **CONFRONTAR**, né, o que diz o Roberto Carlos, o que diz a novela, o que diz o noticiário sobre a guerra das Malvinas e o que ele, o aluno, está vivendo, né, **VAMOS CONFRONTAR**, em vez de nós trabalharmos com uma história, né, formal, uma história do Brasil, uma história já estabelecida, nós **VAMOS PARTIR**, sim, do acontecimento presente do que ele, o aluno, está vivenciando e do que ele pode perceber nas suas relações próximas. (E.J., 1982: 29)

5 – Ocorrência precedida de P

(8) [Tema: Condições para guardar segredo]

Se a pessoa contar uma coisa e me pedir para guardar segredo, eu **GUARDO**. Agora, se me contar uma coisa por contar, eu podendo, tendo oportunidade, dependendo da pessoa pra quem eu conte, eu não **GUARDO** segredo, né? (E.V., 1981:1)

Paralelismo	Futuro Sintético			IR+V			Presente		
	(2)			(1)			(2)		
Isolada	54/225	24%	.42	58/225	26%	.53	113/225	50%	.65
Inicial da série	62/214	29%	.52	62/214	29%	.36	90/214	42%	.49
Após FS	90/143	63%	.77	22/143	15%	.29	31/143	22%	.28
Após IR+V	43/223	19%	.40	113/223	51%	.70	67/223	30%	.36
Após P	29/136	21%	.44	26/136	19%	.48	81/136	60%	.72

Tabela 01: A influência do paralelismo na escolha das variantes (amostra formal)

Observando a tabela 1, percebemos que o falante em função de um “processamento cognitivo” tende a repetir a forma anterior: FS favorece o FS (.77), IR+V favorece o IR+V (.70), o P favorece o P (.72). Repare a aproximação dos pesos relativos dos fatores ‘verbo precedido de IR+V’ (.40) e ‘verbo precedido de P’ (.44). Isso sugere a similaridade entre essas variantes.

Paralelismo	Futuro Sintético			IR+V			Presente		
	(1)			(2)			(2)		
Isolada	12/204	06 %	.57	105/204	51%	.43	87/204	43%	.57
Inicial da série	19/220	09%	.65	107/220	49%	.42	94/220	43%	.55
Após FS	11/29	38%	.90	14/29	48%	.29	4/29	14%	.26
Após IR+V	10/325	03 %	.37	226/325	70%	.69	89/325	27%	.36
Após P	02/93	02%	.28	30/93	32%	.26	61/93	66%	.79

Tabela 02: A influência do paralelismo na escolha das variantes (amostra informal)<sup>27</sup>

Os resultados da amostra informal apontam para IR+V apresentando peso relativo de (.69) ao ser precedido por um verbo em IR+V. Com isso, os pesos relativos dos fatores ‘verbo antecedido de FS’ (.29) e ‘verbo antecedido de P’ (.26) aproximam-se.

O resultado para o Presente ficou mais polarizado. A ocorrência de verbo no Presente precedido de outro verbo no presente tem peso relativo em (.79).

### *Predicação verbal*

“A estrutura interna do sintagma verbal é formada por um núcleo e por complementos cuja ocorrência pode ser optativa ou exigida pela morfologia verbal.” (Mira Mateus et alii, 1983: 281).

Neste grupo de fatores, consideramos as estruturas verbais da oração de acordo com a natureza do núcleo verbal. As estruturas verbais analisadas concernem àqueles verbos classificados como transitivos diretos, indiretos, bitransitivos, intransitivos e os verbos de ligação. A influência da voz verbal foi analisada à parte.

Pretendemos analisar a influência da predicação verbal na escolha da forma de futuro. Partimos do pressuposto de que verbos transitivos e intransitivos favoreceriam o uso da forma IR+V, noção de movimento. FS, mais gramaticalizado, seria favorecido por verbos de ligação, que expressam uma conexão maior entre sujeito e predicado.

---

<sup>27</sup> Reafirmamos que não é possível considerar o resultado para FS porque a quantidade de dados dessa variante na amostra informal é ínfima (54/871).

Após a amalgamação dos fatores que apresentavam diferenças irrelevantes, obtivemos duas categorias:

1 – Verbos de ligação, incluindo os seguintes verbos: ser, estar, ficar, parecer, permanecer, andar, tornar-se, virar (tornar-se), continuar ou análogos.

2 – Demais verbos: transitivos ou intransitivos.

A seguir, apresentamos os exemplos retirados das amostras.

*1 – Verbo de ligação*

(9) [Tema: Ter medo da morte.]

Eu não. Um dia, vai ter que acontecer mesmo. Sei que um dia vou ter que morrer. Viver não **VOU FICAR** viva para o resto da vida. Um dia, tem que morrer. (S.D., 1981: 4)

*2 – Demais verbos*

(10) [Tema: Opção de carreira militar.]

Por lei, você é obrigado a servir, né? Agora pra eles, eu acho que pra grande maioria que tá no exército é uma opção: eles vão porque eles estão a fim de ir. Depois que tão lá dentro, a maioria se arrepende. Eles estão acostumados com uma vida livre de inseqüência. Chega lá dentro, tem que começar a dizer: “Sim senhor, na... bom dia. Não sei o quê. Não sei o que lá.” Lavar o chão, fazer serviços de... pesados que não tão acostumados e coisas desse tipo, né? A maioria deles realmente quando vão pra lá é na opção, porque poder pegar em armas, vão poder aprender treinamento militar. Depois tem mais uma coisa: **TERÃO** as conseqüências de ser soldado. (P. O., 1981; 20)

(11) [Tema: Participação da criança na separação dos pais.]

(...) Então, quando vai acontecer a separação, é importante que a criança vá tomando conhecimento, né, que tá acontecendo uma dificuldade entre pai e mãe e que vão se separar e cada um **VAI TER** uma casa, não é? (M.T.M., 1982: 21)



(12) [Tema: Planos de compra de apartamento.]

Pretendo. Quando eu não sei não. Até melhorar de situação. Mas um dia **MELHORA**. Vai ver só. (N.Y., 1985: 5)

Predicação	Futuro Sintético			IR+V			Presente		
Verbo de ligação	76/158	48%	.66	22/158	14%	.19	60/158	38%	.62
Demais	202/783	26%	.47	259/783	33%	.57	322/783	41%	.48

Tabela 03: Influência da predicação verbal (amostra formal)

Os resultados para a amostra formal, confirmando os apresentados por Morcelles dos Santos (1997), demonstram que os verbos de ligação favorecem o uso do Futuro Sintético (.66) e do Presente (.62) e desfavorecem o IR+V (.19). Isto pode ser explicado: os verbos de ligação expressam maior estaticidade. Assim, estaria sendo usado no FS, forma estável lingüisticamente.

Predicação	Futuro Sintético			IR+V		
Verbo de ligação	19/145	13 %	.67	71/145	49%	.40
Demais	35/726	05%	.46	411/726	57%	.52

Tabela 04: Influência da predicação verbal na escolha da variante IR+V (amostra informal)

Os resultados para IR+V confirmam, embora menos marcadamente, o já visto na amostra formal (.52).

### *Faixa etária*

Para a Teoria da Variação, a variável faixa etária pode ser muito útil à investigação da substituição de uma variante por outra no decorrer do tempo (Romaine, 1994: 80). A língua é dinâmica. Apresenta mudanças graduais refletidas sincronicamente sob a forma de variação etária. Os falantes mais velhos costumam preservar as formas antigas, enquanto os mais jovens tendem a adotar a forma inovadora. Isto permite a análise da mudança em tempo aparente: o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente quinze anos de idade. Por exemplo, a fala de uma pessoa com sessenta anos hoje representa a língua de quarenta e cinco anos atrás, enquanto outra pessoa com quarenta anos hoje nos revela a língua de apenas vinte e cinco anos (Naro, 1994: 83).

Faixa etária	(3)			(5)		
	25 – 45 anos	63/367	17%	.39	144/367	39%
46 – 66 anos	215/574	37%	<b>.57</b>	137/574	24%	.42

Tabela 05: Influência da faixa etária (amostra formal)

Observando as tabelas acima, vemos que os índices confirmam a hipótese da mudança em tempo aparente: os mais velhos preferem usar o FS (.57), enquanto os jovens preferem IR+V (.62) em contextos formais. Na amostra informal, a variável não se mostrou relevante.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo constatou o desaparecimento da forma sintética perifrástica (-rei+V cf. irei fazer) na fala formal e informal – em 1872 dados, identificamos apenas uma ocorrência na fala formal e nenhuma na fala informal.

A forma sintética de futuro (-rei) está desaparecendo gradualmente, principalmente na fala informal (6% das ocorrências), isto é, tende a ser substituída pela forma perifrástica, confirmando estudos anteriores (Morcelles dos Santos, 1997; Poplack & Turpin, 1999; Gibbon, 2000).

A forma inovadora IR+V está ocupando o espaço deixado por FS (55% das ocorrências) na fala informal. As inovações linguísticas são trazidas pelos mais jovens. Assim, o uso de IR+V, forma inovadora, está sendo utilizado por essa faixa etária. No entanto, os resultados sobre a variação entre as faixas etárias não nos permitem afirmar ainda a existência de mudança linguística. Para isso, os resultados relativos a tempo aparente, devem ser complementados por pesquisas diacrônicas.

Quanto à forma de presente, dizemos que é usado em situações formais e informais equiparadamente. Desde o latim, o presente indicava futuridade, assim como fatos passados por ser forma não-marcada.

Contudo, os resultados apontam para a constatação do fato de o processo ter se iniciado no presente e estar caminhando do presente para a perífrase. Na fala formal, as ocorrências de FS e IR+V equipa-

ram-se (30%). Isso confirma o uso de FS em contextos formais apenas. Tal fato pode ser explicado: essa é a forma canônica de futuro, adotada por todos os gramáticos como sendo a única forma correta para expressar futuramente.

O último aspecto a ser ressaltado. Provavelmente, o processo de gramaticalização, pelo qual está atravessando a forma IR+V, reproduz ciclicamente aquele percorrido no passado por FS. Esse fato é indiscutível. Contudo, certas marcas da modalidade intencional ainda estão presentes. Assim, só o futuro dirá se haverá ou não cliticização de IR. “Quem viver, verá!” (Poplack & Turpin, 1999).

#### BIBLIOGRAFIA

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 15ª edição Petrópolis : Editora Vozes, 1991.

COMRIE, Bernard. *Aspect: a n introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge : Cambridge University Press, 1976.

FLEISCHMAN, Suzanne. *The Future in thought and language – Diachronic evidence from Romance*. Cambridge : Cambridge University Press, 1982. 217 pp.

GIBBON, Adriana de Oliveira. *A Expressão do Tempo Futuro na Língua Falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2000. 134pp.

GRANDGENT, C.H. *Introdução ao latim vulgar*. Tradução de Francisco de B. Moel. 3ª edição. Madrid : Conselho Superior de Investigação científica, 1963.

GRYNER, Helena. *De volta às origens do futuro: condicionais possíveis e a perífrase ir + infinitivo*. São Paulo : Grupo de Estudos Linguísticos, 1997.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 1972ª.

POPLACK, Shana & TURPIN, Danielle. *Does the FUTUR have a*

*future in (Canadian) French?* Canadá : University of Ottawa, 1999.

SANTOS, Adriana Morcelles dos. *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. Dissertação de Mestrado. Brasília : Universidade de Brasília, 1997.

SANTOS, Josete Rocha dos. *Alguns aspectos funcionalistas presentes num discurso argumentativo informal*. Rio de Janeiro : Anais do VII Congresso da ASSEL-Rio, 1997.

———. *O uso das formas de futuro em contextos orais formais*. Rio de Janeiro : Anais do VIII Congresso da ASSEL-Rio, 1998.

———. *Uma breve análise sobre as formas de futuro em contextos orais informais*. Rio de Janeiro : Anais do IX Congresso da ASSEL-Rio, 1999.

———. *A variação entre as formas de futuro no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : UFRJ, Faculdade de Letras, 2000. Dissertação de Mestrado em Linguística.

**1 – AMOSTRA FORMAL**

	Futuro Sintético			Futuro Perifrástico			Presente		
<b>Paralelismo</b>	(2)			(1)			(2)		
Isolada	54/225	24%	.42	58/225	26%	.53	113/225	50%	.65
Inicial da série	62/214	29%	.52	62/214	29%	.36	90/214	42%	.49
Após FS	90/143	63%	.77	22/143	15%	.29	31/143	22%	.28
Após IR+V	43/223	19%	.40	113/223	51%	.70	67/223	30%	.36
Após P	29/136	21%	.44	26/136	19%	.48	81/136	60%	.72
<b>Verbos modais</b>	(1)			(2)			(1)		
Ausência	217/532	41%	.69	260/532	49%	.83	55/532	10%	.15
Ter que +precisar	10/74	14%	.26	6/74	8%	.23	58/74	78%	.90
Dever + poder	48/221	22%	.46	5/221	2%	.07	168/221	76%	.87
Ir + querer	3/114	3%	.06	10/114	9%	.18	101/114	89%	.95
<b>Predicação</b>	(6)			(3)			(4)		
Verbo de ligação	76/158	48%	.66	22/158	14%	.19	60/158	38%	.62
Demais	202/783	26%	.47	259/783	33%	.57	322/783	41%	.48
<b>Animacidade</b>	(4)			(4)					
Animado	142/613	23%	.43	222/613	36%	.58			
Inanimado	136/328	41%	.64	57/228	25%	.39			
<b>Flexão de número</b>	(5)			(6)			(3)		
Singular	182/713	26%	.43	224/713	31%	.54	307/713	43%	.55
Plural	96/228	42%	.70	57/328	18%	.35	75/228	33%	.35
<b>Contexto sintático.</b>				(7)					
Apódose cond				28/84	33%	.59			
Demais				193/566	34%	.53			
Subordinadas				60/291	21%	.41			
<b>Faixa etária</b>	(3)			(5)					
25 – 45 anos	63/367	17%	.39	144/367	39%	.62			
46 – 66 anos	215/574	37%	.57	137/574	24%	.42			
<b>Gênero</b>	(7)						(4)		
Homens	150/405	37%	.56				158/405	39%	.40
Mulheres	128/536	24%	.45				224/536	42%	.58
<b>TOTAL</b>	278/941	30%		281/941	30%		382/941	41%	
Input	.22			.17			.35		
Significância	.010			.041			.039		

**2 – AMOSTRA INFORMAL**

	Futuro Sintético		Futuro Perifrástico				Presente		
<b>Paralelismo</b>	(1)		(2)				(2)		
Isolada	12/204	06 %	.57	105/204	51%	.43	87/204	43%	.57
Inicial da série	19/220	09%	.65	107/220	49%	.42	94/220	43%	.55
Após FS	11/29	38%	.90	14/29	48%	.29	4/29	14%	.26
Após IR+V	10/325	03 %	.37	226/325	70%	.69	89/325	27%	.36
Após P	02/93	.02%	.28	30/93	32%	.26	61/93	66%	.79
<b>Verbos modais</b>	(5)		(1)						
Ausência	41/606	07 %	.49	445/606	73%	.74	120/606	20%	.40
Ter que +precisar	6/43	14 %	.69	15/43	35%	.33	22/43	51%	.65
Dever + poder	7/112	06 %	.50	15/112	15%	.13	88/112	79%	.87
ir + querer	Knockout 0/110			5/110	5%	.03	105/110	95%	.98
<b>Predicação</b>	(6)		(5)						
Verbo de ligação	19/145	13 %	.67	71/145	49%	.40			
Demais	35/726	05%	.46	411/726	57%	.52			
<b>Animacidade</b>	(2)		(3)				(5)		
Animado	27/621	04%	.42	379/621	61%	.56	215/621	35%	.46
Inanimado	27/250	11%	.69	103/250	41%	.35	120/250	48%	.59
<b>Flexão de número</b>	(4)						(4)		
Singular	41/785	5%	.47				316/785	40%	.53
Plural	13/86	15%	.75				19/86	22%	.23
<b>Contexto sintático</b>			(4)				(3)		
Apódose				60/137	44%	.29	72/137	53%	.76
Demais				300/503	60%	.52	168/503	33%	.47
Subordinada				122/231	53%	.59	95/231	41%	.40
<b>Gênero</b>	(3)								
Homem	16/471	03%	.64						
Mulher	38/400	09%	.38						
<b>Escolaridade</b>	(7)						(6)		
0 – 8 anos	14/395	04%	.41				175/395	44%	.55
9 anos –	40/476	08%	.58				160/476	34%	.45
<b>TOTAL</b>	54/871	06%		482/871	55%		335/871	38%	
Input				.53			.38		
Significância				.041			.040		

## **A ORDEM ORACIONAL EM KAYABÍ**

Nataniel dos Santos Gomes (UNAM/UNESA/UniverCidade/UFRJ)

### **RESUMO**

Abordar a estrutura das orações na língua indígena brasileira Kayabí, segundo a teoria gerativa. Veremos a ordem dos constituintes oracionais em construções declarativas, narrativas e de enfoque.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística, Gerativismo, Línguas Indígenas

### **INTRODUÇÃO**

A primeira classificação da língua Kayabí como pertencente à família Tupi-Guarani foi feita de 1927, por Max Schmidt, que coletou uma lista de 24 palavras.

A autodenominação dos Kayabí é *janere* ‘nós, os verdadeiros’. A origem da denominação *Kayabí* é desconhecida.

O habitat considerado Kayabí nas margens dos rios Teles Pires, Verde, Arinos, dos Peixes, até o rio Peixoto de Azevedo, foi disputado pelos grupos *apiaká*, *mundurukú*, *bakairí*, *beço-de-pau*, entre outros, em constantes conflitos pelos domínios da terra e monopólio de pedras (usadas para a produção de machados).

Os Kayabí classificavam antigamente os não-índios como seres sobrenaturais, que teriam vindo para a terra da moradia dos xamãs mortos.

Um recenseamento feito pelo Pe. João Dornstauder em 1955 identificou 340 Kayabí espalhados no rio Teles Pires, no rio dos Peixes, nos vários postos da SPI e no rio Xingu.

Os índios Kayabí são atualmente localizados em três regiões: no Parque Indígena do Xingu, com aproximadamente 800 indivíduos; no Posto Tatuí, no rio dos Peixes, com aproximadamente 200 indivíduos, e no sul do Pará, no rio Teles Pires, com aproximadamente 80 indivíduos. Alguns Kayabí vivem dispersos fora das reservas indígenas.

A língua Kayabí pertence à família Tupi-Guarani, do tronco Tupi (Rodrigues 1958 e 1984). Mesmo com dispersão dos Kayabí, a língua tem se mantido com variações mínimas.

O Tupi-Guaraní é uma das 7 famílias lingüísticas (e mais 3 isoladas) que pertencem ao tronco Tupi (segundo a classificação de Rodrigues 1986). A família lingüística Tupi-Guarani consiste de 21 línguas, e o Kayabí é uma delas.

A maioria dos Kayabí ainda usa o seu idioma para comunicação em casa. Porém, o bilingüismo com o português tem aumentado nos últimos anos.

O crescente conhecimento do português se deve à convivência com a sociedade envolvente, à escola (ensino em português), ao rádio e à televisão já presentes em algumas aldeias e postos etc. A maioria dos índios Kayabí pode se comunicar na própria língua. Entretanto, algumas crianças já não aprendem mais a falar o Kayabí como língua materna.

Os estudos lingüísticos realizados pelos pesquisadores do Summer Institute of Linguistics (SIL) tem servido como base de dados para várias pesquisas. Temos, por exemplo, as gramáticas feitas por Dobson, que contém um bom material descritivo sobre a língua, e os de Weiss, que trazem um material mais ligado à lexicologia da língua Kayabí.

## A ESTRUTURA ORACIONAL SEGUNDO A TEORIA GERATIVA

### *A estrutura oracional é dividida em três camadas*

#### *(a) O nível lexical*

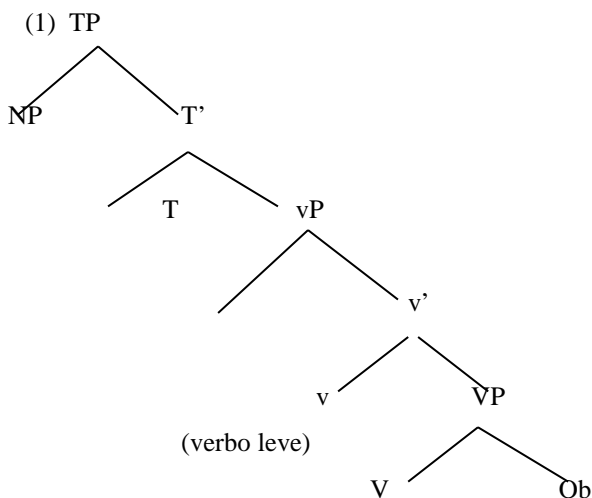
O nível lexical ou temático em que o verbo e os seus argumentos são projetados no sintagma verbal (VP). Desde Chomsky (1995), postula-se que a projeção de uma estrutura transitiva e de verbos intransitivos inergativos, como “fumar”, “trabalhar”, “dançar”, contém uma categoria – *v* – que é um núcleo funcional causativo que seleciona um VP como complemento. O núcleo deste VP é o verbo lexical (transitivo ou inergativo). O núcleo causativo também chamado de “verbo leve” tem como propriedade selecionar um argumento externo que se manifesta sintaticamente como sujeito. *v* tem traços nominais de caso acusativo e traços verbais de concordância de objeto.



(b) *A camada flexional.*

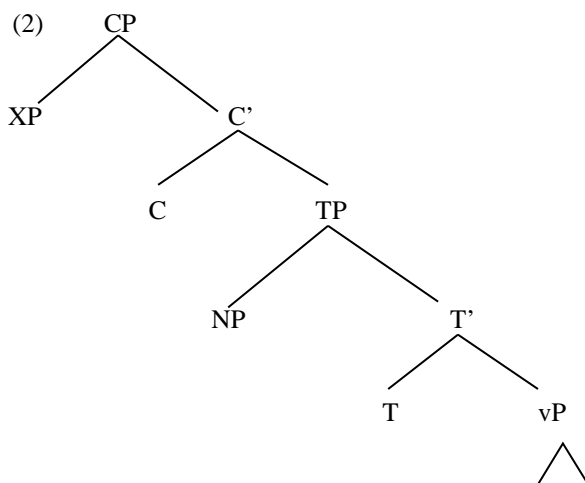
Além do sintagma *vP*, há o núcleo de Tempo (T) que seleciona *vP* como complemento e admite um NP na posição de especificador. É para Spec, TP que vão os sujeitos. Todo SN sujeito se move para aí. T tem traços de caso nominativo e de concordância de sujeito.

A representação abaixo ilustra a estrutura de uma oração com as camadas lexical e flexional.



(c) *a camada de complementizador:*

Acima de TP há ainda uma categoria funcional CP – cujo núcleo C pode abrigar conjunções (“se”, “que”), verbos movidos (V2) e cujo especificador pode abrigar os sintagmas interrogativos e os elementos focalizados ou topicalizados. C seleciona TP como complemento e contém traços de operador. Representamos abaixo uma estrutura oracional transitiva completa, de acordo com abordagem gerativa atual:



#### A ORDEM DOS CONSTITUINTES ORACIONAIS

O verbo e seus argumentos são projetados dentro de VP. De acordo com Chomsky (1995), os itens lexicais já saem do léxico flexionados, contendo seus traços morfossintáticos (caso, concordância).

A inter-relação entre categorias funcionais e categorias lexicais é responsável pela ordem dos constituintes oracionais, pelas relações de caso e de concordância, entre outras.

O movimento dos constituintes oracionais é provocado pelas propriedades dos traços morfológicos das categorias funcionais que, por serem não interpretáveis nos níveis de interface, precisam ser eliminados. É através do mecanismo de checagem com os traços correspondentes das categorias lexicais que os traços dos núcleos funcionais são eliminados.

Os traços abstratos dos núcleos funcionais são de natureza nominal (N) e verbal (V). Os traços nominais referem-se a caso e EPP e os verbais a concordância e caso. Os traços N de Tempo exigem que um NP se mova para a posição de [Spec, TP] para checar o traço de caso nominativo e o traço EPP.

Os traços dos núcleos funcionais são parametrizados em fortes

e fracos. Os traços fortes são aqueles que precisam ser eliminados na sintaxe aberta, porque não são interpretáveis na Forma Fonológica. São estes traços fortes que provocam o movimento visível dos constituintes gerados em VP. Os traços fracos podem ser eliminados no componente encoberto (Forma Lógica).

Os traços dos itens lexicais e dos núcleos funcionais são checados nas configurações de Especificador / Núcleo. Quando um núcleo funcional tem traços nominais fortes, ele atrai os sintagmas nominais para a posição de Spec, onde os traços de caso serão checados.

Quando os traços verbais são fortes, o verbo se move para a posição de núcleo.

Postula-se que T tenha traços nominais fortes em todas as línguas. Tal fato indica que o sujeito é sempre movido para [Spec-TP] em sintaxe aberta.

Para se verificar se um constituinte oracional foi movido ou não, utiliza-se a posição dos advérbios, quantificadores e da negação como evidência. Pollock (cf. Haegeman) propõe que os advérbios são gerados em adjunção ao VP. Sendo assim, se um constituinte ocorre à esquerda de um advérbio, é sinal de que ele se moveu para uma categoria funcional acima de VP. Se o constituinte ocorre à direita do advérbio, é sinal de que ele continua dentro de VP.

Em Francês, parece que tanto o verbo, quanto o sujeito se movem para cima de VP, uma vez que ocorrem à esquerda do advérbio.

1. John embrasse souvent Marie.  
João beijar freqüentemente Maria  
' João beija freqüentemente Maria'
2. John n'aime pas Marie  
John neg amar neg Maria  
'John não ama Maria' (Benmamoun, 2000:12)

Em Inglês, como o sujeito aparece à esquerda do advérbio, postula-se que somente ele é movido em sintaxe aberta.

3. John' s often kisses Mary  
João freqüentemente beijar Maria  
'João freqüentemente beija Maria'

4. John does not love Mary  
João aux. neg. amar Mary  
'João não ama Maria'. (Benmamoun, 2000:12)

Dentro do quadro de Chomsky (1995), pode-se dizer que em Francês T tem traços nominais e verbais fortes, ao passo que em Inglês T tem apenas traços nominais fortes, que provocam o movimento do sujeito.

Quando *v* tem traços nominais fortes, ele atrai o objeto para a posição de seu especificador. O movimento do objeto pode ou não estar condicionado ao movimento do verbo para o núcleo *v*.

A ordem SOV pode ser derivada de SVO através desses movimentos. SOV também pode ser uma ordem em que o objeto e o verbo são gerados nessa posição.

C com traços nominais forte atrai a palavra interrogativa para a sua posição de Spec e com traços verbais fortes atrai o verbo para si, como ocorre nas línguas V2.

#### OBSERVAÇÕES SOBRE A ORDEM EM KAYABÍ

Em Kayabí, existe uma variação na ordem dos constituintes. Dependendo da forma verbal, se narrativa ou declarativa, encontramos possibilidades de ordem diferentes.

#### *As construções declarativas*

Como vimos no capítulo 2, nas estruturas declarativas, o verbo vem marcado com os afixos de pessoa, cuja a escolha nas construções transitivas obedece à hierarquia referencial.

Verificamos vários tipos de ordem nessas construções:

- (i) Quando o sujeito e o objeto são SNs, observa-se a ordem SOB ou OSV.
5. ya' wapinim-a mo'a-u      SOV

jaguar-nm cobra ele-comer  
'O jaguar comeu a cobra'

6. Tagea'i ki)ã je-mena a-juka  
Tagea'i ele 1-poss.marido 3.matar  
'O meu marido matou Tagea'i" (Weiss 1972:5)

(ii) Quando o objeto é SN e o sujeito é um elemento pronominal, verificam-se as ordens OSV e VSO.

7. miara je a-juka OSV  
onça eu 1sg-matar  
'Eu matei uma onça'

8. Wopo kyná kanape-a VSO  
fazer ela bolo de mandioca-nom  
'Ela faz bolo de mandioca'

9. Tapi'ira kawete je a-juka OSV  
Onça gorda eu 1sg-matar  
'Eu matei uma anta gorda'

(iii) Quando o objeto é um elemento pronominal e o sujeito é pronominal, verifica-se a ordem VS. Neste caso, o objeto quando de 1ª ou 2ª, aparece incorporado ao verbo e o sujeito é. Quando o objeto é de 3ª, obtém-se a ordem VSO, porque ele não se incorpora ao verbo:

10. Anupã je pe)e)  
espancar 1sg 2pp  
'Eu espanco vocês'

11. Eneresak 'g)a)  
Eles ver 2ps  
'Eles vêem você' (Dobson 1988:39)

12. je-nupã gã  
1sg-bater ele  
'Ele me bateu'

13. a-nupã je gã

1sg-bater eu ele  
'Eu bati nele'

(iv) Quando o sujeito é SN e objeto um pronome, o objeto deve ocorrer afixado ao verbo e o sujeito aparece em 1ª posição na ordem SV.

14. miara je-u'u  
onça 1sg-morder  
'A onça me mordeu'

(v) Nas formas negativas, a ordem preferida é VSO, se o sujeito for um pronome ou SN e o objeto um SN ou pronome. Se o sujeito é de 3ª ou 2ª e o objeto é de 1ª ou 2ª, estes ocorrem afixados ao verbo e a ordem é VS.

15. n-a-juka-i je miara  
neg-1sg -matar-neg eu onça  
'Eu não matei a onça'

16. na-je-roesag-i 'g)a)  
neg-1sg-rel-ver-neg ele  
'Ele não me viu'

17. n-u-apo-í 'g)a yrupema  
neg-3-fazer-neg ela cesta  
'Ela não fez cesta'

#### **As construções declarativas com verbos intransitivos**

(i) Quando o sujeito é um SN, verifica-se tanto as ordens SV quanto VS.

18. 'u'ywa-r-afa o-sok  
flecha-rel-ponta 3-sair  
'A ponta da flecha saiu'

19. akuway kumia  
quente comida

‘A comida está quente’

(ii) Quando o sujeito é pronominal a ordem verificada é VS nas formas declarativas:

20. o-set kyná  
3-dormir ela  
‘Ela dormiu’

21. a-‘at je  
1sg-cair eu  
‘Eu caí’

### **As construções narrativas**

Dobson (1988:91) citando Grimes (1975), define o discurso narrativo como:

- (i) o relato de eventos que realmente aconteceram, ou que as pessoas imaginam ter acontecido, por exemplo, os eventos das lendas, e também
- (ii) a narração de não-eventos, os quais abrangem descrições de participantes, cenários e informação colateral.

Dobson (1997:90) explica que “Em qualquer oração em que haja mais de um verbo, qualquer verbo secundário tem de ser da forma narrativa.”

O verbo transitivo na forma narrativa só marca o objeto, já o verbo intransitivo marca o sujeito:

(i) Quando o sujeito e o objeto são SNs verifica-se a ordem SOV

22. kasurua miara mojeupit  
cachorro onça subir  
‘O cachorro subiu a onça’ (= o cachorro fez a onça subir)

23. Kasurua miara mujaãn-a  
Cachorro onça correr-narr  
‘O cachorro correu (atrás da) onça’

Note-se que nas formas narrativas, há verbos que pedem o prefixo relacional *r-* entre ele e o objeto (23); enquanto que outros têm o prefixo relacional  $\emptyset$ , como em (22):

24. kasurua miara r-esak-a  
cachorro onça rel-ver-narr  
'O cachorro viu a onça'

Quando, na forma narrativa, o objeto está separado do verbo cujo prefixo relacional é Ø, usa-se o pronome *i-* afixado na morfologia verbal.

25. miara kasurua i-mujã-a OSV  
onça cachorro 3-correr-narr  
'o cachorro correu atrás da onça'

Quando o verbo tem o prefixo relacional *r-*, a topicalização do objeto não engatilha nada na morfologia verbal, como em (25):

26. miara kasurua Ø esaka  
onça cachorro ver  
'O cachorro viu a onça'

(ii) Nas formas narrativas, quando o sujeito é um SN e o objeto é pronominal a ordem é SV, já que o objeto ocorre como se estivesse incorporado ao verbo.

27. kasurua je-r-esak-a SOV  
cachorro 1sg-rel-ver-narr  
'O cachorro me viu'

### **Enfoque**

Essa forma é usada para chamar atenção para um evento ou para uma pessoa, como um foco.

A forma de enfoque só ocorre quando o sujeito é da 1ª ou 3ª do singular e do plural. Os indicadores de pessoa para os verbos intransitivos são os pronomes livres independente da classe do verbo.

Como vimos acima, a forma de enfoque caracteriza-se pelo posicionamento de um sintagma na periferia esquerda da oração. Este sintagma não pode ser nem o sujeito nem o objeto.

Os exemplos mostram que a ordem preferencial para os sintagmas de sujeito e objeto é SOV.



Quando o sujeito é pronominal, verifica-se que ele ocupa a 2ª posição na sentença, independente do que vem antes ou depois. Assim, tem-se a ordem: XPSOV, sendo o sujeito um pronome ou um SN.

28. Amanipe je mama'e tym-i  
Chuva em 1-coisa plantar-enf  
'No tempo da chuva, eu planto as coisas' (Dobson: 118)

Nas construções intransitivas, o sujeito é sempre preposto ao verbo e a ordem é XPSV. Segundo Dobson (1988:48) a negação não pode ocorrer na forma de enfoque.

29. Ai'we ore oì  
Amanhã lpp ir  
Amanhã iremos.

Os sujeitos pronominais que ocorrem em 2ª posição são pronomes que parecem ter natureza clítica, já que ocorrem após qualquer tipo de constituinte e sempre em 2ª posição na sentença. A variação da ordem observada em Kayabí será discutida juntamente com o estatuto desses elementos pronominais.

## CONCLUSÃO

Pudemos observar brevemente a história do povo Kayabí e sua ordem oracional, de acordo, com o tipo de oração (declarativa, narrativa, enfoque): VS, SOV, OSV, VSO.

Os sujeitos pronominais que ocorrem em 2ª posição são pronomes que parecem ter natureza clítica, já que ocorrem após qualquer tipo de constituinte e sempre em 2ª posição na sentença. A variação da ordem observada em Kayabí será discutida juntamente com o estatuto desses elementos pronominais num próximo artigo.

BIBLIOGRAFIA

- BORSLEY, Robert and ROBERTS, Ian. *The syntax of the celtic languages: a comparative perspective*. New York : Cambridge, 1996.
- DOBSON, Rose M. *The functions of narrative, declarative and focus forms of the Kayabí Verb in Narrative Discourse*. [s.l.] Summer Institute of Linguistics, 1980.
- DOBSON, Rose M. *Aspectos da Língua Kayabí*. Série Lingüística N. 12. Brasília : Summer Institute of Linguistics, 1988.
- DOBSON, Rose M. *Gramática prática com exercícios da Língua Kayabí*. Arquivo Lingüístico N. 228. Cuiabá : Summer Institute of Linguistics, 1997.
- EPSTEIN, Samuel David & HOERNSTEIN, Nobert. *Working Minimalism*. Massachussets / London : MIT Press, 1999.
- FONTANA, J.M. On the integration of second position phenomena. In.: KEMENAD and VICENT, Nigel. *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge : Cambridge, 1997, p. 207-250.
- GEORGOPOULOS, Carol Perkins. *Syntactic variables: resumptive pronouns and A'binding in Palaun*. Dordrecht : Kluwer Academic Publishers, 1991.
- HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government & binding theory*. 2 ed. Massachussets : Blackwell, 1994.
- HENDRICK, Randall. Morphosyntax. In.: WEBELHUTH, Gert. *Government and Biding Theory and the Minimalist Program*. Cambridge : Blackwell, 1995.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2ª ed. São Paulo : Loyola, 1994.
- ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo : Contexto, 2000.
- SPENCER, Andrew. *Morphological Theory: an introduction to word structure in Generative Grammar*. Massachusetss : Cambridge, 1991.
- STUMP, Gregory T. Inflection. In: SPENCER, Andrew and ZWICKY, Arnold M. *The handbook of morphology*. Massachussets :

Blackwell, 1998.

VIEIRA, Márcia Maria Damaso. *O fenômeno da não-configuracionalidade na língua Asurini do Trocará: um problema derivado da projeção dos argumentos verbais*. Tese de doutoramento. Campinas : Unicamp, 1993.

WEISS, Helga. *Kayabí verbs*. [s.l.]. Summer Institute of Linguistics, 1972.

WEISS, Helga. *Para um dicionário da Língua Kayabí*. Tese de doutorado. São Paulo : USP, 1998.

## A GUERRA DO ESTRANGEIRISMO

Vito Manzollito (UERJ)

FARACO, Carlos Alberto (org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001, 191 p.

O projeto de lei 1676/99, de autoria do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB – SP), que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”, conseguiu gerar, até o momento, além de muita polêmica, material bibliográfico de insuspeita qualidade acerca do tema estrangeirismo / empréstimo linguístico. Trata-se do livro *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, organizado pelo professor Carlos Alberto Faraco, da Universidade Federal do Paraná.

A obra é composta de textos que abordam variados aspectos do assunto. Os artigos foram escritos por estudiosos como Marcos Bagno, John Robert Schimitz, José Luiz Fiorin, Sírio Possenti, além do próprio coordenador da coletânea. Apesar de a maior parte dos textos fazer referência direta ao projeto de Aldo Rebelo, a mesma não predomina, pois cada autor expõe o tema sob determinado prisma. Ao lado desse material, os leitores vão ter acesso também ao texto integral do projeto do deputado.

Nem todos os artigos são totalmente inéditos. Uma versão de “Guerras em torno da língua: questões de política linguística” (Carlos Alberto Faraco), por exemplo, já havia sido publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, enquanto “Estrangeirismos: desejos e ameaças” (Pedro M. Garcez e Ana Maria S. Zilles) teve uma versão anterior no livro *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico* (Ed. Insular), fatos que em nada diminuem a oportunidade e a conveniência deste lançamento.

Em *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, os leitores vão encontrar informações relevantes sobre tópicos como o conceito de empréstimo / estrangeirismo, a noção de centro irradiador de cultura (ilustrada, na atualidade, de forma inequívoca, pela supremacia americana em variadas áreas do conhecimento humano) e a questão do purismo, esta diretamente relacionada com o projeto de lei do de-

putado Rebelo, além de outros itens ligados ao estudo das influências que uma língua pode exercer sobre outra.

Após a nota dos editores, que destaca o fato de que o “livro tem origem num equívoco, o projeto de lei 1676/1999” (p.7) e da apresentação feita pelo organizador do volume, o leitor vai poder apreciar o já referido texto “Estrangeirismos: desejos e ameaças”, o qual, logo na abertura, propõe uma definição para o termo estrangeirismo, ou seja,

o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. (...) Fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo (p.15).

A seguir, aparece o igualmente já mencionado artigo “Guerras em torno da língua: questões de política linguística”, que contém consistente análise crítica do projeto do deputado, assim como ocorre em “Cassandra, Fênix e outros mitos” (Marcos Bagno). Segundo as próprias palavras do A.,

pretendo tratar aqui somente dos aspectos que mais chamaram a minha atenção (e mais me espantaram, pelos rombudos equívocos que contém) quando li o texto do projeto (...), embora não se possa negar a boa intenção que moveu o deputado ao redigi-lo. No entanto, é de uma política linguística coerente e consistente que o Brasil precisa, e não de atitudes bem-intencionadas que se inspiram em mitos e superstições (p.49).

O próximo texto chama-se “O projeto de lei 1676/99 na imprensa de São Paulo” (John Robert Schmitz) e faz, como é possível supor a partir do título, um exame da proposta do deputado Aldo Rebelo com base principalmente em matérias, artigos e textos em geral publicados pela imprensa paulista.

Na seqüência, surge “Considerações em torno do projeto de lei no 1676/99” (José Luiz Fiorin). No artigo, Fiorin discute as noções de política linguística e de planificação linguística. Já Paulo Coimbra Guedes (“E por que não nos defender da língua?”) ressalta a importância da língua inglesa na atualidade, lembrando que

não é o inglês o veículo da civilização e da cultura tecnológica contemporânea? Não seria bom para nós dominarmos essa civilização e essa cultura? Não teríamos ao inglês (e ao francês e ao alemão e ao espanhol e ao russo e ao japonês, e ao árabe e ao chinês e ao...) o mesmo direito que temos ao português, que é o direito que temos à cultura e à civilização? Precisamos do inglês não para a fazeção de entortar a língua para simular

uma autêntica pronúncia californiana, mas para ler a respeito de tudo o que está escrito em inglês e interessa para nós (p.139-40).

O próximo texto (“Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos”), de Ana Maria Stahl Zilles, não é totalmente inédito. Como explicado em nota de rodapé, teve versão anterior – intitulada simplesmente “Equívocos” – publicada no boletim da ALAB. Discorrendo acerca das propostas do deputado, que considera inexecutáveis e inviáveis, Zilles observa que, relativamente à utilização de palavras estrangeiras,

de início, cabe perguntar o que é uso abusivo. A resposta, obviamente, é um problema sem solução, a menos que se adote, como critério, a arbitrariedade. Essa parece ser a direção prevista pelos projetos de lei quando se considera a menção à Academia Brasileira de Letras como guardiã da língua (p.145).

Finalizando a obra, “A questão dos estrangeirismos” (Sírio Possenti). Também fazendo referência ao projeto de Aldo Rebelo, o A. questiona a utilidade de uma legislação reguladora do uso da língua e salienta:

Gostaria que o projeto produzisse como efeito a descoberta do óbvio: que, para proteger de fato nossa língua, temos que tornar nossa economia poderosa e nossa cultura tão charmosa que nenhuma outra nos tente (p.168).

Por tudo o que anteriormente se expôs e ainda pela competência dos estudiosos responsáveis pela publicação, este recente lançamento da Editora Parábola constitui leitura valiosa e indispensável a todos aqueles minimamente interessados, seja no projeto de lei 1676/99, seja em aspectos lingüísticos e sociológicos do empréstimo.

**ATAS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS  
DE CLAUDIO CEZAR HENRIQUES**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**HENRIQUES, Claudio Cezar.** *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908). Apresentação de Evanildo Bechara.* Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2001. XXVI + 290 p.

Trata-se da edição crítica das sete sessões preparatórias, das sessões ocorridas durante a Presidência de Machado de Assis e das seis imediatamente subseqüentes a sua morte, com a análise das intervenções metalingüísticas feitas pelos acadêmicos e a interpretação das relações institucionalizadas a respeito do tema *língua e sociedade*, conforme se lê na *Sinopse* apresentada pelo autor na página XIII.

Sem possibilidade de discordar de Bechara, na *Apresentação* que fez do excelente trabalho (resultante de sua tese de titularidade em Língua Portuguesa na UERJ), é indiscutível que disponibilizar textos confiáveis aos historiadores sobre uma das fases mais importantes da história das letras no Brasil, com a revelação de aspectos extremamente curiosos que nos incitam a um estudo mais profundo, como é o fato de que quase nunca era o redator que passava as atas a limpo, como a discussão a respeito da decisão da Academia sobre a grafia “Brazil” (defendida por José Veríssimo) ou “Brasil” (defendida por Capistrano de Abreu e, posteriormente, pelo Visconde de Taunay), ou como o choque entre o Regimento Interno e a realidade pragmática em que viviam, entre outros e outros que poderiam ser apontados num estudo mais amplo.

As indicações de sócios correspondentes estrangeiros nos orientam na indicação dos nomes mais prestigiados entre os literatos da época e, indiretamente, da cultura literária mais esperada de um leitor brasileiro pelos acadêmicos.

Relativamente à problemática da língua, prosseguiu o apresentador:

A Academia conseguiu, àquela primeira fase, discutir a sistematização ortográfica, divididas as hostes entre os fonetistas, com Medeiros e Albuquerque à frente, e os etimologistas, chefiados por Salvador de Mendonça. Uma análise comparativa de proposta a proposta, com votos

a favor e contra, dá-nos uma idéia de como os acadêmicos estavam longe de chegar a um acordo que palidamente honrasse os princípios de uma sistematização gráfica adequada e corrente, apesar de, entre eles, haver especialistas do porte de um Silva Ramos, um João Ribeiro, um Carlos de Laet, presentes à discussão. (p. XIX)

Considerando o Claudio que “o zelo interpretativo é essencial”, apadrinhou-se com Francisco Marcos Marín<sup>28</sup> e adotou como decisão suas seguintes palavras:

A base do comentário é uma leitura cuidadosa, guiada por dois princípios gerais:

- 1) Enfrentamento do texto.
- 2) Interpretação do texto que, por sua vez, há de reunir dois requisitos essenciais:
  - a) compreensão e análise de tudo o que o texto nos diga, ou seja, exaustividade;
  - b) imitação da compreensão dos elementos que na realidade se encontram no texto, sem acrescentar outros que não estão presentes nele, mas que estão relacionados com esse mesmo texto.

Sem falsa modéstia, Claudio considera que respondeu “com uma multifacetada atuação filológica, jornalística e detetivesca” às reiteradas e naturais indagações sobre pessoas, fatos e lugares que o texto ia apresentando em sua natural seqüência. (Cf. p. XXIII).

Como esta resenha tem o objetivo prático de apresentar-lhe o importante trabalho do Professor e Acadêmico Claudio Cezar Henriques, nada mais prático que transcrever aqui a sua auto-apresentação:

O plano de elaboração deste livro tem como capítulo central o texto das atas da Academia, de 1896 a 1908, sob a presidência de Machado de Assis. Nele também estão explicados os critérios adotados para a edição. Antecedem o texto principal dois capítulos: o primeiro, intitulado “Entrelinhas”, une histórias, comenta depoimentos e tece considerações críticas a respeito da Academia Brasileira de Letras e de sua trajetória de mais de cem anos; o segundo, chamado “O Corpus”, especifica números e datas, esclarece aspectos relevantes do texto, identifica dados e descreve sua localização, conservação e vínculos com outros documentos guardados no Centro de Memória.

Após a edição dos manuscritos, há o capítulo intitulado “Textos co-

---

<sup>28</sup> MARIN, Francisco Marcos. *El comentario lingüístico: metodoligía y práctica*. Madrid : Cátedra, 1978, p. 40.



nexos”, que contém a transcrição dos discursos de Rui Barbosa (no sepultamento de Machado) e de Olavo Bilac (na inauguração da placa na casa do Cosme Velho), uma crônica de Euclides da Cunha (sobre uma visita recebida por Machado na véspera de sua morte) e a tradução de uma moção em defesa da língua portuguesa, apresentada por Oliveira Lima em Congresso realizado em Viena em 1908 (transcrita em francês numa das atas). São páginas importantes para enriquecer o conteúdo histórico das atas e para compor as considerações acerca do tema *língua e sociedade*, desenvolvido paralelamente ao longo deste livro. Esses nove textos incluem anotações específicas e remissão apropriada no corpo das atas.

O último capítulo tem o título de “Intervenções metalingüísticas”. Nele se especificam, analisam e ampliam os conteúdos diretamente relacionados com questões de língua portuguesa abordados durante as sessões e registrados nas atas. Os comentários nele contidos, somados ao que consta do capítulo “Entrelinhas”, remetem a mais algumas considerações sobre o que poderia ou deveria caracterizar uma política do idioma a partir de foco contemporâneo. É disso que trata o “Posfácio”.

Complementa o trabalho um “Apêndice” com informações e ilustrações julgadas pertinentes para a composição do conjunto.

Concluindo na companhia do representante atual da Filologia na ABL, sugerimos que sejam explorados os “veios de pesquisa que essas atas velam à espera de que leitores atentos penetrem nesta obra de admirável estrutura intelectual e artística que é a Casa de Machado de Assis”.

A partir dos documentos que agora foram disponibilizados, muitos bons trabalhos poderão ser desenvolvidos.

**ELEMENTOS DE FILOLOGIA ROMÂNICA  
DE BRUNO FREGNI BASSETTO**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**BASSETTO, Bruno Fregni.** *Elementos de Filologia Românica: história externa das línguas*, vol. 1. São Paulo : Universidade de São Paulo, 2001. 384 p.

Neste primeiro volume dos *Elementos de Filologia Românica*, o Professor Bruno, traçando a história externa das línguas neolatinas, considera a Filologia segundo a definição de Ferdinand de Saussure, que a entende como “a ciência que estuda os textos e tudo quanto for necessário para torná-los acessíveis: não só os aspectos propriamente lingüísticos, mas tudo o universo cultural que uma determinada língua representa.” (4ª capa).

Considerando ainda a bela síntese do redator da 4ª capa, concordamos que:

Resultado do trabalho de muitos anos de pesquisa e ensino, *Elementos de Filologia Românica* foi elaborado para fornecer orientação segura a estudantes e demais interessados, apresentando os conceitos fundamentais dessa disciplina e os diversos métodos tradicionalmente empregados. Trata também da origem das línguas românicas, com ênfase no chamado latim vulgar, para chegar até as línguas modernas desse grupo, acompanhando as fases de sua evolução e os tipos de classificação existentes.

O primeiro volume dos *Elementos de Filologia Românica* apresenta a seguinte matéria, dividida em uma longa introdução e quatro capítulos assim organizados:

**Introdução:** Conceito de Filologia Românica e Diacronia das línguas românicas.

**1. O trabalho filológico:** Crítica textual (*Recensio, Collatio codicum, Estemática e Emendatio*), Crítica histórico-literária (Autenticidade, Datação, Fontes, Circunstâncias, Sorte, Unidade e integridade, Linguagem do texto e Avaliação crítica), Exegese do pormenor, Edição (Edição crítica, Edição diplomática, Edição paleográfica e Outros tipos de edição).

**2. Métodos da Filologia Românica:** Método histórico-

comparativo, Método idealista, Método da Geografia Lingüística, Método de *Wörter und Sachen* (“Palavras e Coisas”), Método onomasiológico, Método neolingüístico ou espacial, Método da Teoria das Ondas (*Wellentheorie*), Métodos afins e Considerações sobre os métodos.

**3. Origem das línguas românicas:** O latim e suas variedades, Características do latim vulgar, A latinização, Fatores da latinização (Exército romano, Colônias militares, Colônias civis, Administração romana, Obras públicas e Comércio), Fontes do latim vulgar (Inscrições populares, Papiros antigos, Gramáticos e mestres de retórica, Tratados técnicos, Relatos de peregrinações, Textos latinos tardios, Textos cristãos, Glossários e As línguas românicas como fontes do latim vulgar), A fragmentação da România (Causas internas e Causas externas: as invasões), A formação das línguas românicas (fase de bilingüismo, Substrato, Superstrato, Adstrato e Latim medieval: adstrato permanente).

**4. A România:** Conceito de România, Períodos da România (România antiga, România medieval e România moderna), Fases de evolução das línguas românicas (Fase latina, Fase romance e Fases das línguas românicas modernas), Classificação das línguas românicas (Classificação de F. Diez, Outras classificações e România contínua) e Características e inter-relacionamento das línguas românicas (Balcano-romance, Reto-romance, Ítalo-romance, Galo-romance e Ibero-romance).

Além dessa exposição, os *Elementos* fornecem uma série de índices facilitadores para os estudantes e leitores e uma grande série cartográfica sobre o assunto (25 mapas).

Deixando de fazer a louvação desnecessária ao grande divulgador da Filologia no Brasil, tão bem sintetizada por Henrique Murachco nas orelhas da primeira edição dos *Elementos de Filologia Românica*, transcrevo dele as palavras referentes ao livro:

A obra que ora se publica é, portanto, resultado de muitos anos de estudos e de uma longa prática de docência.

Aqui o leitor encontrará a descrição dos diversos métodos filológicos utilizados na abordagem de textos, assim como a história externa das línguas românicas, desde a constituição e o posterior esfacelamento do Império Romano – com a projeção do latim e suas variedades – passan-

do pelas invasões bárbaras e chegando até fins do século XV, quando começam a se constituir as atuais línguas latinas da Europa.

A biografia do termo *filólogo* estudada através da análise do conteúdo semântico de suas ocorrências em textos gregos, latinos, medievais e modernos, levou a uma definição coerente de *Filologia*, grandemente aproveitada pela CBO 2000 na Classificação Brasileira de Ocupações para o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2001.

Também está longamente discutida a conceituação de *românico*, com o que se evitará uma série enorme de confusões.

Na verdade, foi feita alguma adequação da matéria à realidade educacional brasileira, acrescentando-lhe informações dispensáveis ou deixando de aprofundar certos tópicos específicos que dependem de conhecimento de alguma outra matéria.

E, concluindo, devolvo a palavra a Henrique Murachco:

*Elementos de Filologia Românica* é uma importante obra de consulta que pode também ser lida de um fôlego só, porque, além de instigante, foi escrita num estilo simples e claro. Privilégio e conquista de um pesquisador, mas, sobretudo, de um raro professor, cuja qualidade essencial é a generosidade de transmitir o que sabe, sabendo que, ao fazê-lo, acaba por saber mais.

**GRAMÁTICA ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA  
DE EVANILDO CAVALCANTE BECHARA**

*José Pereira da Silva (UERJ)*

**BECHARA, Evanildo.** *Gramática escolar da língua portuguesa.* Rio de Janeiro : Lucerna, 2001. XII + 716 p. [+ encarte de 29 p.]

A nova gramática do Professor Bechara procura “aliar a modernidade dos estudos de linguagem à necessidade que têm os alunos de um compêndio que os prepare adequadamente para atender às exigências de cultura dos tempos atuais”. (p. XI)

A *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* pretende cumprir o compromisso de “oferecer ao leitor o maior número de informações para que possa responder à curiosidade do estudioso” porque o autor está certo de que “esconder as possíveis dificuldades do tema para agradar o leitor é fazer-lhe um desserviço, com graves conseqüências”.

Para conseguir informar mais e melhor, Bechara se apoiou em mestres de competência e, para não desprezar os imperativos da boa didática, ouviu o quanto pôde da experiência de colegas que atuam em sala de aula, colocando-se à disposição para acatar com humildade as correções e conselhos da crítica honesta e construtiva, lembrando que os assuntos que precisarem de maior aprofundamento poderão ser apoiados na sua *Moderna Gramática Portuguesa*.

Além de ser um trabalho dos mais completos no gênero, foi acrescido de 158 páginas de exercícios bem elaborados e divididos por assunto, logo após os respectivos capítulos gramaticais, e um encarte de 29 páginas com “respostas aos exercícios propostos”.

A *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* do Professor Evanildo Bechara foi dividida em sete partes, com a seguinte estrutura, além do supra-referido encarte:

**1ª) Oração simples, seus termos e representantes gramaticais:** Introdução: Fundamentos da teoria gramatical, Capítulo 1: Sujeito e predicado, Predicado e seus outros termos constitutivos e Ex-

pansões do nome e do verbo.

**2ª) As unidades do enunciado: formas e empregos:** Substantivo, Adjetivo, Artigo, Pronome, Numeral, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição.

**3ª) Orações complexas e grupos oracionais:** A subordinação e a coordenação – A justaposição, As chamadas orações reduzidas e As frases: enunciados sem núcleo verbal.

**4ª) Concordância, regência e colocação:** Concordância nominal, Concordância verbal, Regência e Colocação (Apêndice: Figuras de sintaxe e vícios de linguagem).

**5ª) Estrutura das unidades:** Elementos estruturais das palavras, Renovação do léxico e Lexemática.

**6ª) Fonemas: valores e representações. Ortografia:** Fonética e fonologia, Ortoepia, Prosódia, Ortografia (Apêndices: Algumas normas para abreviaturas usuais e Grafia certa de certas palavras) e Pontuação.

**7ª) Para além da Gramática:** Noções elementares de estilística, Noções elementares de versificação, Breve história externa da língua portuguesa e Compreensão e interpretação de textos (com exercícios resolvidos).

O capítulo intitulado *Grafia certa de certas palavras* (p. 644-653) e os exercícios de compreensão e interpretação intitulados *Análise de textos fragmentados* (p. 700-704) foram preparados pelo Professor Márcio Gonçalves Coelho. Contribuições importantes para o conjunto da obra, que não termina em si mesma, visto que o estudante ou leitor interessado em aprofundar discussões teóricas está permanentemente convidado a se valer da *Moderna Gramática Portuguesa*, destinada a profissionais e estudantes de nível superior, a partir de sua 37ª edição.

Abstendo-me de fazer uma avaliação pessoal do trabalho de tão exímio pesquisador, transcrevo da sua quarta capa as seguintes palavras, que devem ser um resumo que um competente crítico faria imediatamente:

Esta nova obra do Prof. Evanildo Bechara visa a preparar o leitor para utilizar com eficiência e correção, falando ou escrevendo, esse ins-

trumento maravilhoso e fundamental de comunicação, a linguagem humana.

A *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* resgata o compromisso do ensino fundamental e médio com a qualidade e o aprofundamento no estudo da língua portuguesa.

Mas, ciente de que os leitores da *Revista Philologus* desejam uma avaliação menos resumida que esta, apresento-lhes também as sintéticas orelhas desta *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*:

Há duas maneiras de aprender qualquer coisa: uma, leve, suave, com informações corretas, mas superficiais, que, pela incompletude da lição, não indo aos assuntos a ela correlatos, acaba sendo insuficiente para permitir a fixação da aprendizagem. É um método que pode agradar, e até divertir o leitor menos exigente; mas não lhe garante o sucesso do conhecimento.

A segunda maneira é aquela que procura dar um passo à frente da resposta breve e imediata: estabelece relações entre a dúvida apresentada e outros assuntos afins, de modo que, aprofundando um pouco mais a lição, amplia o conhecimento e garante sua permanência, porque não se contenta em ficar na superfície dos problemas e das dúvidas.

Falamos em superfície, e a palavra nos sugere agora uma comparação entre as duas maneiras de aprender de que vimos tratando. A primeira ensina a pessoa, no mar de dúvidas, a manter-se à superfície: não afunda, mas não sai do lugar.

A segunda, além de permitir à pessoa permanecer à superfície, ensina-lhe dar braçadas, ir mais além. Assim, pela primeira maneira, a pessoa bóia; pela segunda, nadando, avança e chega a seu destino.

Esta *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* adota a segunda maneira de ensinar por acreditar que mais útil a quem quer aprender.

Por tudo isto, este volume constitui leitura útil e indispensável a professores, alunos e a quantos profissionais que procuram escrever em conformidade com a língua padrão.

## CATÁLOGO DA PRODUÇÃO DO CiFEFiL

### *Revista Philologus*

Com 22 números editados na versão impressa, teve uma segunda edição dos doze primeiros números, em volumes anuais de 1995 a 1998. A versão digital está no *Almanaque CiFEFiL 2000*, até o número 18 e a versão virtual está no portal [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br). Indexação internacional: ISSN 1413-6457.

### *Almanaque CiFEFiL*

É o anuário do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, contendo toda a publicação realizada pelo Círculo até o final do ano anterior a sua edição. No ano 2002 sairá o *Almanaque CiFEFiL 2001*. Indexação internacional: ISSN 1676-3262.

O *Almanaque CiFEFiL 2000* contém um breve histórico do CiFEFiL, estatuto, lista de associados com links para seus endereços eletrônicos e páginas pessoais, ficha de adesão e parcerias, 398 artigos completos extraídos da *Revista Philologus* e dos *Anais* dos nossos eventos e 185 resumos extraídos dos *Livros de Resumos*, 104 fotografias, centenas de links para associações, periódicos, atlas, dicionários, enciclopédias, bibliotecas, faculdades, institutos e departamentos de Filologia, grupos virtuais, sites pessoais, sites específicos de Filologia, de Linguística, de Literatura e de Língua Portuguesa, fundações de amparo à pesquisa, bolsas diversas etc.

### *Anais do Congresso Nacional de Linguística e Filologia*

O primeiro e o segundo saíram em apenas um volume cada: o primeiro com 368 páginas e o segundo com 493 páginas. A partir do terceiro, passaram a ser publicados em pequenos números temáticos (por se tornar inviável a distribuição da versão impressa a todos os participantes do evento).

Temos o prazer de informar que todos os trabalhos que nos



foram apresentados até hoje em condições de serem publicados foram aceitos e estão disponibilizados nas três versões acima referidas: impressa, digital e virtual.

#### SOLETRAS

SOLETRAS: Revista do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, com dois números impressos e disponibilizados na página [www.filologia.org.br/soletras](http://www.filologia.org.br/soletras) e com o terceiro número preparado para ser editado neste primeiro semestre. A partir de 2001 deverá sair digitalmente no *Almanaque CiFE-FiL*. Tem indexação internacional: ISSN 1519-7778.

#### *Cadernos da Pós-Graduação em Língua Portuguesa.*

O primeiro número saiu em 2001 com o título de *História da Língua Portuguesa*, com oito artigos. O segundo número está sendo preparado para sair ainda neste semestre e terá como tema a *Morfossintaxe*. Trata-se de uma publicação que tem por finalidade divulgar os trabalhos dos professores alunos do Curso de Especialização em Língua Portuguesa da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Não é uma publicação indexada.

#### *Cadernos do CNLF*

Em 2001, foram criados os *Cadernos do CNLF*, indexados internacionalmente com o ISSN 1519-8782, que já possuem os seguintes títulos, com uma média de 10 artigos em cada número:

1. *A Edição Filológica Hoje*
2. *A Estilística e a Gramática*
3. *A FFP no IV CNLF*
4. *A Filologia Ontem e Hoje*
5. *A Língua e seu Ensino*
6. *A Semiótica nos Estudos Lingüísticos e Filológicos*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

7. *Artes do Léxico*
8. *Cartas de Reclamação e Outros Estudos*
9. *Contribuições à Historiografia Soteropolitana e ao Estudo do Português do Brasil*
10. *Contribuições da Literatura aos Estudos Lingüísticos e Filológicos*
11. *Da Origem da Linguagem à Lingüística Aplicada*
12. *Estudos da Lingua(gem): Através de Textos*
13. *Edição de Textos e Crítica Textual*
14. *Estudos de Textos - Tradução, Análise e Edição*
15. *Estudos Diversos*
16. *Estudos Filológicos - DE/EM Textos Literário*
17. *Estudos Filológicos e Lingüísticos da Língua Portuguesa*
18. *Estudos Lexicais*
19. *Gramática: Aspectos Pouco Estudados*
20. *Lingüística Aplicada no Ensino de Letras*
21. *Lingüística e Gramática da Língua Portuguesa*
22. *O IL / UERJ no IV CNLF*
23. *O Rumo da Filologia*
24. *Perspectivas Pancrônicas da Integração Função-Forma na Sintaxe Português*
25. *Semântica e Lexicografia*
26. *Semiótica, Discurso, Leitura, História da Língua Portuguesa e Neurolingüística Aplicada*
27. *Tradução e Línguas Estrangeiras*

Além desses trabalhos que se publicam em série, o CiFEFiL tem publicado alguns outros livros de seus associados que merecem ser aqui relacionados:

1. ARAUJO, Ruy Magalhães de. *Pérolas lexicais de Gregório de Matos*. 2000, 93 p.
2. BOURCIEZ, Édouard. *Latim – Elemento número 1 da Linguística Românica*. Tradução de José Pereira da Silva e prefácio de Maria Antônia da Costa Lobo. 2000, 224.
3. GARCIA, Afrânio da Silva. *Ensaio*. 2001, 99 p.
4. SILVA, José Pereira da. *O desenvolvimento da linguagem*. 1999, 71 p.
5. ————. *Ensaio de fraseologia*. 1999, 199 p.
6. ———— (Org.). *Academia Brasileira de Filologia: Textos anexos às Atas de 2000 e 2001, 2002*, 208 p.
7. ———— (Org.). *Contribuições para o estudo da língua portuguesa no Acre*. 2001, 166 p.
8. ———— (Org.). *Academia Brasileira de Filologia: Atas de Reuniões (13/03/1999 a 15/12/2001)*, 2002, 228 p.
9. ———— (Org.). *Atas de Reuniões do CiFEFiL: de sua fundação até dezembro de 2001*, 152 p.
10. ———— (Org.). *A Filologia no Brasil: Antologia dos textos teóricos mais freqüentes na biblioteca do filólogo brasileiro*. 2001, 184 p.
11. ———— (Org.). *O filólogo no 3º milênio: contribuições para a classificação brasileira de ocupações*. 2001, 244 p.
12. VIANA, Eliane Rodrigues da Costa. *A influêcia indígena na língua portuguesa do Brasil*. 2000, 85 p.

**Gostaríamos de vê-lo folheando alguma dessas nossas publicações. Mas, a nossa associação não tem fins lucrativos. Por isto, todas as nossas publicações são disponibilizadas virtualmente no portal do CiFEFiL: [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br).**

**Faça-nos uma visita e divulgue os nossos trabalhos.**

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
  - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
  - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
  - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 folhas;
  - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
  - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 300 palavras, com indicação de três palavras-chaves e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

**REVISTA PHILOLOGUS**

A/C de José Pereira da Silva

Rua Visconde de Niterói, 512/97

20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [pereira@uerj.br](mailto:pereira@uerj.br), pelo telefone (0XX21) 2569-0276, ou através da home page [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br).